

JACSON SILVA / DAYANE MOREIRA LEMOS [ORGS.]

ESTUDOS LINGUÍSTICOS

(NOVOS) CAMINHOS

VOL. 2




Diálogos

Estudos linguísticos: (novos) caminhos

vol. 2

Jacson Silva
Dayane Moreira Lemos
(Orgs.)

Estudos linguísticos: (novos) caminhos
vol. 2

EDITOR-CHEFE

Geison Araujo Silva

CONSELHO EDITORIAL

Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)

Diógenes Cândido de Lima (UESB)

Jailson Almeida Conceição (UESPI)

José Roberto Alves Barbosa (UFERSA)

Joseane dos Santos do Espirito Santo (UFAL)

Julio Neves Pereira (UFBA)

Juscelino Nascimento (UFPI)

Lauro Gomes (UPF)

Letícia Carolina Pereira do Nascimento (UFPI)

Lucélia de Sousa Almeida (UFMA)

Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB)

Marcel Álvaro de Amorim (UFRJ)

Meire Oliveira Silva (UNIOESTE)

Rosangela Nunes de Lima (IFAL)

Rosivaldo Gomes (UNIFAP/UFMS)

Silvio Nunes da Silva Júnior (UFAL)

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

2021 - Editora Diálogos

Copyrights do texto - Autores e Autoras

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Esta obra pode ser baixada, compartilhada e reproduzida desde que sejam atribuídos os devidos créditos de autoria. É proibida qualquer modificação ou distribuição com fins comerciais. O conteúdo do livro é de total responsabilidade do autor e está consubstanciado pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP/UFT), sob o parecer nº 2.442.471.

Capa: Geison Araujo Silva / Freepik

Diagramação: Geison Araujo Silva.

Revisão: Autores e Autoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82

Estudos linguísticos: (novos) caminhos: vol. 2 / Organizadores Jacson Silva, Dayane Moreira Lemos. – Tutóia, MA: Diálogos, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-89932-01-7

1. Linguagem e línguas. 2. Linguística. I. Silva, Jacson. II. Lemos, Dayane Moreira. III. Título.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

 <https://doi.org/10.52788/9786589932017>



Editora Diálogos

contato@editoradiálogos.com

www.editoradiálogos.com

SUMÁRIO

Apresentação 8

Gustavo da Silva Andrade

A influência do contato linguístico na formação do português afro-brasileiro 12

Welton Rodrigues Santos

Algumas considerações teóricas sobre os processos de topicalização 23

Jacson Silva

Lidiane Ferreira Silva

A emergência da construção condicional *se pá*..... 36

Gustavo da Silva Andrade

Sérgio Casimiro

Varição linguística entre o “*nós*” e o “*a gente*” na comunidade quilombola Lagoinha, São Gabriel-BA 53

Ana Raquel Dantas de Almeida Melo

Dayane Moreira Lemos

Uma proposta de ensino-aprendizagem de sintaxe como suporte para o aperfeiçoamento da produção escrita de alunos em sala de aula: a noção de estruturas argumentais 76

Rômulo Tiago da Silva

O professor de língua portuguesa e a atribuição de sentido a textos de alunos surdos: uma análise sintática e semântica 97

Anna Karyna Torres Côrtes

Paula Freitas de Jesus Torres

Interfaces linguísticas e a interação no ambiente virtual: a relação das subjetividades nas redes sociais..... 109

Júlio César Paula Neves

Análise do pronunciamento da vereadora e professora Amanda Gurgel126

Édina de Fatima de Almeida

Dircel Aparecida Kailer

Narrativas jurídicas: reflexões de um processo de *habeas corpus* a partir da Linguística Cognitiva 139

Tiago Aguiar

Transmasculinidade e paternidade: entextualização, performatividades e indexicalidades em rede 152

Carlos Henrique Bem Gonçalves

Tensão na cena genérica: validação do discurso como opinativo ou de denúncia..... 167

Victor Hugo da Silva Vasconcellos

Preconceito, intolerância e discriminação: os sentidos das palavras em polêmica 188

Lucas Nascimento

Sobre os organizadores.....210

Índice Remissivo 211

Apresentação

A língua sempre foi um objeto de análise para todas as ciências, quer como parâmetro secundário (e.g., na Computação, utilizando uma sintaxe específica), quer como parâmetro primário (e.g., na Antropologia, valendo-se de uma descrição dos fenômenos linguísticos como elemento suficiente e necessário para definir o que é uma sociedade), quer como objeto central, no caso da Linguística.

Desde que Saussure assumiu que a língua é o objeto de análise da Linguística, vemos as correntes linguísticas definindo possíveis formas de compreender a língua, por meio de uma abordagem modular ou não. Assumindo a modalidade modular, percebemos que os diferentes módulos da língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática) seriam responsáveis por diferentes fenômenos linguísticos. Quando não modular, assume-se que esses níveis estão interligados, sendo impossível descrever os fenômenos, senão por meio da integração desses níveis.

Ora, seria impossível conceber a língua de forma segmentada, modular, na sua efetivação. Contudo, parece-me razoável a preocupação das correntes modulares (que englobam tanto gerativistas, como funcionalistas) que utilizam os módulos para a descrição dos fenômenos. Nesse sentido, a perspectiva modular e a não modular estão interligadas, na medida em que: (i) na modular, os fenômenos são descritos a partir dos módulos, mas, na efetivação da língua, ocorrem em conjunto e (ii) na não modular, a descrição tenta reproduzir essa efetivação na própria descrição.

Posta essa correlação, possível, entre a descrição e o uso efetivo, não podemos perder de vista que sempre, por meio de um recorte do pesquisador, seleciona-se algum fenômeno tipicamente correlacionado a um módulo/nível para a descrição. Descrição essa que estará permeada por outros módulos/níveis a depender dos objetivos, dos métodos ou, ainda, da própria natureza do fenômeno.

Essa é, efetivamente, a natureza da língua. Comunicar, criar relações sociais e efetivar essas relações. Nota-se, assim, que, a depender da forma como se percebe a relação entre os módulos/níveis da língua e a sua

efetivação, determina-se a qual corrente linguística o pesquisador estará vinculado. Essas correntes projetam-se em termos de recortes temáticos e metodológicos, para a análise dos fenômenos linguísticos. A preocupação com a análise linguística é caracterizada pela descrição de línguas de diferentes perspectivas teóricas e pelo estudo do discurso e do texto em suas manifestações falada e escrita.

À luz desse preâmbulo, é preciso assumir que a descrição parece mais facilmente tangível e realizável, quando existe um recorte do nível de descrição (ou, se preferirem, do módulo). Portanto, fenômenos cognitivos, pragmáticos, textuais, discursivos, sintáticos, semânticos, morfológicos e fonológicos estão presentes na descrição de uma língua e dos fenômenos que tomam lugar em todos esses níveis.

É nesse movimento, de modular a descrição linguística, que este livro, intitulado **Estudos Linguísticos: (Novos) Caminhos**, o segundo volume publicado, com organização de Jacson Silva e de Dayane Lemos, apresenta fenômenos descritos a partir de vários níveis de análise e descrição, remontando a essa postura modular de descrição, sem, contudo, deixar de assumir que os fenômenos linguísticos estão todos em interação. Interação essa que pode ser percebida com a leitura, fluída, dos capítulos e nas leituras dos dois volumes da coleção.

Sumariamente, este volume organiza-se em 12 capítulos, ordenados em uma relação lógica, mas nunca de demérito. O primeiro capítulo de autoria de Welton Rodrigues Santos, intitula-se “A influência do contato linguístico na formação do português afro-brasileiro”, discute uma das questões centrais dos estudos de formação de línguas: o contato linguístico. O autor percorre diversos pontos da formação das línguas, analisando de que forma o português afro-brasileiro foi influenciado pelo contato linguístico entre o português e as línguas africanas no período colonial brasileiro.

Jacson Silva e Lidiane Ferreira Silva, no capítulo “Algumas considerações teóricas sobre os processos de topicalização”, apresentam uma revisão teórica das estruturas de tópico no português brasileiro (PB), descrevendo de que forma se organizam, na sintaxe, as relações de sujeito-predicado e de tópico-comentário. O terceiro capítulo, intitulado “A emergência da

construção condicional *se pá*”, de autoria de Gustavo da Silva Andrade e de Sérgio Casimiro, descreve a emergência, a partir do uso, de uma nova conjunção no sistema dos jutores do português brasileiro.

O quarto capítulo, de Ana Raquel Dantas de Almeida Melo e de Dayane Moreira Lemos, intitulado “Variação linguística entre o *nós* e o *a gente* na comunidade quilombola de Lagoinha, São Gabriel-BA”, apresenta um enfoque da variação entre as formas de expressão da primeira pessoa do plural, complementando trabalhos sobre a alternância pronominal de *nós* e de *a gente* e a variação da concordância verbal com esses pronomes. Rômulo Tiago da Silva, no quinto capítulo, “Uma proposta de ensino-aprendizagem de sintaxe como suporte para o aperfeiçoamento da produção escrita de alunos em sala de aula: a noção de estruturas argumentais”, parte do módulo sintático, para pensar uma proposta de aperfeiçoamento da produção escrita de alunos, valendo-se, para tanto, da noção de estrutura argumental.

Nota-se que, como no quinto, o sexto capítulo, “O professor de língua portuguesa e a atribuição de sentido à textos de alunos surdos: uma análise sintática e semântica”, de Anna Karyna Torres Côrtes e de Paula Freitas de Jesus Torres, apresenta uma relação entre os níveis de descrição (ou, ainda, se preferirem, os módulos) e a sala de aula, aqui, no enfoque do professor e, em seu trabalho, com a atribuição de sentidos.

Júlio César Paula Neves, no sétimo capítulo “Interfaces linguísticas e a interação no ambiente virtual: a relação das subjetividades nas redes sociais” apresenta, a partir das redes sociais, de que forma se organizam os comportamentos enunciativos dos sujeitos nos espaços virtuais. O oitavo capítulo, intitulado “Análise do pronunciamento de vereadora e professora Amanda Gurgel”, de autoria de Édina de Fatima de Almeida e de Dircel Aparecida Kailer, toma o discurso de uma política e professora, reforçando, ainda, a interação da língua com a sala de aula, para analisar os pronunciamentos do sujeito em análise, observando a voz e os elementos prosódicos e como esses elementos em interação produzem significados.

No nono capítulo, Tiago Aguiar apresenta uma outra relação a partir da língua: com o texto jurídico. O capítulo, intitulado “Narrativas jurídicas: reflexões de um processo de *habeas corpus* a partir da Linguística

Cognitiva”, aborda uma descrição da realidade a partir das escolhas verbais dos operadores do direito nas narrativas de um processo de *habeas corpus* e como essas estruturas constroem/reforçam/ativam *frames*.

No décimo capítulo Carlos Henrique Bem Gonçalves, “Transmasculinidade e paternidade: entextualização, performatividades e indexicalidades em redes”, apresenta-se uma análise das narrativas decorrentes de uma campanha de Dia dos Pais, que contou com a presença de um homem transexual. O estudo analisa essas perspectivas, valendo-se de um arcabouço que defenda a diferença – construindo uma realidade nova, inovadora.

Victor Hugo da Silva Vasconcellos, no capítulo décimo-primeiro “Tensão na cena genérica: validação do discurso como opinativo ou de denúncia”, discute, a partir do arcabouço da Análise do Discurso de linha francesa e da Análise crítica do discurso, algumas categorias (cenas, manipulação, produção, circulação, consumo e hegemonia intradiscursiva e interdiscursiva). Para tanto, o autor vale-se de um texto produzido por Marcelo Coelho.

Ao fim e ao cabo, no décimo-segundo capítulo, intitulado “Preconceito, intolerância e discriminação: os sentidos das palavras em polêmica”, Lucas Nascimento analisa os sentidos dos unitermos “preconceito”, “intolerância” e “discriminação”, a partir de audiências públicas sobre a criminalização da violência contra os LGBTQIA+. Para a análise, o autor mobiliza conceitos da análise dialógica da argumentação.

Cumpro, como última palavra (se me permitem a ambiguidade de uma última palavra na apresentação de um livro), assinalar que todos os capítulos, mesmo que modulares, com fenômenos específicos, dialogam com a própria natureza da língua: social. Inexiste fenômeno linguístico que não esteja a serviço da construção de relações sociais e da efetivação dessas, por meio da comunicação. Espero que, agora sim, ao fim deste livro, possam chegar a um novo lugar, com novos caminhos, a partir de novas realidades construídas.

Gustavo da Silva Andrade
(Unesp/São José do Rio Preto)

A influência do contato linguístico na formação do português afro-brasileiro

Welton Rodrigues Santos¹

Considerações iniciais

Discutir sobre contato linguístico e português afro-brasileiro é, na maioria das situações, falar sobre preconceito linguístico; é falar sobre relações de poder e de processos de dominação e apagamento linguístico entre grupos que almejam dominar terras e povos e grupos que são dominados, fazendo da língua, dentre outras estratégias e meios, um instrumento de dominação. No entanto, discutir sobre contato linguístico e português afro-brasileiro é também falar em língua como instrumento de defesa; língua como sinônimo de criatividade intelectual e resistência de seres humanos que, apesar de todo processo degradante de escravização no período colonial do Brasil e das tentativas de desarticulação dos povos escravizados, mantiveram vivos seus costumes e crenças, influenciando de maneira significativa na constituição do povo brasileiro e na realidade sociolinguística brasileira contemporânea. Deste modo, o português afro-brasileiro seria o resultado do contato linguístico entre as línguas africanas trazidas para o Brasil, junto com centenas de escravizados, e a língua portuguesa do colonizador.

¹ Docente de Língua Portuguesa e Língua Espanhola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas. Mestre em Linguística e Língua Portuguesa (PUC-Minas). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (UFF). Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociolinguística, Teoria da Variação e Mudança, Contato entre Línguas e Ensino do Português. E-mail: welton.santos@ifbaiano.edu.br.

Este capítulo tem por objetivo discutir como o contato linguístico entre o português e as línguas africanas no período colonial influenciou a realidade sociolinguística contemporânea, mais precisamente o português falado em comunidades isoladas de ex-escravizados, remanescentes de quilombo, aqui denominado de português afro-brasileiro, nos moldes de Lucchesi (2009). Logo, buscar-se-á, em dados de língua falada, até que ponto o contato de diferentes comunidades linguísticas e os aspectos sócio-históricos que o cercam influenciaram na formação do português afro-brasileiro. Assim, será tomado como foco de observação a concordância verbal de terceira pessoa do plural, doravante P6, e os possíveis processos de erosão e reestruturação em seu paradigma flexional, ocasionado por um processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009).

O presente texto está estruturado, inicialmente, em uma seção de introdução, onde estão presentes os objetivos e o problema de investigação. Em seguida, serão apresentados o quadro teórico no qual estão ancoradas as discussões aqui presentes, além também da metodologia adotada na pesquisa de campo e no manuseio dos dados. Por fim, serão discutidos alguns dados de língua falada e apresentadas as conclusões.

O contato linguístico

O campo de atuação do contato linguístico abrange uma ampla gama de estudos que buscam aferir as tendências de mudanças que ocorrem em determinadas áreas linguísticas onde há situações de convivência (na maioria das vezes, não harmônica) de duas ou mais línguas. Dentre todas as consequências advindas das relações de contato linguístico, este campo dos estudos de linguagem investiga os fenômenos de simplificação linguística, além de diversos outros tipos de reestruturação resultantes das situações de contato, que vão desde um pequeno empréstimo de vocabulário até o surgimento de uma nova entidade linguística – línguas crioulas (WINFORD, 2003).

As possíveis direções das mudanças linguísticas ocasionadas pelo contato linguístico em cada comunidade em específico, normalmente estão relacionadas a fatores internos (linguísticos) e externos (sociais). Winford (2003) enumera alguns dos fatores linguísticos e sociais que podem exercer influências sobre as línguas em situação de contato:

Entre os fatores linguísticos relevantes está a natureza da relação entre as línguas em contato, especificamente o grau de similaridade tipológica entre elas. Há também uma variedade de outras restrições linguísticas que operam em tais situações, algumas delas específicas para áreas específicas da estrutura linguística (por exemplo, o léxico, fonologia, morfologia, etc.), outras de natureza mais geral, talvez universal. [...] Fatores sociais relevantes incluem o comprimento e intensidade do contato entre os grupos, seus respectivos tamanhos, as relações de poder ou prestígio e padrões de interação entre eles, e as funções que são servidas pela comunicação intergrupo. Fatores sociopolíticos que operam tanto no nível individual quanto em grupo, como atitudes em relação às línguas, motivações para usar um ou outro, e assim por diante, também são importantes. (WINFORD, 2003, p. 02; tradução nossa do original²).

Os fatores supramencionados poderão ser preponderantes para definir o grau de influência de uma língua sobre a outra. Vale ressaltar que, em situações de contato em que as relações de poder são desproporcionais (assimétricas) entre os grupos linguísticos envolvidos, pode ocorrer até mesmo o apagamento linguístico do grupo de menor prestígio social.

Como uma das possibilidades de resultado do contato linguístico, as línguas crioulas surgiram nos continentes americano, africano, asiático e na Oceania, principalmente como resultado das expedições europeias na conquista de novas terras, a partir do século XVI, com a exploração de mão de obra, em sua maioria não europeia, em pequenas sociedades monoculturais, onde uma minoria dominava uma grande massa de trabalhadores de diversas origens étnicas (BICKERTON, 2016). O contato linguístico massivo decorrente do grande contingente de indivíduos falantes

² “Among the relevant linguistic factors is the nature of the relationship between the languages in contact, specifically the degree of typological similarity between them. There is also a variety of other linguistic constraints which operate in such situations, some of them specific to particular areas of linguistic structure (e.g., the lexicon, phonology, morphology, etc.), others of a more general, perhaps universal nature. [...] Relevant social factors include the length and intensity of contact between the groups, their respective sizes, the power or prestige relationships and patterns of interaction between them, and the functions which are served by intergroup communication. Sociopolitical factors which operate at both individual and group level, such as attitudes toward the languages, motivations to use one or the other, and so on, are also important”.

de diversas línguas ininteligíveis e, logo, a necessidade de comunicação, geraram as condições favoráveis ao surgimento do que se denomina de línguas pidgins e línguas crioulas. Segundo Holm (2000), as línguas crioulas são usadas como língua nativa de suas comunidades linguísticas, tendo, muitas dessas comunidades, um histórico de deslocamentos geográficos forçados em razão de processos de escravização.

As línguas crioulas, de acordo com o uso clássico do termo no âmbito linguístico, dizem respeito a um processo de nativização de uma língua que se origina a partir do contexto de contato entre línguas mutuamente ininteligíveis. É importante ressaltar, porém, que não há consenso na literatura quanto a questão da crioulização estar relacionada à nativização da língua através de uma nova geração de falantes da língua crioula como L1.

As línguas pidgins, por sua vez, consistem em um sistema verbal de comunicação utilizado para a transmissão de informações (em muitos casos transmissão de ordens por parte dos que se encontram hierarquicamente acima nas relações de trabalho) entre indivíduos que não possuem língua natural em comum. Holm (2000) define línguas pidgins como:

uma língua reduzida que resulta de contato prolongado entre grupos de pessoas sem língua em comum; evolui quando precisam de algum meio de comunicação verbal, talvez para o comércio, mas nenhum grupo aprende a língua nativa de qualquer outro grupo por razões sociais que podem incluir falta de confiança ou contato próximo (HOLM, 2000, p. 5; tradução nossa do original³).

Vale ressaltar que as reduções que acontecem quando do surgimento de uma língua pidgin ocorrem tanto no âmbito estrutural, com perda de elementos gramaticais, assim como no âmbito funcional, tendo em vista que, na fase pidgin, a comunicação é limitada, ficando em algum grau comprometida, justamente pela ausência de construções oracionais (CASTILHO, 1999).

³ *“a reduced language that results from extended contact between groups of people with no language in common; it evolves when they need some means of verbal communication, perhaps for trade, but no group learns the native language of any other group for social reasons that may include lack of trust or close contact.”*

No Brasil, não se pode afirmar que ocorreu um processo de criouliização estável, representativo e duradouro, apesar de reunir condições que, em muito, se assemelham aos casos típicos que ocasionaram o surgimento de línguas crioulas no Caribe e Sul dos Estados Unidos (LUCCHESI, 2009). No entanto, mesmo não havendo registros de comunidades falantes de línguas crioulas brasileiras, vale considerar que o contato linguístico entre o Português europeu e as diversas línguas africanas fez emergir profundas alterações na língua lusitana em terras brasileiras que podem ser identificadas até os dias atuais nas diversas variedades populares do português, dentre elas o português afro-brasileiro, através do alto índice de variação na concordância verbal e nominal.

O fato do não surgimento de língua crioulas no Brasil pode estar atrelado a fatores externos sócio-históricos que podem ter inibido tal processo. Lucchesi (2009), a partir do levantamento de informações sócio-históricas, apresenta alguns fatores que impediram um processo duradouro, estável e representativo de criouliização no Brasil.

(i) a proporção entre a população de origem africana e branca, que proporcionou um maior acesso à língua-alvo do que o observado nas situações típicas de criouliização; (ii) a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos; (iii) o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos; (iv) o incentivo à proficiência em português; (v) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras; (vi) a miscigenação racial (LUCCHESI, 2009, p. 70).

A despeito das motivações sócio-históricas apresentadas, que dão pistas sobre as possíveis causas da ausência de línguas crioulas brasileiras, não se pode desconsiderar a hipótese de, em algum período da história dos descendentes africanos escravizados aqui no Brasil e, principalmente, em comunidades isoladas de escravizados foragidos, ter havido um processo de transmissão linguística irregular intenso que se aproximasse a casos de criouliização.

Em se tratando do processo de transmissão linguística irregular, Lucchesi e Baxter (2009) afirmam que esse processo se dá quando um grupo de indivíduos, em situação de dominação e sujeição, é obrigado a aprender a língua do grupo dominante, ou seja, a língua de superstrato ou língua alvo. Nesses casos, a aprendizagem acontece em condições precárias, provocando erosões na estrutura gramatical da língua alvo, de maior ou menor grau a depender de cada contexto sócio-histórico. A língua aprendida, sendo em sua maioria pelos adultos, com inúmeras lacunas no âmbito estrutural, é a língua que fornecerá o modelo para aquisição de língua materna da nova geração de falantes, então, nativos (LUCCHESI; BAXTER, 2009). Ainda segundo os autores, o que estaria na gênese da formação das variedades populares do português brasileiro, e, portanto, também do português afro-brasileiro, seria um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, tendo como principal evidência as formas não marcadas e a generalização paradigmática na concordância verbal.

Por fim, considerando ainda os aspectos metodológicos e teóricos que sustentam as análises feitas neste capítulo, tem-se a sociolinguística ou teoria da variação (LABOV, 1975, 2008 [1972]; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]) que é o ramo da linguística que analisa a língua pela perspectiva do uso real, considerando a relação entre as estruturas linguísticas e os aspectos sociais, culturais e históricos, além de evidenciar o caráter heterogêneo da língua das comunidades de fala.

Colocando a “mão na massa”: a coleta dos dados linguísticos

A seleção dos informantes se deu a partir de critérios pré-determinados por se tratar de um estudo que buscar analisar o vernáculo de um grupo específico de falantes. Desse modo, como critério, estabeleceu-se que os informantes fossem nascidos e criados na comunidade, além de serem descendentes diretos de ex-escravizados.

As entrevistas sociolinguísticas, gravadas em áudio, foram realizadas na casa dos informantes ou em seus locais de trabalho e versaram sobre temas do cotidiano. O intuito era deixar os informantes o mais à vontade possível de forma que a sua fala se aproximasse ao máximo do vernáculo. Logo, na estruturação dos módulos conversacionais, foram utilizados temas como brincadeiras de infância, namoro, perigo de morte e medos, dentre outros.

Após a realização das entrevistas, foram feitas as transcrições dos áudios e o levantamento das ocorrências de concordância verbal em P6, as quais foram codificadas, a fim de serem lidas pelo programa de regra variável Gold Varb X, chegando assim aos resultados quantitativos da amostra. Em poder dos resultados quantitativos, procedeu-se a interpretação dos mesmos a partir da análise qualitativa, lançando-se mão da etnografia para melhor explicação dos resultados.

Com a “mão na massa”: analisando os resultados

Os dados apresentados a seguir foram coletados no ano de 2016, pelo autor deste capítulo como parte da sua pesquisa de mestrado (SANTOS, 2017), seguindo a metodologia descrita, resumidamente, na seção anterior. Esses dados fazem parte de um projeto maior que tinha como objetivo traçar um panorama da realidade sociolinguística no extremo sul da Bahia, constituindo-se um *corpus* de língua falada de uma comunidade não marcada etnicamente – a comunidade de Teixeira de Freitas, e uma comunidade marcada por processos sócio-históricos de exploração escravocrata. Da pesquisa desenvolvida, parte dos dados encontrados são analisados a seguir.

No recorte feito para este capítulo, será brevemente analisado o encaixamento social do fenômeno variável da concordância verbal em P6 na comunidade de Helvécia, tendo como principal parâmetro de comparação o português popular de Teixeira de Freitas.

Inicialmente, a tabela 1 apresenta uma comparação quanto ao número de ocorrências, percentual e peso relativo de ausência de concordância verbal em P6 entre o português popular de Teixeira de Freitas e o português afro-brasileiro de Helvécia.

Variedades do português	Nº Ocorrências	Percentual	P.R
Português Popular de Teixeira de Freitas	421/745	56%	.46
Português Afro-brasileiro de Helvécia	353/545	64%	.55

Tabela 1: Ausência de concordância verbal no português popular de Teixeira de Freitas e no português afro-brasileiro de Helvécia.

Fonte: Elaboração do autor.

A partir da análise da tabela acima, pode-se perceber que o português afro-brasileiro de Helvécia apresenta índices de ausência de concordância verbal em P6 maiores dos que os apresentados no português popular de Teixeira de Freitas, evidenciando, na primeira variedade, uma leve tendências ao favorecimento da ausência de concordância, enquanto, a segunda, uma leve tendência inibidora.

Ao se estabelecer uma comparação entre os dados citados acima e os apresentados por Lucchesi (2015), em relação ao português popular do interior do Estado da Bahia e comunidades afro-brasileiras (dados do projeto Vertentes), é possível verificar tendências semelhantes quanto ao português afro-brasileiro apresentando maiores índices de ausência de marcas, conforme apresentado na tabela 2.

Português Popular	Ocorrências	Frequência
Interior do Estado da Bahia	1.796 / 2.283	78.3%
Comunidades afro-brasileiras	1.433 / 1.706	84%

Tabela 2: Ausência de concordância verbal no português popular – Dados do Projeto Vertentes.

Fonte: Adaptada de Lucchesi (2015).

Os dados quantitativos até então apresentados podem ter como explicação o fato de os informantes das comunidades afro-brasileiras serem descendentes de ex-escravizados, adicionando a este dado a questão do isolamento físico e digital que essas comunidades viviam até pouco tempo. Tendo os primeiros moradores sido indivíduos que passaram pelas agruras da escravização, trazidos do continente africano, essas pessoas aprenderam o português como segunda língua em situação de contato com o colonizador, em condições precárias, ocasionando assim uma interlíngua com alto

grau de erosão em seu paradigma flexional de concordância verbal. Em algum momento da história, essa língua passou a ser a língua materna da comunidade, porém tendo como modelo para as novas gerações uma variedade do português muito diferente do considerado “padrão culto”, possivelmente, com um grau de erosão flexional muito maior do que se observa atualmente.

Para além das evidências da influência do contato linguístico na formação do português afro-brasileiro, é importante verificar ainda as tendências no processo de variação e mudança que possam estar ocorrendo nessa variedade do português. A tabela 3, a seguir, apresenta a distribuição das ocorrências de ausência de concordância verbal em P6, de acordo com a faixa etária.

Faixa etária	Port. Pop. de Tx. de Freitas		Port. Afro-bras. de Helvécia	
	%	P.R.	%	P.R.
14 a 19 anos	35%	.26	45%	.35
24 a 45 anos	76%	.65	75%	.66
55 anos ou +	65%	.53	91%	.83

Tabela 3: Ausência de concordância verbal no português popular de Teixeira de Freitas e no português afro-brasileiro de Helvécia, segundo a variável faixa etária.

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação ao fator faixa etária, fica nítido que o português afro-brasileiro de Helvécia está passando por um processo de mudança no sentido de aquisição de marcas, uma vez que, quanto mais jovem, menores são os índices de ausência de concordância em P6, o que não fica tão evidente em relação ao português popular de Teixeira de Freitas. É importante também destacar, na tabela, que os índices de peso relativo de Helvécia, nas três faixas etárias, são maiores que os de Teixeira de Freitas, principalmente nas faixas I e III, o que evidencia mais uma vez a influência do contato linguístico e o contexto sócio-histórico na formação do português afro-brasileiro.

Por fim, outro fator que vale considerar é o papel da escolarização no processo de variação e mudança.

Escolaridade	Port. Pop. de Tx. de Freitas		Port. Afro-bras. de Helvécia	
	%	P.R.	%	P.R.
Ens. fundamental	55%	.35	91%	.87
Ens. Médio	58%	.52	43%	.29

Tabela 4: Ausência de concordância verbal no português popular de Teixeira de Freitas e no português afro-brasileiro de Helvécia, segundo a variável escolaridade.

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados da tabela 4 revelam uma baixa influência da escolarização quanto ao fenômeno da concordância verbal em P6 no português popular de Teixeira de Freitas. Por outro lado, em relação ao português afro-brasileiro, percebe-se uma expressiva influência da escolarização na análise do fenômeno em tela. É de se considerar que, possivelmente, a forte influência da escolarização em Helvécia esteja atrelado ao melhoramento do acesso à educação, através de políticas públicas dos governos, ocorrido nos últimos quinze anos.

Considerações finais

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que há evidências de que o português afro-brasileiro foi afetado pelo contato linguístico de diferentes povos e que o referido contato, somado às condições sub-humanas que viviam os africanos escravizados, provocaram uma forte erosão no paradigma verbal da concordância em P6. Além disso, é possível considerar que a variedade afro-brasileira do português está num processo de mudança em curso, no sentido de aquisição de marcas flexionais, influenciado, principalmente, pelos mais jovens e pela escolarização.

Referências

- BICKERTON, D. **Roots of language**. Classics in Linguistics 3. Berlin: Language Science Press, 2016.
- CASTILHO, A. T. O português do Brasil. *In*: ILARI, R. **Linguística Românica**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- HOLM, J. Introduction. *In*: HOLM, J. **An introduction to pidgins and creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- LABOV, W. **Field methods used by the research project on Linguistic Change and Variation**. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1975.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Estudos linguísticos e Literários**, Salvador, n. 52, p. 166-204, 2015.
- SANTOS, W. R. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do extremo sul baiano: uma análise sociolinguística de duas comunidades do interior do Estado da Bahia**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2017.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
- WINFORD, D. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

Algumas considerações teóricas sobre os processos de topicalização

Jacson Silva¹

Lidiane Ferreira Silva²

Considerações iniciais

As gramáticas normativas partem do princípio geral de que a organização dos constituintes na sentença acontece a partir da relação de predicação – por sua vez considerada a única – de tipo sujeito-predicado – licenciando somente uma ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO). Mas, segundo Tarallo (1990), essa organização pode se dar tanto por um fator puramente gramatical, como a ordem SVO, ou podem organizar-se por um fator funcional, como por ordem estilística e não gramatical. Contudo, Silva e Parcero (2017, 2019) demonstraram que as inversões estilísticas são vistas como más formações quando utilizadas com frequência pelo falante, evidenciando que a marginalização da inversão da ordem SVO “é mais uma questão social do que necessariamente estrutural das sentenças. Essa marginalização, além disso, é consequência da homogeneização linguística proposta pelas GT” (SILVA; PARCERO, 2019, p. 133).

Diversos estudos já observaram que existe a possibilidade de outras formas de predicação e organização dos constituintes entre as quais a estrutura de tópico-comentário, na qual, geralmente, existe um sintagma que funciona como tópico – informação pressuposta – da sentença, seguido

1 Mestrando em Estudos Linguísticos (UEFS) e graduado em Letras/Português (UNEB). Membro dos grupos de pesquisa *Fala e Contexto no português brasileiro* (UNEB) e *Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (UEFS). E-mail: jacsonsilva@outlook.com.

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS) e graduada em Letras Vernáculas (UEFS). E-mail: lidiane.fsilva@yahoo.com.br.

por um comentário – informação asserida (PONTES, 1987; GALVES, 1998; ARAÚJO, 2006, 2009; MUNHOZ, 2011; VASCO 2006 – em suas diferentes concepções teórico-metodológicas).

Assim, neste capítulo, propõe-se fazer uma revisão teórica sobre as estruturas de tópico, mostrando que o português brasileiro (PB) pode organizar-se sintaticamente tanto como sujeito-predicado, como tópico-comentário. Metodologicamente utilizou-se a pesquisa bibliográfica que tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com matérias relevantes sobre a temática em questão (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 66). Contudo, a pesquisa bibliográfica aqui não é uma mera reprodução do que já foi dito, mas constitui-se a partir de um diálogo crítico com outras vozes que já falaram sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 1990).

As construções de tópico

As Construções de Tópico (CT) caracterizam-se por uma inversão da ordem canônica dos constituintes – SVO, na qual se tem um sintagma deslocado para o início, marcado por uma pausa sensível (a vírgula, na escrita). Esse tipo de estrutura pode ser encontrado com maior frequência na língua oral em uso, seja de falantes escolarizados ou não-escolarizados; e, como afirmam as diversas pesquisas, a topicalização não é mais um fenômeno somente da oralidade, mas acontece frequentemente na escrita (SILVA; ALVES, 2014). Com isso, percebe-se que “o fenômeno está enraizado em nossa língua e, por isso, se manifesta nas mais diversas situações, desde as mais informais até as mais formais” (SILVA; ALVES, 2014, p. 51).

(1) — E a Rosa?

— *A Rosa* eu falei com ela ontem.

(2) — Tô procurando a Vanda.

— *A Vanda* eu acho que tá dando aula.

(PONTES, 1987, p. 14; grifos da autora)

Percebe-se nas CT em (1) e (2) não só uma orientação sintática, mas, e principalmente, uma orientação discursiva das construções, nas quais o sintagma nominal (SN) inicial não é o sujeito da sentença, mas um SN dado pelo discurso, que a está iniciando e sendo retomado por um pronome lexical no seu interior e por uma lacuna – respectivamente. Portanto, nesse tipo de construção, “é necessário saber o que foi dito antes no discurso, caso contrário, pode-se não perceber a relação entre o tópico e o restante da sentença – comentário” (SILVA; ALVES, 2014, p. 57).

Assim, o tópico é um elemento que faz parte da interface sintaxe e discurso, obedecendo à estrutura da informação e, por conta disso, pode ser analisado sob duas perspectivas: sintaticamente e discursivamente, conforme apresenta Araújo (2009, p. 51):

sintaticamente, o tópico pode se realizar como um DP lexical ou pronominal, geralmente deslocado à esquerda em uma oração, em torno do qual será construído um predicado ou comentário; discursivamente, entretanto, o tópico não é visto apenas como um constituinte deslocado na oração, mas como um princípio de direcionamento do discurso, sinalizando que o falante/escritor pressupõe ser a informação desse constituinte inicial conhecida pelo ouvinte/leitor. Ou seja, o falante/escritor presume que a informação escolhida para ser o tópico já está disponível na mente do ouvinte/leitor no momento da produção linguística.

Como afirma Perini (2006), essas construções são apenas um dos problemas encontrados na análise sintática de algumas construções linguísticas. Isso acontece porque geralmente tem-se a ideia de que as funções de sujeito e predicado “definem [todas] as relações entre os constituintes, e que são mais ou menos suficientes para esgotar o assunto: todas, ou quase todas, as frases do português seriam analisáveis em termos dessas funções sintáticas” (PERINI, 2006, p. 189) – sendo as outras construções que fogem dessa ordem canônica definidas como exceções, ganhando algumas páginas nos finais dos compêndios normativos com o nome de figuras de sintaxe, de linguagem, de construção, de estilo³. Sobre esse problema,

³ Geralmente essas construções são apresentadas no “Apêndice” dos compêndios normativos. Esse é definido como um elemento adicional ao texto, utilizado somente para completar uma argumentação. No caso das GT de que o PB é uma língua de proeminência de sujeito-predicado e tudo que fugir dessa estrutura é relegada. Outro equívoco dos compêndios normativos é a definição das construções como figuras de sintaxe, sem a devida distinção entre esta e as figuras de linguagem e de pensamento, com exceção de alguns gramáticos como Faraco & Moura (1999). Em relação a essa distinção e sua relação com as CT ver Silva, Aragão e Parceró (2016).

Kato (1989) já havia dito que os constituintes na sentença são organizados de acordo à predicação estabelecida, podendo ser de sujeito-predicado ou tópico-comentário.

Essa dupla predicação já havia sido observada por Pontes (1987) e, recentemente, por diversos autores como Galves (1998) e Vasco (2006) – nas suas diversas abordagens teórico-metodológicas, no que diz respeito ao PB. Os estudos desses autores fundamentam-se na nova tipologia das línguas proposta por Li e Thompson (1976 *apud* PONTES, 1987, p. 11), segundo a qual as línguas poderiam ser divididas em quatro grupos, de acordo com a predominância de sua predicação:

- a) línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de sujeito-predicado;
- b) línguas com proeminências de tópico em que a estrutura das Ss é mais bem descrita como de tópico-comentário;
- c) línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que há as duas construções diferentes;
- d) línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, em que o sujeito e o tópico se mesclaram e não se distinguem mais os dois tipos.

Além disso, Pontes (1987, p. 19), baseando-se em Li e Thompson (1976), mostra algumas características do tópico nas línguas de tópico:

- a) Definição – o tópico é sempre definido, enquanto o sujeito pode ser indefinido;
- b) Relações seletivas – o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo, o sujeito sim.
- c) O verbo determina o sujeito, mas não o tópico – segundo Li e Thompson (1976), pode-se prever de um determinado verbo com que o sujeito vai ocorrer. Já o tópico não tem nada a ver com o verbo. Sua seleção é independente do verbo.
- d) Papel funcional – o papel funcional do tópico é constante através das sentenças. “Ele é o centro das atenções”, “ele anuncia o tema do discurso”. O tópico está mais ligado ao discurso.
- e) Concordância verbal – é muito comum nas línguas o sujeito entrar em relação de concordância com o verbo, mas concordância de tópico com verbo é rara.
- f) Posição inicial na sentença – foi notado que em todas as línguas o tópico sempre vem em posição inicial de S, mesmo naquelas que têm uma partícula marcadora de tópico como o japonês.

g) Processos gramaticais – O sujeito, mas não o tópico, desempenham um papel proeminente em processos como reflexivização, passivização [...]. Todos esses processos que são internos à sentença, são dependentes do sujeito. O tópico, como é independente da S, não governa tais processos sintáticos.

Durante muito tempo acreditou-se que o PB fosse uma língua de primeiro tipo, no qual as estruturas são, predominantemente, do tipo sujeito-predicado. Por isso, a definição de determinadas estruturas como figuras de sintaxe, ou seja, estruturas que fogem da ordem canônica desse tipo de predicação, servindo não como modelo, mas somente como ‘figuras’. Contudo, Pontes (1987, p. 39) afirma que “não é exagero pensar que se L&T [Li e Thompson] estão certos em sua proposta de tipologia, o português é no mínimo uma língua de terceiro tipo, em que as duas noções são proeminentes”. Concorde-se com a autora e define-se o português como uma língua com proeminência tanto de tópico como de sujeito, na qual essas duas formas de predicação estão de tal maneira mescladas que sua distinção é difícil.

(3) Os livros, eles estão em cima da mesa.

(4) Dessa cerveja eu não bebo.

(PONTES, 1987, p. 12)

A autora, em seus estudos sobre o PB, chamou a atenção para sentenças como (3) e (4) que apresentam outra forma de predicação, podendo ser classificadas como CT. Segundo Pontes (1987), é a partir da análise de sentenças desse tipo que se percebe a difícil distinção em relação às noções de tópico-comentário e sujeito-predicado⁴ no PB. Para Araújo (2006), essas duas formas de predicação são resultado de duas possíveis realizações sintáticas nas línguas: uma *marcada* e outra *não-marcada*; e, como afirma Tarallo (1990, p. 149), “sobrevive e fortemente atua, pois, no sistema português, uma tensão entre a ordem não-marcada e a ordem marcada”.

Segundo a autora, a forma não-marcada é manifesta pela ordenação dos constituintes na sentença, ou seja, “reflete o padrão usual da língua,

⁴ Em relação a essa difícil distinção ver Pontes (1986) e Munhoz (2011) que abordam a questão do tópico como sujeito e a problemática da distinção sintática dessas construções.

uma ordem canônica de constituintes dentro da própria língua” (ARAÚJO, 2006, p. 18); as construções de sujeito-predicado seriam analisáveis dentro dessa forma não-marcada por se constituírem a partir da ordenação dos constituintes. A forma marcada, por sua vez, é responsável por uma maior exploração das possíveis posições sintáticas em determinada língua, podendo afastar-se da ordem canônica dos constituintes, “não no sentido de um desvio, mas de [uma] opção que o usuário da língua tem de explorar as posições sintáticas disponíveis em sua língua, numa ordem de constituintes diferentes da canônica” (ARAÚJO, 2006, p. 18). Nesse sentido, as CT são formas marcadas que se constituem a partir do deslocamento de um sintagma para o início da sentença; marcadas porque o constituinte que inicia a sentença tem uma função discursiva e, geralmente, há uma pausa sensível entre o tópico e o comentário marcada na oralidade por uma pausa e na escrita por uma vírgula.

Para exemplificar, a autora apresenta dois exemplos:

(5) A: Quando João comprou o livro?

B: João comprou o livro ontem.

(6) A: Quando você vai visitar João?

B: João, vou visitá-lo amanhã.

(ARAÚJO, 2006, p. 19)

Em (5B), teríamos uma forma não-marcada, que legitima a ordem canônica SVO. Contudo, nessa sentença o sujeito, o SN *João*, é também o tópico, isso quer dizer “que o sujeito está na posição de tópico, e a posição de sujeito interna ao IP [*Inflectional Phrase* ou Sintagma de Flexão] deve estar preenchida por *pro* [Pronominal – forma vazia, usada com verbos flexionados]” (ARAÚJO, 2006, p. 19)⁵. Para Araújo, nesse tipo de sentença é preciso considerar que o sujeito está deslocado à esquerda, como é representado em (7); ou seja, o sujeito ocupa tanto a posição de tópico, quanto de sujeito, o que caracteriza “uma forte preferência no discurso

⁵ Optou-se por colocar, nas citações que tiverem siglas, as explicações entre colchetes. Ressalta-se que são explicações da(s) própria(s) autora(s), geralmente coloca nas Listas de Abreviaturas.

para interpretar o sujeito gramatical da S [sentença] como seu tópico, ou para colocar o tópico na posição de sujeito” (REINHART *apud* PONTES, 1986, p. 185).

(7) [João [*pro* comprou o livro ontem]].

(ARAÚJO, 2006, p. 19; grifos da autora)

Em (6B), o SN *João* tem somente a função de tópico, forma marcada que apresenta, normalmente, “uma pausa virtual [...] característica do tópico” (PONTES, 1987, p. 36). As CT são formas marcadas, que se constituem a partir do deslocamento de um SN para o início da S, podendo ou não ser retomado internamente nela (ARAÚJO, 2006; CUNHA, 2016). Em (6B), o SN *João*, deslocado à esquerda, é retomado pelo pronome dentro da sentença.

Assim:

Poderíamos dizer, então, que a gramática determina através de suas regras, a configuração não-marcada da ordem das palavras, e que sobre essa se imporá o princípio funcional que atribuíra colorações estilísticas diferenciadas aos enunciados na medida em que a ordem básica é quebrada. Apesar, porém, da sobrevivência e da atuação do princípio funcional, a gramática dirá “*não*” ao princípio funcional, se com a ruptura da ordem básica por ela determinada, as funções gramaticais se perderem (TARALLO, 1990, p. 151).

Com isso, percebe-se que enquanto o princípio funcional não romper a estrutura canônica dos constituintes ele será aceito, como acontece em (7), devido a difícil distinção entre estruturas SVO e de tópico sujeito.

(8) Café eu tomo de manhã cedo.

(9) Eu só tomo de manhã cedo, café.

(PERINI, 2006, p. 193-194; grifos do autor)

Silva e Pinto (2020, p. 11) chamam a atenção para o fato de que as construções com predicções sujeito-predicado ou tópico-comentário são produzidas naturalmente pelo falante de língua materna, “uma vez que ambas organizações dizem respeito a organizações diferentes da sentença: a primeira corresponde à estrutura sintática e a segunda à estrutura informacional”. Segundo os autores, a partir desses níveis, as sentenças podem se organizar de diferentes maneiras, podendo, em alguns casos, possuir uma equivalência entre elas, como nas construções de *Tópico Sujeito*.

Como forma marcada, o tópico é definido como “o deslocamento de um sintagma de sua posição ‘neutra’ [forma não-marcada] para o início da frase” (AZEREDO, 2008 *apud* SILVA; ALVES, 2014). Esse deslocamento de um sintagma pode ser feito tanto à esquerda – (8) – como à direita – (9). Contudo, como o tópico é uma entidade discursiva é mais comum que seu deslocamento seja realizado à esquerda, já que esse sintagma é responsável por retomar o tema/assunto da sentença ou do discurso, sendo esse algo recuperável no texto ou no contexto e de conhecimento dos interlocutores. Acredita-se ser essa função introdutória e referencial do tópico que faz com que seu deslocamento à direita não seja muito comumente realizado, uma vez que não se introduz – no contexto dessas construções – nada ao final da sentença.

É essa função do tópico de *ser um referencial discursivo* que o situa num sistema de interface, ou seja, localizado entre a sintaxe e o discurso, pois, como afirma Neves (1997), é essa integração de diversos componentes que constitui o paradigma funcionalista⁶. Assim, a gramática “parece ser internamente estruturada como organismo, dentro do qual alguns subsistemas são mais proximamente relacionados entre si” (NEVES, 1997, p. 24). Logo, nas CT, são os subsistemas discursivo e sintático que estão estreitamente relacionados.

Perini (2006), ao abordar as construções de tópico, como também os mecanismos de topicalização⁷, aborda uma questão como o “problema” das CT, tendo em vista que essas construções “podem ser distinguidas em

6 Considerando-se que as CT são motivadas principalmente por uma foto discursivo-funcional.

7 Na literatura corrente percebe-se uma problemática em relação às nomenclaturas de *tópico*, *topicalização* e *deslocamentos*. Contudo, como não é o objetivo deste trabalho uma revisão desses conceitos, concorda-se com Silva & Alves (2014, p. 49) que “o termo ‘topicalização’ remeterá apenas à noção de ‘construções de tópico’”.

dois tipos nitidamente diferenciados: os **tópicos sentenciais** e os **tópicos discursivos**” (PERINI, 2006, p. 189; grifos do autor). Segundo o autor, as CT de tipo sentencial são construções na qual o sintagma que inicia a sentença pode ser analisado em termos de sua função sintática, ou seja, é um sintagma que possui um lugar canônico na sentença. Contudo, ao se considerar que esse elemento possui uma função sintática, não se está dando uma dupla função ao sintagma, apenas atribuindo-lhe um caráter discursivo, porque (10) e (11) apesar de terem os mesmos sintagmas não são iguais do ponto de vista comunicativo; são estruturas parecidas, mas não são semelhantes. Em (10), o SN *café* possui uma importância maior, sendo o tópico sentencial.

(10) **Café** eu só tomo de manhã cedo.

(11) Eu só tomo **café** de manhã cedo.

(PERINI, 2006, p. 190; grifos nossos)

Com isso, afirma-se, juntamente com Perini (2006), que o SN *café* em (10) e (11) não tem apenas a função de objetos diretos, mas, particularmente em (10), esse SN é alguma coisa mais, a que chamamos de tópico sentencial. Contudo, o tópico sentencial não é uma função sintática, mas comunicativa “cujo conteúdo aproximado é ‘aquilo sobre o qual se fala’; essa função comunicativa se expressa formalmente através da colocação do elemento no início do período” (PERINI, 2006, p. 190); por isso não há necessidade de se pensar em uma dupla função sintática do SN *café*, mas pensar em vias de uma função sintática e outra comunicativa. Portanto, pode-se definir o tópico sentencial como “o termo do qual se afirma (ou pergunta) alguma coisa” (PERINI, 2006, p. 193).

O tópico sentencial está ligado mais à língua escrita, pois é responsável pela não correspondência semântica apesar da organização sintática dos sintagmas serem semelhantes. O tópico discursivo, por sua vez, está mais ligado à língua falada, sendo raro na escrita (PERINI, 2006).

(12) O sapato, tenho de colocar **o sapato** na frente do pesponto.

(SANTIAGO, 2002, p. 23; grifos nossos)

(13) Quando comecei a correção, os alunos **eles** demostram gostar da matéria me fazendo muitas perguntas.

(SILVA; ALVES, 2014, p 51; grifos das autoras)

Em (12), apesar dos sintagmas serem resultado de um mecanismo de topicalização feito a partir de uma cópia, cada sintagma possui uma função própria, sendo discursiva e sintática – respectivamente. Isso é possível porque, segundo Perini (2006, p. 196), “em termos de significado, muitas vezes o tópico discursivo funciona como um dos termos da oração – mas o termo está também presente na própria estrutura oracional [ou no seu lugar canônico]” e, como nenhuma S pode possuir dois elementos com a mesma função sintática, “não podemos simplesmente encaixar o tópico discursivo na oração”.

A diferença entre o tópico sentencial e o tópico discursivo é que se naquele o sintagma deslocado possui um lugar canônico dentro da sentença, neste o sintagma que inicia a sentença está ligado à outra sentença sintaticamente completa (PERINI, 2006). Essa definição de Perini possui alguns problemas, já que em algumas construções o termo que inicia a sentença, apesar de não parecer ter, tem um lugar canônico na sentença, como o sintagma *esse carro* em (14), exemplo dado pelo autor para o tópico discursivo:

(14) **Esse carro** o motor tá precisando trocar.

(PERNI, 2006, p. 193; grifos nossos)

Em (14) ocorreu o apagamento da preposição do sintagma preposicionado durante o seu deslocamento. Esse tipo de construção é definido por Araújo (2009) como *topicalização selvagem* e ocorre com qualquer sintagma que precise ser regido por preposição, mas que seja realizado sem ela, como consequência de um apagamento durante o movimento do sintagma preposicionado (ARAÚJO, 2009).

Apesar dessa generalização em relação ao tópico discursivo, concorda-se com Perini (2006) que neste tipo de tópico o sintagma possui uma função pragmática. Ao dizer isso, afirma-se que estudar o tópico discursivo é transpor as fronteiras da sentença e interessar-se pelo estudo das condições de produção dela (PERINI, 2006). Portanto, no contexto discursivo, o sintagma que inicia a sentença cria “um quadro de referência espacial, temporal ou individual dentro do qual a predicação principal é válida” (CHAFE, 1976 *apud* PERINI, 2006, p. 197). Ou seja, é somente dentro desse quadro de referência que o sintagma topicalizado pode ser interpretado, pois “depende em grande medida dos conhecimentos, expectativas e crenças que o emissor e o receptor têm em comum, somados a inferências lógicas e simples de bom senso [...] [limitando] as possibilidades, facilitando a interpretação do restante do comentário” (PERINI, 2006, p. 198).

Com isso, define-se o tópico como um componente de interface que deve ser analisado numa perspectiva sintática e discursiva, como propõe Araújo (2006). Para a autora, nessa perspectiva, o tópico não é visto apenas como um constituinte deslocado da oração, mas como um princípio de direcionamento do discurso, sinalizando o que o falante/escritor pressupõe ser a informação inicial conhecida pelo ouvinte/leitor, podendo ou não ser deslocado de um lugar que lhe é canônico na sentença. O tópico pode ser analisado sintaticamente, porque, quando deslocado à esquerda, o tópico é o constituinte que ocorre no início da oração – antes do sujeito, se houver, como em (6B), na qual o sujeito é (*eu*) e o tópico *João*. E, discursivamente, tem a função de marcar a transição na mudança de assunto ou retomar o que foi dito antes, estabelecendo a progressão temática do texto. Por isso, neste trabalho concorda-se com Araújo (2006) que o tópico é uma entidade sintático-discursiva e que se movimenta tendo em vista a satisfação de requerimentos discursivos, não sintáticos.

Considerações finais

Percebe-se, então, que as gramáticas normativas estão equivocadas ao quererem normatizar somente uma única forma de organização dos constituintes na sentença, com a falsa ideia, como afirma Perini (2006), de que a ordem sujeito-predicado, e mais precisamente a ordem SVO, define todas as relações possíveis entre os constituintes, esgotando o assunto. No entanto, é possível haver normas sociais, sempre plurais, normais, implícitas, objetivas, conviventes, ao contrário de uma norma sempre singular, normativa, prescritiva, explícita, subjetiva, segregadora, própria à tradição escolar enraizada em nossa sociedade (MATTOS E SILVA, 2001, p. 28).

Conclui-se, portanto, que a ordem colocada como canônica não é comum a toda a língua, mas se diferencia a partir da orientação predominante da produção linguística: sintática ou discursiva. As organizações que privilegiam a sintaxe tendem a organizar seus constituintes na relação sujeito-predicado, enquanto que as organizações discursivas preferem organizar-se na relação tópico-comentário, levando em consideração o que seu interlocutor sabe (informação pressuposta) ou não sabe (informação asserida). Assim, as CT não são desvios que devam ser evitados, mas satisfazem uma necessidade discursiva do falante/escritor.

Referências

ARAÚJO, E. A. **As construções de tópico do português dos séculos XVIII e XIX**: uma análise sintático-discursiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006.

ARAÚJO, E. A. As construções de tópico. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CUNHA, A. S. C. **Estrutura Tópico-Comentário**: a tradição gramática e o ensino de redação. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/5164/3787>>. Acessado em 25 de julho de 2016.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Cadernos**

- de Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 34, p. 19-31, jan./jun. 1998.
- KATO, M. A. Tópico e Sujeito: duas categorias na sintaxe? **Cadernos de Estudos Linguísticos, São Paulo**, n. 17, p. 109-31, jul./dez. 1989
- KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala X a Língua que se ensina. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MUNHOZ, A. T. **A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito**: o caso dos sujeitos locativos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Brasília: Brasília, 2011.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERINE, M. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PONTES, E. S. L. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática, 1986.
- PONTES, E. S. L. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- SANTIAGO, S. **Em liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- SILVA, F. C. O.; ALVES, S. B. A topicalização e outros deslocamentos: aspectos morfossintáticos e semânticos. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. *et al.* **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- SILVA, J. B.; ARAGÃO, C. A.; PARCERO, L. M. J. **Português do semiárido**: construções de tópico ou figuras de sintaxe? Disponível em < http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/completo/Portugu%EA%20do%20semi%EA%20-%20JACKSON.pdf>. Acessado em 11 de out. de 2016.
- SILVA, J. B.; PARCERO, L. M. J. **Um estudo do Português do Brasil**: construções de tópico ou figuras de sintaxe. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 67 Supl.: Anais do IXI SNIEFIL/CiFEFiL, jan./abr. 2017.
- SILVA, J. B.; PARCERO, L. M. J. Inversão na ordem canônica da sentença: possibilidades para o ensino de sintaxe. *In*: CASTRO, A. S. A. *et al.* **Educação, Linguística e Literatura**: múltiplas faces do ensino. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019.
- SILVA, J.; PINTO, C. F. A topicalização ou o apagamento do objeto direto no português rural do semiárido baiano. *In*: SILVA, J.; MARTINS, M. A. (org). **Estudos Linguísticos**: (Novos)Caminhos. Ananindeua: Itacaiúnas, 2020.
- TARALLO, F. **Tempos lingüísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thaís Cristófaros Silva. São Paulo: Contexto, 2004.
- VASCO, S. L. **Construções de tópico na fala popular**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

A emergência da construção condicional *se pá*

Gustavo da Silva Andrade¹

Sérgio Casimiro²

Considerações iniciais

Assumimos, neste texto, que a língua é um “organismo” em constante modificação, alterando-se em decorrência do uso e das necessidades comunicativas dos falantes. As intenções pragmáticas dos falantes e as unidades semânticas são codificadas em expedientes morfossintáticos, os quais variam na forma; fazendo, com isso, emergir novas estruturas para codificar tais intenções e as referidas unidades semânticas. Nesse sentido, inexistente uma gramática, sincronicamente, estável. Hopper (1987) entende a gramática como resultado de um contínuo processo de (re)organização discursivo-pragmática, semântica e morfossintática da língua, a partir do qual emergem novas formas e novas funções.

Nesse cotejo, os expedientes morfossintáticos podem codificar informações de forma canônica (aquela próxima ao que se prevê em gramáticas e em manuais) ou não. A título de exemplo, se considerarmos as formas de expressar o valor condicional no português do Brasil, encontramos estruturas encabeçadas pela conjunção prototípica *se*, mas, também, novas formas podem emergir do uso, as quais podem ser expedientes não-canônicos aptos a codificarem o valor condicional (HIRATA-VALE, 2005).

Investigaremos, neste capítulo, a emergência do juntor condicional *se pá* no português falado do Brasil. Esse processo de emergência de jutores

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos (Unesp). E-mail: gustavo.s.andrade@unesp.br.

² Doutor em Linguística (UNICAMP). E-mail: sergiomyro@yahoo.com.br.

é comum em línguas românicas, dada a diminuta herança de elementos gramaticais do latim. No âmbito das conjunções, Longhin (2015) aponta haver contínua recomposição desse quadro “[...] por meio de processos de mudança, sobretudo [...] por gramaticalização, que reanalisam a categoria e o sentido de palavras já existentes” (LONGHIN, 2015, p. 60); tendência já identificada em Kortmann (1997). Em decorrência da concepção de emergência, é possível prever que alguns esquemas de conjuncionais emergem cotidianamente. Trata-se, por exemplo, do esquema *x + pá*, que apresenta alto índice de ocorrência na fala de jovens, em duas construções: (i) *se pá*, como em, *youê vai à festa? – se pá eu vou*; e (ii) *pode pá*, como em, *leva amanhã o meu foninho! – pode pá*; exemplos recriados a partir de contextos reais de uso (ANDRADE, 2020).

Interessa-nos, aqui, a primeira construção, dado seu uso não canônico para marcar a estrutura condicional no português. É preciso salientar que não temos uma reanálise de construção temporal dando origem a contexto condicional (processo comum e que dá origem, segundo Kortmann (1997), a uma gama de conjunções de causa, de condição e de concessão), mas, sim, a reanálise de uma construção típica de condicionalidade *se p, q* (*se eu tiver dinheiro, eu vou*), em que um encapsulador, *pá*, (*se pá, eu vou*), substitui toda a prótase.

O processo, que origina o juntor *se pá*, parece ser produtivo e estar relacionado a um tipo de fala jovem e da periferia, principalmente, dada a alta frequência de ocorrências em letras de funk. Segundo Agostini (2017), a construção *se pá* está associada à fala da capital paulista e “[...] parece ser característica da fala dos *rappers*, já que tem sido muito utilizada em letras de músicas do ritmo musical no estilo do *rap* [...]”. (AGOSTINI, 2017, p. 9). Contudo, é preciso deixar claro que não se trata de um tipo de construção exclusivo desse grupo: encontramos ocorrências de *se pá* nas falas de skatistas, em músicas do estilo sertanejo universitário, em funks cariocas e paulistas, entre outros. De forma generalizada, a construção parece estar enraizada na fala de jovens e, paulatinamente, expande-se para outros grupos sociais e para outras faixas etárias.

A emergência recente da construção *se pá* no quadro das construções condicionais no português parece ir ao encontro de alguns parâmetros específicos das línguas, a saber: (i) economia linguística, visto que o *pá* atua como um encapsulador da prótase, reduzindo o material linguístico utilizado na comunicação; (ii) reformulação no fluxo de informação, em decorrência da capacidade de a construção selecionar o tipo de informação a ser focalizada; e, por fim, (iii) redução do uso do subjuntivo, prescrito para as orações condicionais, como o tempo do verbo da oração hipotática.

Condicionalidade: revisitando conceitos

No português, a análise das construções condicionais complexas pode ser representada pela análise de orações iniciadas por *se*. Neves (2000, p. 829) apresenta um esquema de construções que possibilita duas formas de ordenação das orações condicionais, conforme (1) e (2):

- (1) **se** oração condicional oração principal
- (2) oração principal **se** oração condicional

Para a autora, as orações condicionais indicam o que, geralmente, pode ser definido pelo rótulo de *condição*.

A indicação mais tradicional e comum que se faz para construções **condicionais** diz respeito às relações lógico-semânticas expressas, que assim se enunciam (nomeando-se **p** à primeira oração e **q** à segunda): “se **p**, **q**” → “**p** verdadeiro e **q** verdadeiro” (NEVES, 2000, p. 832; grifos da autora).

A relação entre o conteúdo da oração condicionante (prótase) e da condicionada (apódose) expressa-se nos termos de uma relação em que a ORAÇÃO 1 é uma condição para a realização do que está expresso na ORAÇÃO 2, analisada como uma consequência ou, mesmo, um resultado da resolução da condição enunciada. Para Halliday (1985), a condicionalidade é uma relação altamente complexa, no plano semântico.

Isso porque no que tange ao fluxo da informação, a prótase, quando anteposta, constitui um ponto de apoio para a referência, “[...] uma espécie de moldura de referência [...]” (NEVES, 2000, p. 833).

Cabe destacar ainda que a condicionalidade prevê a mobilização de diferentes arquiteturas sintáticas, além de envolver um traço polissêmico de fluidez nos limites entre a relação de condição e outros sentidos, e.g., tempo, causa/efeito, modo, alternância (KORTMANN, 1997; NEVES, 2000; VAZ LEÃO, 1961). Para Sweetser (1990), aliada a essa fluidez nos limites entre as relações semânticas, há, ainda, o caráter polissêmico das relações pragmáticas, cujo sentido de condição pode resolver-se em diferentes domínios cognitivo-pragmáticos, os quais envolvem relações tanto em um nível mais concreto, quanto em um nível mais abstrato.

Descrição sintática das orações condicionais

Construções condicionais são, frequentemente, identificadas à luz de critérios formais: resumem-se à presença de um conectivo na oração de condição (*período hipotético*). Para Neves e Braga (2016): (i) dada a realidade/verdade de **q** depende da realização/verdade de **p**, a construção condicional é real/factual; (ii) dada a não realização/falsidade de **p** e a não realização/falsidade **q**, denomina-se a construção de irreal/contrafactual; e, por fim, (iii) dada a potencialidade de **p**, segue-se a eventualidade de **q**, o que configura construção eventual/potencial.

Especificamente, as condicionais factuais (ou reais) englobam dois aspectos do enunciado: a *realidade*, atributo do estado de coisas, e a *factualidade*, atributo dos fatos possíveis. O período real, ou factual, é, pois, compreendido em termos de sua realidade, i.e., “[...] o enunciado da prótase é apresentado como real e, a partir daí, o enunciado da apódose é concebido como uma consequência necessária, portanto, também real” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 144). Distintamente das factuais, condicionais irreais ou contrafactuais expressam uma falsidade (segura). Significa dizer que tanto a prótase, como a apódose apresentam estados de coisas não

existentes. Por fim, as condicionais das eventuais ou potenciais apresentam um cenário em que a prótase tem sentido eventual, i.e., o enunciado da apódose é tido como certo, se, e somente se, a condição enunciada na prótase seja satisfeita.

Claramente, essa proposição é apenas teórica, o que significa questionar se essa relação é identificada no mundo empírico. Grosso modo, a partir dos dados empíricos, as autoras afirmam que a apódose sempre dependerá da condição expressa na prótase. Observemos os exemplos em (3-5), retirados de Neves e Braga (2016, p. 142):

- (3) a. ...*se na mulher se retira os ovários...* retirando portanto a fonte pro/da/eh::/ elaborada de hormônio... feminino. o::as glândulas mamárias... elas se atrofiam.
- (4) a. *se ele armazenou aquilo e devolve da mesma maneira como ele a recebeu,* ele não fez nenhum trabalho, ele não manipulou essa informação.
- (5) a. [bem... então::... a partir disto olha nós vamos poder entender... qual o tipo de arte que se desenvolveu *porque*] *se eu quero criar... uma réplica da realidade... um Duplo do animal que eu quero caçar* qual é o único estilo que eu posso usar?

Os exemplos em (3-5) foram levantados de dados de fala e apresentam subtipos de ocorrência de construções condicionais. Em (3), identifica-se, mais concretamente, uma relação causal, i.e., a relação temporal entre os dois eventos (um precedente e um decorrente desse) permite prever o segundo a partir do primeiro. No exemplo, prevê-se que a mulher terá atrofia das glândulas mamárias, em decorrência da retirada dos óvulos e da diminuição de produção de hormônios. A esses casos, as autoras denominam de *condicionais de conteúdo*.

Condicionais epistêmicas, exemplificadas por (4), diferenciam-se das de conteúdo, pois a interpretação do conteúdo está relacionada aos conhecimentos do falante. No exemplo, se não houve nenhum tipo de alteração no material, parte-se do pressuposto, i.e., o falante *conclui* que não houve trabalho. Por fim, em (5), exemplo de *condicional de atos de fala*, a condição de criar uma réplica da realidade, um duplo de um animal,

apenas tem potencial na formulação de uma pergunta (*qual é o único estilo que eu posso usar?*), i.e., o ato de fala expresso na apódose somente se torna pertinente pelo contexto construído pela condicionalidade da prótase.

Neves e Braga (2016) apresentam apenas dois parâmetros: a posição da prótase em relação à apódose e as correlações modo tempo, entre a apódose e a prótase nas condicionais reais, irreais e eventuais. No que tange à correlação modo-temporal, não há uma padronização clara, variando-se o tipo de modo e de tempo na apódose e na prótase de forma correlacionada ao tipo de oração. Especificamente a posição, identifica-se uma tendência a uma prevalência da iconicidade. Quando usada na ordenação oracional, marca uma construção de acordo com a lógica-semântica dessas construções ou interferir na organização discursiva, refletindo a iconicidade, como ilustra o Quadro 1.

Condicional	Ordem da prótase em relação à apódose	Construção	
		Marcada	Não-marcada
Real	Anteposta		X
	Posposta	X	
	Intercalada	X	
Irreais	Anteposta		X
Eventuais	Anteposta		X
	Posposta	X	
	Intercalada	X	

Quadro 1: Relação de posição e marcação.

Fonte: elaboração dos autores.

Nas construções reais, são pouco frequentes a posposição e a intercalação; sendo possível, em alguns contextos, o apagamento da apódose. A ordem não-marcada, dessas construções, decorre de uma iconicidade lógico-semântica, segundo a qual “[...] primeiro se codifica um estado de coisas como preenchimento de uma condição (prótase) para só então se enunciar a realidade de um estado de coisas ou a factualidade de uma proposição (apódose)” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 150). Condicionais

irreais (ou contrafactuais) são pouco frequentes. Diferentemente das factuais, nessas não há ocorrências de posição ou de intercaladas. Por fim, há construções eventuais, as mais frequentes no *cópus*.

Encaixamento social e implementação da construção *se pá*

Assim como qualquer fenômeno que envolve mudança linguística, a construção *se pá* emerge a partir de usos inovadores de determinados falantes. Mesmo que a mudança, no caso de construções, ocorra em virtude de fenômenos cognitivos e linguísticos, há, também, motivações sociais relacionadas à origem, à difusão e à produtividade dessas expressões. Tentamos, aqui, contextualizar essa construção em uma possível variedade linguística, tendo como hipótese que sua origem se dá em um determinado contexto social e espalha-se, depois, para outros contextos de fala. Tal como propõe Labov (1994, p. 3; tradução livre do original), “[...] para se entender as causas da mudança, é necessário saber onde ela se origina na estrutura social, como se espalha para outros grupos sociais e quais grupos resistem a ela”. Entendemos, assim, que uma mudança linguística é uma mudança em um comportamento social.

Nesse cotejo, é preciso lembrar que, para Marcuschi (2008), há um contínuo entre a fala e a escrita, que se correlaciona à formalidade e à informalidade. Para o autor, alguns gêneros apresentam características que os constituem como mais ou menos formais, independentemente do polo com o qual estejam relacionados. A título de exemplo, podemos tomar letras de música como um gênero discursivo desse *cline* com aspectos mais orais e mais informais, na maioria das vezes. Além do mais, uma música e suas letras são representantes de uma cultura popular específica.

Não há grandes evidências sobre a origem da construção *se pá*. Vênia seja dada, com base nas ocorrências identificadas, assumimos, como hipótese, que a construção emerge de contextos de fala em variedades sociais (LABOV, 2008), marcando a identidade de um determinado grupo social e variedades usadas por falantes de determinada idade (cronoleto). As ocorrências foram, majoritariamente, encontradas em músicas do

gênero/estilo musical *funk*. Essinger (2005) identifica que o *funk* brasileiro é subdividido de acordo com suas várias formas de expressão: *funk carioca*, *funk paulista*, *funk raiz*, *funk ostentação*, entre outras; contudo, independentemente de sua subdivisão o *funk* é um *locus* de expressão e de representação do jovem.

Para Agha (2008), um registro é “um repertório linguístico que está associado, internamente a uma cultura, com práticas sociais particulares e com pessoas que se engajam em tais práticas” (AGHA, 2008, p. 216). Ao verificarmos seu uso bastante frequente em letras de *funk*, levantamos a hipótese de que a construção *se pá* pertenceria a um determinado registro linguístico associado com essa formação cultural: jovem e periférica. No entanto, essa construção vem sendo cada vez mais empregada em contextos mais formais e letrados, por falantes de classes sociais mais altas, e.g, em propagandas, como ilustra a Figura 1.



Figura 1: Propaganda com uso do *se pá*, de abril de 2015

Fonte: Página da *Burger King* no Facebook.

No exemplo, fica evidente que a construção *se pá* sai de um domínio oral e menos letrado, como no caso das letras de *funk*, para ser empregada em práticas que envolvem usos sociais da leitura e da escrita, como em

propagandas ou outros textos jornalísticos – alterando seu estatuto na escala de Marcuschi (2008). Dessa forma, construções típicas da fala de grupos sociais mais populares ganham prestígio e são apropriadas por classes sociais mais altas. Podemos dizer, nesse caso, assim como no caso do *funk*, que a periferia é quem dita a “moda” a ser reproduzida por outros grupos sociais. É claro que a propaganda, ao buscar atingir um determinado público consumidor, se vale de expressões linguísticas que caracterizam a fala ou o registro desse grupo social, de modo a “captar a benevolência” desses consumidores. Poderíamos dizer que há, aqui, também o que Bell (1984) denomina como “design da audiência”.

Métodos de investigação

Por se tratar de uma construção bastante incipiente, as ocorrências de *se pá* são mais frequentes em língua falada, ou em contextos que se aproximem da língua falada. Para levarmos a cabo essa hipótese, procedemos a uma busca em *córpus* de língua falada, a saber: Iboruna (GONÇALVES, 2007), Projeto História do Português Paulista (SIMÕES *et al*, 2011), SP-2010 (MENDES, 2011) e *Córpus da Lusofonia* (NASCIMENTO, 2000). Não identificamos nesses nenhuma ocorrência de *se pá*, atestando sua emergência muito contemporânea e em contextos de fala muito específicos.

Optamos, portanto, por um levantamento junto a um *córpus* virtual, que congregue letras de música. Para Koch (2009; 2011), sob uma concepção sócio interacional de língua, o texto se dá na interação e os interlocutores são sujeitos ativos que, dialogicamente, nele se constroem e são construídos. O texto é uma atividade interativa de coprodução de sentidos. Dessa forma, as letras de música são um dos gêneros discursivos empregados na interação entre sujeitos.

Enquanto gêneros discursivos, as letras de músicas apresentam, então, tema, estrutura composicional e construções estilísticas específicas. Em uma relação texto/contexto (HANKS, 2008; KOCH, 2007; 2009; 2011),

podemos afirmar que textos como “letras de músicas” estão ancorados ao seu contexto histórico e social de produção. Dessa forma, recursos linguísticos são mobilizados a partir de um contexto “macro”, que engloba toda a conjuntura sócio-histórica em que um enunciado é produzido, e a partir de um contexto “micro”, que envolve as relações interpessoais nas quais um discurso ocorre.

Nem todos os estilos musicais, dentre as diferentes letras de músicas existentes no site consultado, apresentam dados da construção, o que nos motivou a fazer um outro recorte: o estilo ou a categoria de música (*funk*, sertanejo etc.). Como apontamos inicialmente, a construção parece estar relacionada ao registro de um grupo social específico, portanto, pode ser mais produtiva em determinadas categorias ou estilo musicais.

Somando tudo isso, podemos correlacionar o gênero discursivo “letra de *funk*”, num contínuo fala-escrita, como representante do domínio oral e informal, e, num contexto cultural, como representante da cultura periférica, uma vez que dá voz e legitimidade aos MC’s, que se expressam por formas linguísticas que iconizam (IRVINE, 2001) sua identidade.

É nesse sentido que nos interessa observar em quais subtipos do gênero “letra de música” emergem as construções *se pá*. Como já mencionamos, as ocorrências foram encontradas majoritariamente em músicas pertencentes à categoria *funk*. Reiterando o que menciona Essinger (2005), de um modo geral, o *funk* é um *locus* de expressão e de representação do jovem, tal como no trecho abaixo:

No trabalho de campo para a confecção da tese, Hermano se depara com um mundo habitado por jovens em sua maioria pobres, que saíam em grupos pela noite, em busca de diversão nos bailes funk, que não cobravam os preços proibitivos das boates. Para eles, o Dj era uma figura secundária, que tocava de costas para o público – as atrações eram as equipes de som, com suas luzes e seus alto-falantes, e os balanços que elas tocavam. Balanços dos quais os jovens nem sequer sabiam os nomes, ou mesmo os artistas que os compuseram e gravaram. Era um público que curti o funk, mas que também podia curtir samba, forró, rock ou o que mais tocasse nos outros ambientes do clube. O funk, porém, era seu ritmo favorito, e a frequência ao baile, religiosa (ESSINGER, 2005, p. 74).

Assim, as letras dessas músicas refletem em medida igual a fala dos jovens (LOPES, 2011). Portanto, selecionar dentro da tradição das músicas

esse gênero específico justifica-se pela ocorrência incipiente do *se pá* em falas de jovens, além de um aparente³ pressuposto: o *se pá* está relacionada a um registro (AGHA, 2007; 2008) ou a comunidades de prática específicas (WENGER, 1998).

Dessa forma, para a seleção dos dados, procedemos a uma pesquisa em uma *website* que compila letras de músicas⁴ e que permite a busca por meio de elementos que estejam presentes nas letras musicais. Foram identificadas 100 (cem) ocorrências de *se pá*; dessas, 12 (doze) eram em outros idiomas e foram excluídas. Dessa forma, em português, foram identificadas 88 (oitenta e oito) ocorrências. A partir de um refinamento (cujo critério foi a classificação no gênero *funk*), selecionamos 38 (trinta e oito) ocorrências.

Resultados

É preciso destacar que, das ocorrências identificadas, nem todas atuam diretamente como conjunções. A construção em (6) apresenta o uso de *se pá* como advérbio, indicando a possibilidade de ocorrência.

- (6) Agora quem não te quer sou eu
Se pá te explico ontem tava duro
So que agora tô rico
E tu engordou teve filho de um boysão
Que te abandono
E não quer mais paga pensão

(McMM:AgoraPatrão)⁵

É preciso destacar que o uso de *se pá* parece mais frequente na

3 Aqui, cabe destacar que a motivação para a seleção desta ocorrência é a própria percepção de uso do articulista. Não há estudos que monitorem a fala cotidiana contemporânea.

4 Trata-se do <https://www.vagalume.com.br/>. A plataforma é gratuita e compila letras para livre reprodução, desde que devidamente identificadas. Casos em que haja proibição judicial de divulgação da letra, há notificação na própria página. Todas as letras, aqui utilizadas, são de acesso livre e serão devidamente creditadas, por meio da indicação do intérprete e do título da Música.

5 Para identificação das ocorrências, utilizamos o nome do intérprete, seguido da canção, cujo nome foi abreviado.

linguagem em uso, em decorrência do declínio do uso do subjuntivo (PIMPÃO, 2017). Ao analisar os usos do subjuntivo, Pimpão (2017) atesta uma relação quase categórica entre o advérbio *talvez* e o subjuntivo. Dessa forma, a prevalência de construções como a em (6) é recorrente na língua falada, na qual há uma diminuição do uso do subjuntivo.

Nas ocorrências, identificamos contextos em que há apenas uma leitura adverbial para *se pá*, outros em que há flutuação entre a leitura adverbial e conjuncional. Nos contextos em que apenas a leitura conjuncional prevalece, há predominância para leitura condicional e um caso, apenas, de leitura concessiva, conforme quantifica a Tabela 1.

Tipo de Construção	(f)	%	
Advérbio	14	36,84	
Flutuação	7	18,42	
Conjunção	Condicional	16	42,10
	Concessiva	1	2,64
Total	38	100,00	

Tabela 1: Ocorrências de *se pá*

Fonte: elaboração dos autores.

Observamos uma predominância dos contextos condicionais de *se pá*. É possível construir uma hipótese argumentativa. Revisitando Ducrot (1977; 1981; 1987) é possível identificar que algumas estruturas sintáticas contribuem com a construção dos sentidos dos textos. O apagamento da prótase possibilita construir um jogo argumentativo, no qual se apresenta como condição toda uma porção textual anafórica (7) ou catafórica (8).

(7) E ele não aguenta
 E não se contenta, querendo entender
Por que tu é tão fria?
 Por favor me explica e me responde o por quê?
É porque se pá, eu já sofri demais
 E não quero essa vida
 E se eu te iludir, tenho que confessar
 Minha missão foi cumprida
 Não sei o que é amor, e namorar nem vira
 Muito prazer, eu sou a Julieta Cretina

(McVeroki:JulietaCretina)

(8) **Se pá** ela tem vida própria
 Eu tive que reparar
 Que ela desce quando o Dj toca
 Trava e vai devagar
 [...]
Esse bumbum que faz tumbalatum
 Esse bumbum que faz tumbalata
 Esse bumbum que faz tumbalatum
 Balatum, balatum, joga ele pro ar

(McKevinho:Tumbalatum)

Em (7), a prótase está contida na pergunta, atribuída ao interlocutor. Por sua vez, (8) apresenta o movimento realizado pelas nádegas do referente, como condição para a afirmação enunciada anteriormente (*ela tem vida própria*). É possível observar que o *se pá* ganha em argumentatividade, atuando como um conectivo funcional no discurso.

No que diz respeito à ordenação da prótase em relação à apódose, seguindo a proposta de Neves e Braga (2016), há uma predominância da anteposição da prótase. Contudo, cabe destacar que, diferentemente das construções típicas, as com *se pá* apresentam possibilidades diversas de ordenação, envolvendo a ordenação do conectivo, conforme apresenta a Tabela 2.

Tipo de Construção		(f)	%
Concessiva	se pá – apódose	1	04,2
	apódose – se pá – prótase	3	12,5
Condicional	prótase – se pá – apódose	5	20,8
	se pá – apódose	5	20,8
Flutuação	se pá – apódose – prótase	3	12,5
	(prótase) se pá – apódose	7	29,2
Total		24	100,0

Tabela 2: Ordem da prótase e do conectivo *se pá*

Fonte: elaboração dos autores.

A predominância da ordem reflete princípios gerais das condicionais, previstos por Neves (2000). Mesmo nas construções em que a prótase é cataforicizada ou mesmo apagada, como em (9), é possível perceber contextualmente sua relação anteposta à apódose. Casos como (10) revelam a anteposição da apódose, o que, para Neves e Braga (2016), seria cenário de construção marcada.

- (9) Nossa, peguei o contato de uma mina mó gostosa
 Nem acreditei quando ela foi no camarim
Se pá tira foto, se pá pego sim
 Quando eu fui ver já tinha pegado o contratinho

(McDavi:PéDireito)

- (10) Mas quem tudo quer
Tudo perde. **Se pá a ambição**
Falou mais alto
 Tirando de giro a hornet
 Com aquele Cordão
 Aprimorado

(McDimenorDr:StatusLadrão)

A ocorrência (9) não expressa a prótase, que pode ser resgatada pelo contexto discursivo: se a menina puder, dada a ocorrência da prótase (contextualmente relevante), ela pode tirar a foto (e, por consequência, mandar). Por sua vez, (10) apresenta a anteposição da apódose, o que apresenta uma relevância contextual para a apódose *quem tudo quer, tudo perde*, revelando, no contexto da música, que a presença da ambição pode prejudicar o membro de uma comunidade.

Considerações finais

À guisa de conclusão, destacamos que este trabalho ainda é incipiente na avaliação dessas construções, uma vez que (i) considera apenas uma tradição discursiva específica (*músicas de funk*) e que (ii) não apresenta dados controlados de modo a representar análise estatisticamente relevante. Contudo, dada a emergência do uso, tais construções são extremamente produtivas, contribuindo com a organização do discurso; justificando, assim, a necessidade deste trabalho, na fomentação de desenvolvimento de investigação que aprofundem mais o tema.

Pressupomos, aqui, uma funcionalidade argumentativa de encapsulamento da prótase previsto na expressão *se pá*, que marca tanto a condicionalidade, como o encapsulamento. Ainda é possível destacar que encapsular a informação é princípio de redução de material produzido, o que viabiliza produzir construções que alterem o fluxo da informação. Para além do contexto das músicas, identificamos dados em amostras publicitárias e, também, em postagens do *Facebook*. Ocorrências essas que parecem reforçar a incipiência dessas construções. Por fim, propomos um cline de uso dessas ocorrências, a partir dos dados apresentados, revelando sua produtividade e ocorrência, conforme apresentado (11).

(11)	advérbio	>	conjunção	>	marcador de possibilidade
			condicional	>	concessiva

Nesse cotejo, algumas questões podem ser levantadas: o uso frequente dessa construção não questionaria a hipótese de que construções mais conservadoras são mais frequentes? Não obstante, a utilização desse juntor pode apresentar vários caminhos, levando, até mesmo, a uma possível discursivização dele, passando a atuar como modalizador; ocorrências essas que não foram alvo de descrição neste trabalho. Mesmo que juntores possam dar origem a modalizadores (OLIVEIRA, 2008) e, talvez, a marcadores discursivos (PORTOLÉS, 2001).

Referências

- AGHA, A. **Language and Social Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- AGHA, A. Registers of language. *In*: DURANTI, A. (org.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2008.
- AGOSTINI, T. A. **A categorização da construção “se pá” no português do Brasil**. Monografia de graduação. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2017.
- ANDRADE, G. S. Se pá ela tem vida própria: essa língua faz tumbalatum. **Ciclo Cultural da 32ª Semana de Letras da UNESP/IBILCE**, 2020, *on-line*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Xfnfpxyy8Y8&t=342s>. Acesso em 21 fev 2021.
- BELL, A. Language style as audience design. **Language in Society**, Cambridge, v. 13, n. 2, p. 145-204, 1984.
- DUCROT, O. **Dizer e não dizer: princípios de semântica linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUCROT, O. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global, 1981.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- ESSINGER, S. **Batidão: uma história do funk**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- GONÇALVES, S. C. L. **Banco de dados Iboruna: amostras do português falado no interior paulista**. 2007. Disponível em www.iboruna.ibilce.unesp.br. Acesso em 1 set. 2020.
- HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HANKS, W. F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.
- HIRATA-VALE, F. B. M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2005.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. *In*: ASKE, J. *et al* (org.). **Berkeley Linguistics Society 13**. General Session and Parasession on Grammar and Cognition. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1987.
- IRVINE, J. T. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2011.
- KORTMAN, B. **Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based of European languages**. Berlin: Mounton de Grutyer, 1997.

- LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008
- LONGHIN, S. R. **Tradições discursivas**. Conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.
- LONGHIN, S. R. Emergência e uso da perífrase conjuncional *no que*: gramaticalização, polissemia e argumentação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 59-89, 2015.
- LOPES, A. **Funk-se quem quiser**: no batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDES, R. B. **SP2010 – Construção de uma amostra da fala paulistana**. Projeto regular apresentado à FAPESP (Processo FAPESP 2011/09278-6), 2011.
- NASCIMENTO, M. F. B. (org.). **Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, 2001**. Disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/738-portugues-falado-variedades-geograficas-e-sociais>. Acesso em 5 abr 2021.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 4ª reimpr. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. As construções hipotáticas/adverbiais. *In*: NEVES, M. H. M. (org.). **A construção das orações complexas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- OLIVEIRA, T. P. **As conjunções e orações condicionais no Português do Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2008.
- PIMPÃO, T. S. O subjuntivo não é apenas o modo da incerteza. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 109-121, jan.-jun. 2017.
- PORTOLÉS, J. **Marcadores del discurso**. Barcelona: Ariel, 2001.
- SIMÕES, J. S. *et al.* **Formação de Corpora do Português Paulista**. Projeto regular apresentado à FAPESP (Projeto Temático de Equipe, Processo 2011/51787-5), 2011
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- WENGER, E. **Communities of Practice**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1998
- VAZ LEÃO, A. **O período hipotético iniciado por se**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.

Varição linguística entre o “*nós*” e o “*a gente*” na comunidade quilombola Lagoinha, São Gabriel-BA

Ana Raquel Dantas de Almeida Melo¹

Dayane Moreira Lemos²

Considerações iniciais

Neste capítulo, analisamos o processo de variação linguística entre o *nós* e o *a gente* na comunidade quilombola Lagoinha, situada em São Gabriel, no território de identidade Irecê-Ba. Sendo esse o objetivo central, compreendemos que, ao refletirmos sobre as questões inerentes ao processo de variação, temos como pressuposto o fato de que o amplo quadro de variação existente no Português Brasileiro (PB), marcado pelo contato entre línguas, foi impulsionado pela população africana e indígena, principalmente pela primeira, já que esta esteve na base da demografia do Brasil durante mais de três séculos. Partindo do pensamento segundo o qual “[...] a difusão do português brasileiro pela nossa população de origem africana envolve [...] uma das questões centrais na compreensão histórica do português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 276), vimos à importância de analisar dados de amostra de fala da comunidade quilombola supracitada.

Compreendendo a importância de um trabalho que busque descrever e analisar dados do processo de variação linguística entre o *nós* e o *a gente*

¹ Graduada em Letras Vernáculas (UNEB). E-mail: anaraquel.10@hotmail.com.

² Professora substituta de Linguística da Universidade do Estado da Bahia (Campus XVI). Doutoranda pelo Programa em Estudos Linguísticos (UEFS). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão. E-mail: dayaneml@yahoo.com.br.

em amostra de fala de comunidade quilombola, tenta-se identificar fatores que condicionam tal variação, tendo como base de análise os padrões canônicos estabelecidos pelo português europeu. Como base teórica, teremos os pressupostos teóricos metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]), em que a língua é assumida como um sistema heterogêneo e, portanto, sujeito a variação, razão pela qual não pode ser analisada isoladamente, sem se levar em conta o contexto social no qual se processa.

Dessa forma, analisamos a variação entre o *nós* e o *a gente*, através do material extraído do *corpus* oral do incipiente projeto Estudos Linguísticos e Históricos do Sertão³ (ELiHS), que busca atender a uma importante vertente de pesquisa para a recuperação da história do português popular brasileiro no Sertão Baiano, através de um estudo vertical das variantes populares do português brasileiro.

Cabe relatar que apesar dos muitos estudos comparativos do português brasileiro com o português europeu, só muito recentemente os linguistas brasileiros têm-se preocupado em estudar a variedade brasileira, em especial em comunidade quilombolas. Portanto, este capítulo assume essa “nova” proposta de análise.

Pressupostos teóricos e metodológicos

Mesmo que já tenhamos alguns manuais de “introdução aos estudos sociolinguísticos”, a citar o de Alkmin (2001), Mollica e Braga (2008), entre outros trabalhos, acreditamos na relevância de trazer alguns conceitos fundamentais, oferecendo, ainda que sumariamente, um pequeno arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação.

Para iniciar as discussões/divagações sobre a Teoria da Variação é necessário compreender, antes de tudo, que as línguas são organismos vivos

³ Projeto coordenado pela professora Dayane Lemos e sediado na Universidade do Estado da Bahia (*Campus XVI – Irecê-BA*).

multisseculares e que, ao longo de seu tempo histórico, sofreram/sofrem algumas alterações, que nós, sociolinguistas, denominamos de variações e mudanças. Dessa forma, entende-se que a pesquisa sociolinguística se circunscreve na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de investigar e descrever sistematicamente a variação existente em contextos específicos de fala, no uso real da língua. Essa base teórica deve-se ao americano William Labov, a quem se devem as primeiras investigações com base nos postulados da sociolinguística, que também é conhecida como “sociolinguística quantitativa”, pois, em se tratando de processos de variação e mudança, torna-se relevante se operar com o tratamento estatístico dos dados coletados.

No que se refere à análise quantitativa, Guy (2007) dedicou-se à tarefa de análise sociolinguística, na qual fosse possível abarcar fatores linguísticos e sociais, através do tratamento estatístico de dados, para que os resultados fossem representativos e pudessem, realmente, indicar os caminhos da variação e/ou mudança de certas variantes linguísticas. Para uma pesquisa nesta perspectiva metodológica se faz necessário todo um cuidado metodológico, já abordado por Tarallo (1997), Guy (2007), Mollica e Braga (2008) e outros pesquisadores, cuidados esses que vão desde a coleta de dados à interpretação dos resultados.

Os autores seguem comentando que parece sensato afirmar que toda pesquisa dialetal, seja ela de ordem geográfica ou social é essencialmente quantitativa, uma vez que estudos dialetais anteriores podem comprovar que dificilmente se fala em termos categóricos sobre as propriedades dos dialetos. Portanto, cabe à sociolinguística fazer a abordagem linguística e social dos mais diversos dialetos, tomando como suporte metodológico a análise quantitativa dos dados, podendo, assim, controlar o grau de variabilidade do fenômeno em análise, e apresentá-los através dos mais diferentes recursos: quadros, tabelas, gráficos. Dessa forma, entendemos que na abordagem da sociolinguística quantitativa:

os padrões linguísticos são descritos, e explicados (na medida em que objetos dessa natureza podem ser explicados), em termos de uma gramática de regras variáveis que operam com probabilidades associadas a fatores sociais e restrições hierarquizadas da estrutura linguística (LUCCHESI, 2004, p. 196).

No que tange aos programas computacionais, o *Variable Rule Analysis*⁴ (VARBRUL) ainda é um dos mais utilizados, configurando-se como um tipo de análise multivariada amplamente empregada em estudos de variação linguística. Esse programa busca separar, quantificar e testar a significância dos efeitos dos fatores (sociais ou linguísticos) em uma variável linguística (GUY, 2007). Assim, entende-se que através do aparato teórico-metodológico da sociolinguística é possível “[...] enfrentar o desafio de tentar processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada” (TARALLO, 1997, p. 5), contribuindo para discussões de aspectos que por muito tempo foram excluídos dos estudos tradicionais da língua.

As novas perspectivas assumidas pela sociolinguística vêm colaborando para o desafio de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) de buscar um modelo formal capaz de acomodar a heterogeneidade ordenada como uma realidade inerente às línguas e não como um fundamento marginal.

Abordagem metodológica

Este capítulo utilizará como base empírica o *corpus* oral do incipiente projeto ELiHS. No que tange ao *locus* da pesquisa, faz-se importante frisar que, no Território de Irecê, existem mais de 100 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares (BRASIL, 2019) como Comunidades de Remanescentes Quilombolas (Perfil dos Territórios de Identidade – 2018).

A quantidade de comunidades concentradas no Território já justifica a escolha de tal *corpus*, uma vez que estudos têm indicado que os Quilombos, surgidos a partir de grupos de negros fugidos, foram locais propícios para o desenvolvimento de línguas crioulas. No entanto, cabe relatar que o sertão apresenta uma situação diferente do Recôncavo e do sul do estado⁵ e, no semiárido, não há notícias da existência de muitos deles e algumas vezes,

4 Análises de regras variáveis.

5 Onde está localizada Helvécia, comunidade de afrodescendentes, alvo de importantes estudos de Baxter e Lucchesi (1993; 1996), no âmbito do projeto *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas*.

quando formados, foram, em alguns casos, “dizimados”. Dessa forma, cogita-se que o estudo de situações individualizadas, como a realizada por Dante Lucchesi e Alan Baxter (2009), com as comunidades remanescentes de quilombos são muito importantes para a compreensão dessa diversidade.

Torna-se importante salientar que a amostra⁶ foi composta por informantes que cursaram até o 5º ano do Ensino Fundamental e as gravações foram realizadas através de entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador), com duração média de 30 a 60 minutos, seguindo o modelo de entrevista sociolinguística semidirigida. Esses áudios foram submetidos a transcrição grafemática, na tentativa de, sempre que possível, buscar uma aproximação das características linguísticas dos falantes, demarcando marcas específicas do seu dialeto, sendo assim possível o mapeamento dos dados da ocorrência das variantes *nós* e *a gente*.

Os dados coletados para esta pesquisa forão analisados através da ferramenta computacional GOLDVARB X, uma versão atualizada do VARBRUL (Programa das Regras Variáveis), sendo possível observar quantitativamente/estatisticamente as questões inerentes ao processo de variação e mudança linguística.

Caracterização do *corpus*

O *locus* da pesquisa é Lagoinha, uma comunidade/vila pertencente ao município de São Gabriel - BA, distante 42 km da sede, sendo uma das vilas mais importantes deste município e pertencente ao território de identidade de Irecê - BA. Lagoinha se avizinha com dezenas de outros povoados, alguns curiosamente ostentam nomes com o mesmo radical: Lagoa de Fora, Lagoa Grande, Lagoa do Meio e Lagoa Nova.

Lagoinha é uma comunidade rural cuja agricultura se baseia predominantemente no cultivo de mamona, milho e feijão, sua população atual é de aproximadamente 700 habitantes, conforme censo realizado em

⁶ A coleta da amostra tem aprovação do Comitê de Ética, através do parecer substanciado de número 4.579.419.

2007. Segundo Pereira e Pereira (2010), a comunidade possui 01 escola de ensino fundamental, 01 Posto de Saúde da Família (PSF), 01 Igreja Católica, cuja padroeira é Santa Luzia e 02 igrejas evangélicas, abastecimento de água (fornecida pela Embasa) e rede elétrica. Importante relatar que é tradição, entre os moradores, a festa de Santo Reis e o Samba de Roda.

O povoado de Lagoinha foi reconhecida pela Fundação Palmares⁷ como remanescente de quilombolas em 27 de Fevereiro de 2007. Diz a certidão de autorreconhecimento:

Certificamos que a Comunidade de Lagoinha, localizada no município de São Gabriel, Chapada Diamantina, Estado da Bahia, registrado no livro de Cadastro Geral, número 09, registro 898, folha 12, nos termos do decreto supramencionado e da portaria da FCP número 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União número 04, de 04 de março, seção 1, folha 07, É REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS (*apud* PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 220).

De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, portaria nº 88/2019, publicada no dia 13/05/2019, o estado da Bahia é o mais representativo, no que tange ao quantitativo de comunidades quilombolas, em relação a outros estados do Brasil. Importante relatar que as comunidades de remanescentes quilombolas são um espaço significativo de força e resistência; a memória histórica repassada/compartilhada pela oralidade nos faz entender, hoje, a importância dos negros para a formação da nossa língua e de nossa identidade cultural.

Amostragem

No intuito de investigar a variação linguística entre o *nós* e o *a gente* em amostras de fala da comunidade quilombola *Lagoinha*, montamos nosso *corpus* oral a partir dos respectivos critérios sociais:

⁷ É importante esse reconhecimento pela Fundação Palmares, pois dá visibilidade e assegura os direitos da comunidade, além de proteger os quilombos.

SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
Faixa etária I	Faixa etária II	Faixa etária I	Faixa etária II
Informante 01	Informante 02	Informante 03	Informante 04

Quadro 1: Composição do *corpus*

Fonte: Elaboração das autoras.

Dessa forma, para este capítulo, trabalharemos com 04 (quatro) informantes: 02 (dois) idosos com mais de 60 anos e 02 (dois) jovens até 30 anos, sexo masculino e feminino e com escolaridade até o 5º ano do Ensino Fundamental. Cabe relatar que, conforme propõe Labov (2008 [1972]), numa pesquisa sociolinguística é importante termos cuidado ao montarmos o *corpus*, uma vez que a escolha dos informantes que irão compor a amostra refletirá em fatores extralinguísticos, ou sociais, que subsidiarão futuras análises, já que através deles podemos encontrar explicações para fenômenos que se encontram em processo de variação na língua.

A variação entre *nós* e *a gente* na comunidade de remanescentes quilombolas Lagoinha-BA

A língua é influenciada por diversos fatores, externos e internos, como vimos anteriormente. Sendo assim, uma das funções da Linguística é estudar todo e qualquer tipo de variação linguística, compreendendo a língua como um sistema heterogêneo, vivo e mutável. Desse modo, nesta seção, observaremos quais fatores, sociais e linguísticos, propiciam a variação entre o *nós* e o *a gente*, em *corpus* oral da comunidade Lagoinha – BA.

Como já apresentado, analisaremos quantitativamente os dados obtidos através do mapeamento do fenômeno em transcrições de amostra das falas, em contexto informal, de moradores da comunidade de remanescente quilombolas. Os dados foram processados por meio da ferramenta computacional GOLDVARB X. Para contextualizarmos os resultados obtidos, apresentaremos o percurso histórico do *nós* e o *a gente*, através de trabalhos já realizados sobre o fenômeno variável.

O percurso histórico do *nós* ao *a gente*

Tal como a sociedade, a língua é dinâmica e passível de processos inovadores. A partir do uso cotidiano, as velhas formas linguísticas vão assumindo novas funções atribuídas pelos falantes, os quais, em situações reais de fala, atribuem-lhes novos significados, novos valores semânticos, que exigem dessas palavras uma nova função gramatical.

A esse processo denominamos de gramaticalização. Estudos esses que caminharam a passos lentos, mas, nas últimas décadas, foram observados grandes avanços. Muitas pesquisas já foram e estão sendo desenvolvidas para melhor explicar os processos de gramaticalização no português brasileiro⁸. Dentre estes estudos podemos destacar: Martelotta, Voltre, Cezário (1996) que dão uma abordagem funcional aos processos de gramaticalização; Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), que fazem um percurso entre os conceitos estabelecidos e discutidos no âmbito da gramaticalização, sendo que os próprios autores consideram-na uma obra introdutória; Vitral e Ramos (2006), que apresentam algumas pesquisas desenvolvidas a luz da gramaticalização; dentre outros tão importantes quanto os citados.

No que tange ao fenômeno proposto à análise, neste capítulo, destaque-se algumas pesquisas, a saber: a de Duarte (1995), que analisa o pronome de terceira pessoa *a gente* no paradigma funcional, destacando sua presença na fala dos jovens e sua popularização na fala de pessoas com faixa etária mais alta; as de Célia Lopes (1999, 2004) que estuda a gramaticalização do *a gente* em português em tempo real de longo e curta duração; dentre outras teses e monografias que têm abordado o fenômeno em questão.

8 Não trabalharemos, neste capítulo, as questões teóricas inerentes ao processo de gramaticalização. No entanto, sabe-se, assim como afirma Martelotta, Voltre, Cezário (1996), que o paradigma da gramaticalização vem se consolidando a partir da década de 90 em vários países, dentre esses países o Brasil. Muitos dos trabalhos desenvolvidos com o português brasileiro apresentam a base da teoria funcionalista, focando na gramaticalização de itens léxicos, expressões, estruturas sintáticas.

Substantivo e pronome: breves conceitos normativos

As gramáticas normativas têm uma fundamental importância nos estudos linguísticos, não há como abstraí-las de nossas análises. A elas competem descrever e padronizar uma língua, porém quanto se trata de língua falada, vernacular, muitas lacunas são deixadas por esses compêndios gramaticais, que raramente explicam fenômenos já consagrados na linguagem.

No momento, faz-se necessário entender como as gramáticas normativas conceituam os *substantivos* e *pronomes*, para então entendermos como se dá o percurso histórico da forma pronominal *a gente*.

GRAMÁTICAS NORMATIVAS	CONCEITOS	
	SUBSTANTIVO	PRONOME
Bechara (2009)	É a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos <i>objetos substantivos</i> , isto é, em primeiro lugar, substância (<i>homem, casa e livro</i>) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (<i>bondade, brançura</i>), estados (<i>saúde, doença</i>), processos (<i>chegada, entrega, aceitação</i>). (p. 112 – grifos do autor).	É a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. (p. 162)
Almeida (1961)	<i>Substantivo</i> é, pois, como o próprio nome está a indicar, toda palavra que especifica <i>substância</i> , ou seja, coisa que possua existência, ou <i>animada</i> (<i>homem, cachorro</i>) ou <i>inanimada</i> (<i>casa, lápis</i>), quer <i>real</i> (<i>sol, automóvel</i>), quer <i>imaginária</i> (<i>sereia</i>), quer <i>concreta</i> (<i>casa</i>), que <i>abstrata</i> (<i>pureza</i>). (p. 77 – grifos do autor).	É a palavra que ou pode substituir um substantivo. (p. 154)

Cunha e Cintra (1985)	É a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral. (p. 171)	Desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos nomes. (p. 268)
----------------------------------	--	--

Quadro 2: Conceitos gramaticais para substantivo e pronome

Fonte: Elaboração das autoras.

Esses são os conceitos de algumas gramáticas do português, todos muito pontuais e restritivos, sem levar em consideração a flexibilidade da língua falada e as possibilidades de mudança de categorias. Lendo esses conceitos sistematizados, temos a impressão que a palavra “nasce” e “morre” exercendo uma mesma função, que são predestinadas a assumirem e serem fieis ao seu rótulo gramatical e categórico, não levando em consideração que a língua em situações reais de comunicação rompe com essas fronteiras impostas pelas gramáticas normativas e apresenta-se em seu real grau de heterogeneidade e dinamicidade.

Da origem aos dias atuais: o percurso do *a gente*

Segundo Lopes (2003, p. 11), o “substantivo *gente* origina-se do substantivo latino *gēns, gēntis*: raça, ‘família’, ‘tribo’, ‘o povo de um país, comarca ou cidade’”. Porém, com a inserção do artigo *a* ao substantivo *gente* surge uma nova construção, atualmente classificada como gramaticalizada, assumindo o papel de pronome. Então temos:

Substantivo	<i>gente</i>	=	Pessoas
Pronome	<i>a gente</i>	~	Nós

Quadro 3: Alteração categoria

Fonte: Elaboração das autoras.

No *Quadro 3*, observamos uma alteração categorial de nome para pronome, em que ocorre a mudança da forma *gente* (sinônimo de *pessoas*) para *a gente* (forma variante de *nós*), a qual nos propomos a analisar, neste capítulo. Vejamos exemplos no *corpus*:

(i) ***GENTE* sinônimo de PESSOA**

(1) “[...] nossa igreja católica ajunta muita *gente*?”

(ii) ***A GENTE* variando com *NÓS***

(2) “[...] nós faz grupo de senhoras, [...] *a gente* faz visita aos doentes [...]”.

De forma geral, entendemos que “[...] o substantivo *gente* cristalizado na forma *a gente* passou a fazer parte do nosso sistema pronominal como indicador de primeira pessoa do plural, em variação com o pronome *nós*” (LOPES, 2003, p. 5), como em (2). Porém, segundo Lopes (2003), esses conceitos ainda são muito confusos, uma vez que as definições adotadas por alguns gramáticos parecem tomar direcionamentos distintos: alguns definem *a gente* como pronome de 1ª pessoa, outros como pronome de tratamento e outros com pronome indefinido. Para entendermos melhor essa incompatibilidade de conceitos, buscamos algumas definições para a forma *a gente* em gramáticas do final do século XX:

GRAMÁTICAS	DEFINIÇÕES PARA FORMA <i>A GENTE</i>
Cunha e Cintra (1985)	“Fórmula de representação da 1ª pessoa [...] . “No coloquial normal, emprega-se <i>a gente</i> por <i>nós</i> ” (p. 288)
Almeida (1961)	“ Pronomes de tratamento: são assim chamadas as palavras e expressões que substituem a terceira pessoa gramatical: <i>fulando, beltrano, sicranco, a gente, você</i> [...].” (p. 156)
Said Ali (1971)	Pronome indefinido (definição em nota de rodapé). (p. 116)

Quadro 4: Definições para forma *a gente*

Fonte: Elaboração das autoras.

Através do *Quadro 4*, observamos três autores conceituando, de forma distinta, o mesmo fenômeno. Lopes (2003, p. 13) afirma que “o caráter genérico e globalizante que *a gente* herdou do substantivo *gente* levou diversos pesquisadores a analisar esse uso de forma como um recurso para indeterminar o sujeito (Rollemberg *et alii*, 1991 e Cunha, 1993)”. Porém, atualmente, tal hipótese se desfaz, uma vez que já se entendem sua classificação como pronome pessoal. Nascentes (1953 *apud* LOPES, 2003) afirma que nas classes incultas do Brasil:

[...] o verbo deixa de estabelecer a concordância formal para fazer concordância semântica com a primeira pessoa do plural, pois “a pessoa que está falando tem em mente a sua pessoa e as mais, com ela associadas”: “a gente vamos hoje”; “a gente tínhamos de voltar” (NASCENTES, 1953 *apud* LOPES, 2003, p. 13).

Assim, temos a seguinte escala:

GENTE	A GENTE	A GENTE
NOME GENÉRICO	→ PRONOME INDEFINIDO	→ PRONOME PESSOAL

Quadro 5: Inserção do *a gente* no quadro pronominal do Português Brasileiro

Fonte: Adaptado de Lopes (2003).

A forma *a gente*, progressivamente, foi assumindo o papel de pronome pessoal na sentença do português brasileiro e, hoje, pesquisas atestam que a substituição de *nós* por *a gente* ainda não se processou por completo, as formas ainda encontram-se em competição, principalmente quando se trata do português brasileiro.

A inserção do *a gente* no paradigma verbal do Português Brasileiro

De acordo com nossas gramáticas normativas temos as formas verbais que indicam as três pessoas do discurso, para o singular e para o plural. Vejamos como fica, gramaticalmente, nosso paradigma verbal:

GRAMÁTICA NORMATIVA - Pessoas do verbo			
1ª pessoa do singular	<i>Eu estudo</i>	1ª pessoa do plural	<i>Nós estudamos</i>
2ª pessoa do singular	<i>Tu estudas</i>	2ª pessoa do plural	<i>Vós estudais</i>
3ª pessoa do singular	<i>Ele estuda</i>	3ª pessoa do plural	<i>Eles estudam</i>

Quadro 6: Paradigma verbal do Português

Fonte: Elaboração das autoras.

Esse é o modelo sistemático contido nos livros didáticos, gramáticas, e passado e repassado desde muito tempo nas/pelas escolas. No entanto, quando nos desvinculamos, um pouco, deste ambiente formalizado e buscamos analisar a língua em uso, o vernáculo, vemos que alguns aspectos parecem terem sido modificados ou alterados no curso da história e que esses compêndios gramaticais não atendem mais a descrição do português brasileiro.

No PB, o paradigma flexional verbal vem sofrendo alterações devido, principalmente, à alteração dos pronomes de 2ª pessoa (*tu* e *vós*) pelo pronome dito de tratamento *você(s)*. Vejamos:

Pessoas do verbo	
1ª pessoa do discurso do singular	<i>Eu estudo</i>
2ª pessoa do discurso do singular	<i>Você estuda</i>
3ª pessoa do discurso do singular	<i>Ele estuda</i>
1ª pessoa do discurso do plural	<i>Nós estudamos</i>
2ª pessoa do discurso do plural	<i>Vocês estudam</i>
3ª pessoa do discurso do plural	<i>Eles estudam</i>

Quadro 7: Redução do paradigma flexional (4 flexões)

Fonte: Elaboração das autoras.

Com a inserção do *você(s)* perde-se algumas flexões verbais, deixando nosso paradigma verbal com apenas 04 (quatro) flexões de pessoa (*-o*, *-a*, *-amos*, *-am*), o que é novamente alterado com a inserção do *a gente*:

Pessoas do verbo	
1ª pessoa do discurso do singular	<i>Eu estudo</i>
2ª pessoa do discurso do singular	<i>Você estuda</i>
3ª pessoa do discurso do singular	<i>Ele estuda</i>
1ª pessoa do discurso do plural	<i>A gente estuda</i>
2ª pessoa do discurso do plural	<i>Vocês estudam</i>
3ª pessoa do discurso do plural	<i>Eles estudam</i>

Quadro 8: Redução do paradigma flexional (4 flexões)

Fonte: Elaboração das autoras.

Em condições reais de uso, a inserção do *você(s)* e do *a gente* ocasionou uma simplificação no paradigma verbal da língua portuguesa, modalidade brasileira, uma vez que temos apenas 03 (três) flexões verbais (-o, -a, -am). Lopes (2004) acredita que essa reestruturação acarreta a perda da riqueza flexional, passando de 06 (seis) para 03 (três) formas básicas:

Eu	<i>Estudo</i>
você / tu/ ele/ a gente	<i>Estuda</i>
vocês/ eles	<i>estudam</i>

Quadro 9: Paradigma flexional do português brasileiro

Fonte: Elaboração das autoras.

Com essa reestruturação, podemos afirmar que a forma pronominal *a gente* originou-se da expressão nominal *gente*, que, ao assumir novos contextos sintáticos e discursivos, passou a fazer parte de uma nova categoria ou classe gramatical, ou seja, “[...] o substantivo *gente* cristalizado na forma *a gente* passou a fazer parte do nosso sistema pronominal como indicador de primeira pessoa do plural, em variação com o pronome *nós*” (LOPES, 2003, p. 5).

Sendo assim, é possível afirmar que as variações das formas pronominais *nós* e *a gente* estão presentes, principalmente, na oralidade de falantes do português brasileiro, sendo apontado por estudos sociolinguísticos (LOPES, 2004; OMENA, BRAGA, 1996; ZILLES, 2007) como um processo de

variação no quadro pronominal do PB. Dessa maneira, podemos considerar diversos fatores como possíveis condicionadores desse processo de variação, alguns discutidos na seção que segue.

Variável dependente

Estudos feito por Vieira e Brandão (2007) demonstram que o uso do pronome inovador está em crescimento nos últimos 30 anos. Ainda afirmam que por muito tempo a frequência do uso do *nós* ultrapassava o uso do *a gente*, mas, em 1990, os dados mostram o avesso, pesquisas apontaram o favorecimento do uso do pronome inovador *a gente*. Nesse ponto, entendemos que a variante dependente é motivada por grupos de fatores independentes, sendo assim não é uma variável aleatória, e que vem a ampliar ou minimizar a frequência da ocorrência, assim como observaremos na variação entre o *nós* e o *a gente* na comunidade quilombola Lagoinha - BA.

A partir do mapeamento das ocorrências de *nós* e *a gente*, obtivemos um total de 145 ocorrências, sendo 119 para o uso do *a gente* e 26 para o uso do *nós*, em que corresponde percentualmente em 82.1% de *a gente* e 17.9% de *nós*:

	Frequência	%
A GENTE	119/145	82.1
NÓS	26/145	17.9

Tabela 1: Variação entre o *nós* e *a gente* na comunidade quilombola Lagoinha

Fonte: Elaboração das autoras.

Os resultados encontrados por Omena e Braga (1996), com dados de amostra de fala do Rio de Janeiro, nos anos de 1980 e 2000, e Zilles (2007), com dados de amostra de fala da cidade de Porto Alegre, no ano de 1990, apontam, também, um maior percentual e o favorecimento para o uso do *a gente*, com 78% em 1980 e 79% no ano de 2000, na cidade do Rio de Janeiro, e 68% em 1990 na cidade de Porto Alegre.

Desta maneira, nossos resultados apontam que, na comunidade quilombola Lagoinha, os falantes usam mais a forma pronominal *a gente*, assim também como pesquisas realizadas em outros estados. Assim, Zilles (2007) acredita que o crescimento do uso do *a gente* pode substituir o *nós*, configurando um processo de mudança linguística, e o destaca como uma variante inovadora, que se adapta no sistema linguístico e as necessidades de seus falantes.

As variáveis sociais e linguísticas

As variações sociais são de grande importância quando pensamos em analisar a língua falada. Para esta análise, codificamos os dados a partir de 02 (duas) variáveis sociais, a saber: sexo, sendo o feminino e masculino, e faixa etária, com adultos até 30 anos e idosos com mais de 60 anos. Para a amostra em análise, a ferramenta computacional GOLDVARB X selecionou como relevante, com significância 0.001, apenas a variável social faixa etária, cujos resultados apresentaremos em porcentagens e pesos relativos.

Para complementar a análise também apresentaremos as variáveis sexo e concordância, as quais também se mostraram, aparentemente, significativas, mas não selecionadas pelo programa.

A variável faixa etária

A variável faixa etária revela-se de fundamental importância no estudo dos fenômenos variáveis, uma vez que é essa variável que vai indicar se determinado fenômeno de variação linguística está estável ou está em progresso num estudo em tempo aparente. Sabe-se também que, nos eixos sociais, por exemplo, em geral, os falantes mais jovens são mais inovadores e os falantes mais velhos costumam preservar formas mais antigas. O efeito da variável faixa etária sobre a variação entre o *nós* e o *a gente* pode ser observado a partir da *Tabela 2*:

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%	Peso relativo
I (20 até 30 anos)	40/41	97.6	0.85
III (mais de 60 anos)	82/112	73.2	0.34

Tabela 2: A frequência de uso do *a gente* em função da faixa etária

Fonte: Elaboração das autoras.

Os dados apresentados são semelhantes aos de Omena e Braga (1996) em que os mais jovens usam mais a forma inovadora *a gente*, com peso relativo de 0,84, e da faixa etária acima de 50 anos, com peso relativo de 0.22. Outra pesquisa em que os resultados se assemelham aos da comunidade Lagoinha é o de Zilles (2007), em Porto Alegre, em que temos uso de 78% para a faixa etária de 25 a 50 anos. Sendo assim, podemos afirmar que a faixa etária mais nova tem sido favorecedora do uso da variante inovadora, o *a gente*.

A variável sexo

Observando pesquisas realizadas no campo da Linguística, é possível observar que sociolinguistas apontam que as informantes do sexo feminino favoreceram a frequência do *a gente*, pois tem maior capacidade de abertura para as formas inovadoras, como mostram os dados da frequência do pronome *a gente* levantado por Zilles (2007), em que o masculino porcentualmente foi de 62%, enquanto as mulheres com 72% dos casos nas falas da cidade de Porto Alegre em 1990.

Almeida (1995), em contra partida, expõe que as mulheres buscam falas com palavras aceitas socialmente, enquanto os homens estão mais acessível às inovações linguísticas se assemelhando aos dados obtidos da fala da comunidade de Lagoinha, em que o uso do *a gente*, no gênero feminino, é de 73% e do *nós* 27%, enquanto do masculino, 86.1% de uso do *a gente* e 13.9% para o *nós*.

SEXO	A GENTE		NÓS	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	68/79	86.1	11/79	13.9
Feminino	51/66	77.3	15/66	22.7

Tabela 3: A frequência de uso de *nós* e *a gente* na variável gênero

Fonte: Elaboração das autoras.

Dessa forma, os dados mostram resultados em que favorecem o uso do *a gente* em ambos os gêneros, no entanto, os homens usam a forma inovadora com mais frequência que as mulheres, diferente dos dados obtidos por sociolinguísticas. Em relação à comunidade Remanescente Lagoinha, isso pode ser justificado pelos homens terem mais contato com outras regiões, tanto para o comércio como viagens em que de tal maneira esse contato pode favorecer o uso do *a gente* em comparação com as mulheres.

A variável concordância

Como já discutido em seção anterior, o *a gente* concorda com o verbo na terceira pessoa do singular, enquanto o *nós* o verbo concorda na primeira pessoa do plural. Sendo assim, apresentaremos o resultado, em frequência e porcentagem, para o uso do *nós* explícito com a desinência “-mos” e o *a gente* seguido de Ø, para as concordâncias.

CONCORDÂNCIA	A GENTE		NÓS	
	Frequência	%	Frequência	%
Presença	119/120	99.2	1/120	0.8
Ausência	0/25	0.0	25/25	100.0

Tabela 4: A frequência de uso de *nós* e *a gente* na variável concordância

Fonte: Elaboração das autoras.

Analisando os dados, levantamos números significativos na presença da concordância com o *a gente* de 99.2 %, enquanto o percentual do *nós* foi de apenas 0.8%, e, na ausência de concordância, o *a gente* teve 0.0%, havendo um “*KnockOut*”⁹ quanto a ausência de concordância do uso do *nós* foi de 100%, revelando que o pronome inovador *a gente*, em termos de flexão do verbo, ocorre de maneira mais simples no singular, em comparação com o *nós*.

Devemos lembrar que os entrevistados tem pouca escolaridade, apenas o ensino fundamental, o que também influencia a escolha pronominal inovadora com concordância, visto que a forma *a gente* usada nas falas é mais flexível, favorece a presença da concordância. Resultados semelhantes podem ser observamos em Vieira (2014) em que a concordância para o uso do *a gente* foi de 85% e o do *nós* de 16,2%.

Dessa forma, podemos inferir que, como ressalta Vieira e Brandão (2007, p. 114):

Com a forma *a gente*, o falante se descompromete com seu discurso, comentando assuntos gerais e não particulares. Quando eventualmente narra um fato vivido, o comprometimento com aquilo que enuncia é maior, mas isso tudo está em pleno processo de mudança e, aparentemente, a forma inovadora avança em alguns contextos mais do que em outros.

Comparando com outras pesquisas, como a de Zilles (2007), e correlacionando com os dados encontrados neste capítulo, o uso do *nós* necessita flexionar os verbos para haver a concordância, não favorecendo seu uso; já no caso do *a gente*, mesmo sendo relacionado ao plural, o verbo é concordado no singular, sendo assim o mais escolhido na oralidade.

⁹ Quando os dados correspondem a 100% dos resultados.

Considerações finais

Estudar as teorias que envolvem os processos de variação e mudança linguística é apenas o início de uma longa jornada de pesquisa em que cabe a nós, pesquisadores, irmos além do que essas teorias nos possibilitam, alcançando o estudo da língua na prática, em situações reais de uso, pois, apenas nesses espaços, poderemos afirmar que estamos estudando uma língua viva, mutável e heterogênea, em que os processos de variação entre o *nós* e o *a gente* parecem ser relativamente recentes em nossa língua.

Para explicar as causas das mudanças ocorridas no sistema pronominal do português brasileiro, ao longo do tempo, na alteração categorial do nome *gente* para pronome *a gente*, foi necessário adotar o aporte teórico-metodológico laboviano aos modelos formais e funcionais da linguagem. Através da Sociolinguística é possível trabalhar de forma mais específica e quantitativa, buscando números que nos revelem como se dá esse processo, sendo isso possível através de amostras de falas em seu contexto de uso real, assim como a proposta realizada nesta pesquisa.

No que se refere às comunidades de remanescentes quilombolas, cabe frisar ser esse um campo muito rico a ser estudado, pois os africanos contribuíram diretamente na constituição e identidade brasileira, e as heranças linguísticas se fazem mais fortes dentro desses espaços, que, por muito tempo, conseguiram preservar traços de suas línguas africanas. Desse modo esta pesquisa foi realizada por meio de gravações de conversas informais com moradores da comunidade quilombola Lagoinha. Através das gravações, e posteriores transcrições, conseguimos analisar a variação entre os pronomes *nós* e *a gente*.

Através da sociolinguística quantitativa laboviana (LABOV, 2008 [1972]) e da ferramenta computacional GOLDVARB X, conseguimos resultados relevantes, através dos quais podemos concluir que a forma pronominal *a gente* é a mais utilizada nas falas, reafirmando dados obtidos por alguns sociolinguistas, a saber: Omena e Braga (1996), Lopes (2004), Zilles (2007), que a partir de aparato metodológico semelhante realizaram suas pesquisa em espaços urbanos como Rio de Janeiro, Porto Alegre,

Pelotas, entre outros. Através da análise contrastiva com as pesquisas supracitadas, foi possível perceber que o resultado encontrado na amostra de fala da comunidade quilombola Lagoinha não se mostra diferente.

Ao analisarmos o fator faixa etária, variável selecionada pelo programa, com significância 0.001, conseguimos perceber que informantes da faixa I, os mais jovens, tendem a favorecer ao uso do *a gente* com 97.5%, peso relativo 0.85, apontando que a variação está em processo de mudança e crescimento, pois o uso do pronome inovador na faixa III foi bem significativo com 76.2%, peso relativo 0.33.

Com os fatores linguísticos que auxiliaram na compreensão da variação, observamos a presença e ausência da concordância. O uso do *a gente* apresentou 99.2% de presença de concordância, enquanto o *nós* não revelou nenhuma concordância, podendo ser explicado pelo fator da flexão do verbo, em que, no momento de fala, a flexão do verbo para o *nós* acaba sendo executado no terceira pessoa do singular.

Dessa forma, fica evidente que o pronome inovador *a gente* tem o maior uso na amostra de fala em análise, em comparação com *nós*, por condicionantes que influenciam o seu favorecimento. Através de pesquisas, nessa perspectiva, entendemos que as línguas estão em constante mudança e novas expressões sempre surgirão, cabendo à ciência da linguagem acompanhar a evolução da língua em seus contextos reais de uso.

Referências

ALKIMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F; BENTES, A C. (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-47.

ALMEIDA, M. **Gênero no Progresso da Mudança linguística**. Vol. LXVII, n. 2, p. 229-235, 1995.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1961.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Portaria nº 88, de 13 de maio de 2019. Brasília, 2019. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/>

crqs-ba-13052019.pdf . Acessado em 05 set. 2019.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, M. E. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1995.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicados**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUY, G. R. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. *In*: GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Scherre. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

LOPES, C. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, C. R. S. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**. Madrid: Linguística Iberoamericana, 2003.

LOPES, C. A gramaticalização de a gente em português em tempos real de longa e curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos, **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 47-80, 2004.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, D. BAXTER, A. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTELOTTA, M. A.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Discurso e Gramática, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *In*: ALKMIM, T. M. **Para a história do português brasileiro: novos estudos**. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP, v. 2, 2001.

MOLLICA, C. A.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OMENA, N. P.; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? *In*: MACEDO, A. T. *et al.* **Varição e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEREIRA, J. P.; PEREIRA, L. **Terra dos Arcanjos: Historiografia da cidade de São Gabriel – BA**. Irecê: Print Fox, 2010.

SAID ALID, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1997.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, A. S. O. **Nós e a gente**: um estudo sobre a sintaxe do Português Brasileiro. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da Conquista, 2014.

VITRAL, L.; RAMOS, J. **Gramaticalização**: uma abordagem formal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 27-44, junho, 2007.

Uma proposta de ensino-aprendizagem de sintaxe como suporte para o aperfeiçoamento da produção escrita de alunos em sala de aula: a noção de estruturas argumentais

Rômulo Tiago da Silva¹

Considerações iniciais

O objetivo principal deste texto é promover uma proposta metodológica de análise e reflexão sobre a construção sintática das orações que compõem as produções escritas de alunos da educação básica, por meio da noção de argumentos e predicadores, a fim de que tornem seus textos mais coesos e coerentes.

Para tanto, este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira trata das práticas de análise linguística em sala de aula; recorreremos a autores como Antunes (2003), Geraldi (2012) e os PCNs (1998). A segunda discute o tratamento dado à sintaxe em Bechara (2003), Duarte (2008) e em um manual didático destinado ao Ensino Médio (EM), datado de 2016. Na terceira, elaboramos um quadro em que se discutem as convergências e divergências entre os autores analisados, no que se refere à sintaxe. Na última, construímos uma proposta metodológica para análise e reflexão acerca da estrutura das orações dos textos de alunos com vistas ao aprimoramento de seus textos.

¹ Professor das Redes pública municipal e estadual em Parobé/RS. Licenciado em Letras/Português (FACCAT). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica – EFII e EM (PUCRS). E-mail: romulo.tiago@hotmail.com

As práticas de ensino gramatical na sala de aula: o que dizem os PCN e os linguistas

Quando se fala em aula de português, logo vem a nossa mente – e acreditamos que na da maioria das pessoas que já passaram, pelo menos, por alguma das etapas da educação básica – que se está falando de aulas de Gramática Tradicional (GT). Essa ideia também parece estar presente quando ouvimos alguém (principalmente alunos!) dizer que não “sabe nada de português”, ou, ainda, quando se divulgam pesquisas nas quais se evidenciam que boa parte dos estudantes (de alguma etapa) sai da escola sem “saber português”. Parece-nos que a noção desse “saber português” está associada à de gramática prescritiva, usada nas escolas por meio dos manuais didáticos. Mas o que é mesmo gramática² e saber português?

De uma perspectiva normativa, a Gramática pode ser considerada um “conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem falar e escrever corretamente” (GERALDI, 2012, p. 47). Entretanto:

A palavra gramática designa o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e do qual lança mão ao falar. É preciso que fique claro que sempre que alguém fala o faz segundo regras de uma certa gramática. O fato mesmo de que fala testemunha isso, porque usualmente não se ‘inventam’ regras para construir expressões. Pelo conhecimento não consciente, em geral, de tais regras, o falante sabe sua língua, pelo menos uma ou algumas de suas variedades. (GERALDI, 2012, p. 48).

Tal definição se aproxima do que propõe Antunes (2003, p. 85) sobre gramática:

As pessoas, quando falam, não têm liberdade total de inventar, cada uma a seu modo, as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las em qualquer lugar nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados. Falam, isso sim, todas elas, conforme as regras particulares da gramática de sua própria língua. Isso porque toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras, independentemente do prestígio social ou do nível de desenvolvimento econômico e cultural da comunidade em que é falada.

² Não aprofundaremos, aqui, as diferentes acepções e concepções de gramática, uma vez que esse não é o foco desta proposta.

Esses conceitos estão, logicamente, atrelados às regras que os falantes aprenderam, desde muito cedo, inconscientemente. Dessa perspectiva, a gramática existe em qualquer língua, e suas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas podem ser usadas nas mais diversas situações de comunicação orais ou escritas, mesmo sem necessariamente sabermos as nomenclaturas para essas regras.

Essas observações acerca de regras e nomenclaturas podem ser confirmadas a partir do que postula Antunes (2003, p. 86):

São regras, por exemplo: a descrição de como empregar os pronomes; de como usar as flexões verbais [...]; de como estabelecer relações semânticas entre partes do texto (relação de causa, de tempo, de comparação, de oposição etc); de quando e como garantir a complementação do verbo ou de outras palavras [...].

Mais adiante, a autora trata do que não considera *regras* e sim apenas *questões de metalinguagem*. Para isso, cita alguns exemplos: a subdivisão das conjunções e os nomes de cada uma delas; a subclassificação de pronomes e seus respectivos nomes; a classificação de cada tipo de orações; os vários tipos de sujeito e predicado.

Dessa forma, já podemos sinalizar que o ensino de língua – especialmente o de sintaxe – foco deste texto, deve passar por mudanças nos métodos e objetivos, levando em consideração estudos mais recentes sobre o assunto, ou “desapegados” da tradição gramatical normativa.

Para tanto, a fim de chegarmos a um denominador comum, tomamos de empréstimo as ponderações de Geraldi (2012, p. 45):

Parece-me que o mais caótico da atual situação do ensino de língua portuguesa em escolas de ensino fundamental consiste precisamente no ensino, para alunos que nem sequer dominam a variedade culta, de uma metalinguagem de análise dessa variedade – com exercícios contínuos de descrição gramatical, estudo de regras e hipóteses de análise de problemas que mesmo especialistas não estão seguros de como resolver.
[...]

A maior parte do tempo e do esforço gastos por professores e alunos durante o processo escolar serve para aprender a metalinguagem de análise da língua, com alguns exercícios, e eu me arriscaria a dizer ‘exercícios esporádicos’, de língua propriamente ditos.

O fragmento acima ilustra e justifica muito bem a ideia de estagnação no ensino de língua, uma vez que docentes e alunos ocupam mais da metade do tempo de suas aulas com ensino de metalinguagem. Mas o que fazer para que, como dissemos anteriormente, cheguemos ao real objetivo das aulas de língua na sala de aula?

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), de grande relevância para as práticas em sala de aula, o aluno, ao longo do ensino fundamental – hoje com nove anos de duração – deve ser capaz não só de ler e interpretar os diversos textos que circulam socialmente, mas também produzir textos eficazes nas mais variadas situações. Dessa forma, pensamos que, para que se alcance essa eficiência, é necessário que os alunos dominem, conforme seu grau de ensino dentro das etapas escolares e suas necessidades e possibilidades de aprendizagem, a estrutura sintática do português, a fim de que suas produções não se tornem um amontoado de frases incompletas, sem coesão e coerência.

A partir desse embasamento, cabe, portanto, às aulas de português uma “simplificação” de nomenclaturas, essencialmente as que dizem respeito à sintaxe da língua portuguesa, que subsidiem o trabalho na produção de textos coesos e coerentes.

O ensino de sintaxe nas aulas de língua portuguesa: como abordam gramáticas, linguistas e livros didáticos

Para nossa proposta, daremos destaque aos seguintes elementos oracionais: o sujeito, os tipos verbais, os complementos verbais e o adjunto adverbial; por considerarmos fundamentais para a produção escrita coesa e coerente em sala de aula.

A sintaxe do período simples na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2003), e em *Termos da oração*, de Duarte (2008)

A escolha dessas duas obras se justifica pelo seguinte. Por um lado, já mencionamos que um dos motivos para a escolha da gramática de Evanildo Bechara (2003) deve-se ao fato de o autor ser um dos mais respeitados gramáticos deste país, para o qual muito já contribui com estudos e pesquisas. Em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2003 [37ª edição revista e ampliada]) (MGP), o autor apresenta explicações teóricas diferentes daquelas que os professores estão acostumados a vivenciar em suas práticas de sala de aula, embora não abandone a tradição gramatical. Por outro lado, a obra *Ensino de gramática: descrição e uso* (2008), organizada pelas professoras Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão, conta com estudos e sugestões para o ensino de gramática; entre os quais selecionamos o capítulo *Termos da oração* (2008), de Maria Eugênia Duarte. Nesse texto, Duarte (2008) comunga com algumas das ideias apresentadas por Bechara (2003), a saber, a noção de estrutura argumental, ainda que também resgate a tradição gramatical e suas nomenclaturas. Iniciemos, pois, pelo estudo do *Sujeito*, conforme nossa metodologia de trabalho.

Na MGP, o autor conceitua esse tópico da seguinte maneira:

O sujeito, quando explicitado ou claro na oração, está representado – e **só pode sê-lo – por uma expressão substantiva exercida por um substantivo (*homem, criança, sol*) ou pronome (*eu*) ou equivalente**. Diz-se, portanto, que o núcleo do sujeito é um substantivo ou equivalente. Uma palavra não é substantivo porque pode exercer a função de sujeito; ao contrário, **só pode ser sujeito porque é um substantivo ou equivalente**.

A característica fundamental do sujeito explícito é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo do predicado, isto é, se adapte (isto é, *concorde*) ao seu número, pessoa e gênero (neste caso quando há participio no predicado). (BECHARA, 2003, p. 410; grifos nossos).

Na passagem acima, o conceito de sujeito está muito claro, quando o gramático centra esse conceito na ideia de substantivo ou pronome, além de abordar a noção de concordância com o verbo do predicado. Concordamos com Bechara (2003), pois, para nós, o sujeito é o controlador da concordância verbal. O autor não faz e, talvez não seja necessária a partir dessa conceituação, a listagem distintiva dos tipos de sujeito. Trata apenas de sujeitos explícitos e não explícitos.

Já, para Duarte (2008), o sujeito é um “argumento” externo projetado por predicadores verbais. Esses predicadores são o que tradicionalmente chamamos de “tipos verbais e nomes”. São eles que organizam a estrutura argumental de uma oração. Em outras palavras, um predicador verbal como “dar” selecionará três argumentos: um será o argumento externo – o sujeito; e outros dois, argumentos internos ao predicado exigidos semanticamente pelo verbo. Um exemplo claro dessa estrutura é a seguinte sentença³:

(1) [**O pai**] deu [**um monte de brinquedos**] [**para o seu filho mais novo**].

Tradicionalmente, esses argumentos internos são chamados de complementos. Pode haver, ainda, um predicador nominal, que seleciona pelo menos um argumento, geralmente com a função de sujeito da oração. O predicador nominal é constituído de um nome (substantivos ou adjetivos):

(2) O segundo colocado nas pesquisas está [**desesperado**].

Ainda sobre o “sujeito”, Duarte (2008) alinha-se a Bechara (2003). Com uma proposta um pouco diferente daquela que propõe o gramático, ela classifica o sujeito quanto à forma e quanto à referência. Quanto à forma, ele pode ser expresso ou não expresso e, quanto à referência, ele pode ser definido, indefinido ou não ter referência nenhuma (caso das chamadas “orações sem sujeito”).

³ Todos os exemplos desta seção foram construídos pelo autor do trabalho.

A partir das concepções feitas pela autora, o estudo da sintaxe pode ser realizado, em sala de aula, com base na produção de orações a partir dos predicadores. Assim, os alunos reconheceriam e identificariam os constituintes (argumentos) necessários a cada construção.

Evanildo Bechara (2003) já antecipava algumas dessas noções, como o estudo dos tipos de argumentos que compõem um predicado. Para o autor, existem predicados simples e complexos. Os simples são, segundo o autor, os que apresentam verbos com realidades bem concretas, ou seja, não necessitam de signos lexicais para sua complementação. A esses verbos a tradição chama de intransitivos. Já os predicados complexos são aqueles cujo verbo apresenta conteúdo lexical de grande extensão semântica e precisa de delimitação. Essa delimitação semântica é feita pelos “argumentos”, tradicionalmente chamados de complementos verbais.

No que tange ao estudo dos adjuntos adverbiais, Bechara (2003) o faz com vastas exemplificações. Para nós, não interessa um estudo exaustivo e detalhado sobre essa função sintática, e sim o tratamento dado pelo gramático para esse tópico. O autor conceitua esse termo como não argumental, isto é, não exigido pela regência do verbo que constitui a oração.

Da mesma forma, Vieira e Brandão (2008) destacam que os adjuntos adverbiais são termos não selecionados pelo predicador da oração, mas que podem se juntar a ele a fim de caracterizar circunstâncias como “onde”, “como”, “quando”, “por quê”, “para quê”. Além disso, enfatiza que “esses ‘adjuntos adverbiais’ podem ocorrer em número ilimitado e não devem ser vistos como termos ‘acessórios’. Afinal, para que se compreenda tudo o que o usuário quer comunicar, **nada é dispensável numa oração**” (VIEIRA; BRANDÃO, 2008, p. 199; grifos nossos). A título de exemplificação, vejamos as sentenças (3) a (6):

(3) Meu vizinho morreu.

(4) Meu vizinho morreu [**agora**].

(5) Meu vizinho morreu [**no hospital**] [**agora**].

(6) Meu vizinho morreu [**num acidente que poderia ter sido evitado**].

Os exemplos dados representam bem o entendimento de que os adjuntos adverbiais não podem ser vistos apenas como acessórios, pois, em determinadas situações, eles são indispensáveis para o sentido e para a precisão das informações. Parece-nos que, num diálogo entre duas ou mais pessoas, quando um dos interlocutores diz “Meu vizinho morreu”, os outros ficam à espera de informações que “completem” essa fala, ou mesmo fazem indagações a respeito do fato.

Os adjuntos, portanto, são acessórios apenas de uma perspectiva estrutural, pois não são selecionados por nenhum predicador (ou seja, não são termos argumentais), mas não são acessórios de um ponto de vista informacional, já que trazem informações relevantes à construção de sentido da frase.

A sintaxe em um manual didático de ensino médio

A abordagem do ensino de sintaxe realizada nesta seção se justifica pelo fato de os manuais didáticos (MD), muitas vezes, serem o único apoio às práticas de sala de aula, tanto de alunos quanto de professores. Os MD acabam se tornando norteadores ou definidores dos conteúdos que serão trabalhados pelos professores em sala de aula. Exatamente por terem papel de destaque em muitas aulas, os livros precisam ser analisados e avaliados, a fim de que os profissionais possam usá-los como suporte para o seu trabalho, e não como guia diário.

O MD analisado, nesta seção, faz parte da coleção *Se liga na língua: literatura, produção de texto e linguagem* (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016), aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), e escolhido, em 2017, pela escola de ensino médio onde atua o autor deste trabalho. Essa coleção possui livros para o 1º, 2º e 3º anos do ensino médio e serviu para o triênio 2018-2020.

Os estudos acerca do período simples são iniciados no capítulo 15, intitulado *Introdução aos estudos de sintaxe*. Na seção que introduz a noção de estrutura básica da oração, primeiramente se explicita o conceito de oração, seguido de exemplos. Observemos:

Oração é um enunciado que se caracteriza pela presença de um verbo ou de uma locução verbal, em torno do(a) qual se constitui um **sintagma verbal (SV)**, isto é, uma unidade que pode ser formada apenas pelo verbo ou incluir outros termos. Essa parte da oração é chamada **predicado** e tem por função declarar algo sobre algo ou alguém, que recebe o nome de **sujeito** (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2016, p. 259; grifos dos autores).

Percebemos, na passagem acima, que a conceituação, embora dada antes de uma reflexão conjunta com os estudantes, já apresenta a noção de sintagma, mas ainda associada aos termos usados pela Nomenclatura Gramática Brasileira (NGB) – no caso sujeito e predicado. Outro ponto que chama a nossa atenção é a ideia de o predicado declarar algo sobre alguém, pois, em língua portuguesa, há as orações sem sujeito, o que põe em xeque a validade dessa definição.

No capítulo seguinte do MD, intitulado *Sujeito*, são apresentados, como o próprio nome do título já evidencia, os tipos de sujeito; de imediato antecipamos que, nessa abordagem, são utilizadas as nomenclaturas da NGB. Para início da explicação sobre os termos essenciais da oração, os autores utilizam o gênero textual *Tira*:



Figura 1: Sujeito

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 265).

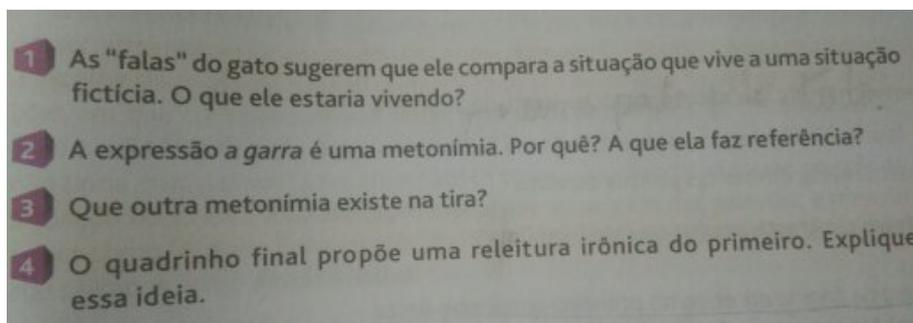


Figura 2: Questões acerca da Tira do Garfield

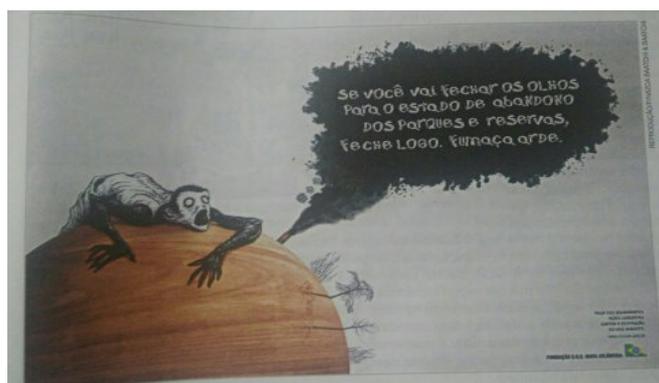
Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 265).

Na figura 2, há quatro questões interpretativas para que os alunos respondam, após a leitura da tirinha do Garfield (figura 1). Mais adiante, em parágrafo explicativo, os autores observam que “o humor da tira depende, em grande parte, da maneira como Garfield narra suas ações. Nas duas ‘falas’ do gato, a *garra* é o sujeito da oração, mas, enquanto na primeira esse sujeito é o agente, na segunda ele é o receptor da ação [...]” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 265).

A partir dessa explicação e das figuras 1 e 2, é preciso fazer algumas considerações. Uma delas é a utilização do texto como pretexto para o ensino de sintaxe, haja vista o uso de um gênero textual para tal fim. Outra consideração, seguindo esse mesmo raciocínio, é a desvinculação entre o trabalho com o texto e a análise e reflexão linguísticas, uma vez que o manual trabalha projetos didáticos de produção de gêneros de texto na segunda parte e deixa para a última o trabalho com a gramática. Por fim, percebemos, na explicação dada pelos autores, que há uma apresentação muito superficial e antecipada do que é sujeito. Inexistem, nesse primeiro momento, outras situações para que os alunos cheguem a determinadas conclusões acerca do conceito de sujeito, nem ao menos são abordadas, por meio de outras atividades, regularidades e características para que compreendam ou cheguem a um conceito de sujeito. Na sequência, são apresentados outros tipos de sujeito, seguindo o mesmo método. Portanto, pensamos não ser necessário uma longa ilustração e explicação.

Os outros elementos morfossintáticos (tipos verbais, complementos verbais e adjuntos adverbiais) que nos interessam neste trabalho são estudados no capítulo 17 do manual.

O estudo dos tipos de verbos é introduzido com a apresentação e conceituação dos diferentes tipos de predicados – verbal, nominal e verbo-nominal. Para isso, os autores seguem o mesmo método usado para o estudo do sujeito e suas classificações visto anteriormente, isto é, apresentam um gênero de texto ou um recorte de texto; nesse último caso, o gênero textual é um anúncio publicitário; em seguida, são exploradas algumas questões de compreensão do gênero; e, por fim, são categorizados os predicados e os tipos verbais. Passemos imediatamente a eles.



Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 281).

O texto da figura 3 (anúncio) é utilizado como base para tratar de predicado verbal e de verbos transitivos e intransitivos. Os autores extraem a locução verbal *vai fechar* e a forma verbal *arde* para explicar tais conceitos.

Já o texto a seguir (figura 4) é usado para explicar outro tipo de verbo – o de ligação – e, conseqüentemente, o que é predicativo do sujeito. Em relação ao verbo de ligação, os autores explicam que ele atua como um conector, um mediador entre o sujeito e o predicativo. Este, por sua vez, é os atributos ou as características do sujeito.



Figura 4: Verbos de ligação

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 282).

Quanto ao estudo dos complementos verbais, objeto direto e objeto indireto, a exposição inicial dessas funções sintáticas é feita, também, por meio do gênero textual *tirinha* (figura 5).



Figura 5: Complementos verbais

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 287).

Após a leitura da tirinha, os alunos têm cinco questões, sendo as três primeiras de compreensão textual e as duas últimas referentes à sintaxe. Essas duas questões nos parecem produtivas, uma vez que os estudantes precisam voltar ao texto, refletir e reelaborar orações. Observemos o que elas solicitam:

Que palavra evidencia que a segunda fala é uma continuidade da primeira? Justifique.

Se o verbo **apaixonar-se** fosse trocado por **amar**, como seria introduzida a segunda fala? E se fosse substituído por **gostar**? (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 287; grifos dos autores).

Para responder a esses dois últimos questionamentos, os estudantes precisarão, como dissemos, voltar ao texto, retomar o primeiro quadrinho e, assim, provavelmente, chegarão à conclusão de que o que exige a complementação iniciada por uma preposição é o verbo *apaixonar-se* do primeiro quadro. A mesma situação ocorrerá na questão cinco. Nela, eles utilizarão os conhecimentos já consolidados no uso que fazem das estruturas sintáticas no seu dia a dia. Ainda que intuitivamente, perceberão que os verbos *amar*, *apaixonar-se* e *gostar* necessitam de um “preenchimento”, de uma complementação, o que, mais adiante, chamaremos de sintagmas ou argumentos.

O último elemento sintático que descreveremos aqui, mas não menos importante para nossa proposta, é o adjunto adverbial. No MD em questão, ele é descrito como um termo acessório que integra o sentido global da

oração, mas que não é exigido pelo verbo assim como os complementos verbais. No entanto, parece-nos que ele é essencial para determinados efeitos e “eventuais informações específicas” que os usuários da língua pretendem ao comunicarem-se, como podemos analisar na figura a seguir:



Figura 6: Adjunto adverbial

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2016, p. 292).

Os adjuntos adverbiais *tão* e *hoje*, do primeiro quadrinho, respectivamente de intensidade e de tempo, realmente não são exigidos sintaticamente pelo verbo *estar*. Entretanto, no todo do enunciado, auxiliam na construção do sentido. Com o emprego desses adjuntos, depreendemos informações implícitas da primeira fala, ou seja, o *tão* e o *hoje* sinalizam uma pressuposição: nos “outros dias”, Hagar não anda limpo e arrumado, ou, pelo menos, não anda “tão” limpo e arrumado. Portanto, os adjuntos adverbiais são importantes elementos na produção textual escrita dos alunos por promoverem e atribuírem sentidos naquilo que pretendem comunicar.

Até aqui, fizemos descrições acerca de como é tratado o “estudo-ensino” de sintaxe do período simples por Bechara (2003) e Vieira e Brandão (2008), que, embora deem encaminhamentos diferentes daqueles a que todos nós, professores, estamos acostumados a trabalhar junto com os estudantes, conservam, ainda que de maneira secundária, o que determina a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Com tal recomendação, fica evidente que o ensino da época necessitaria segui-la, o que ocorre até hoje. Todavia, verificar o aprendizado a partir do conhecimento de uma nomenclatura tornou-se equivocado, se é que não

foi sempre assim, uma vez que todas as pessoas interagem e produzem textos ainda que não dominem tais nomes, que ainda prevalecem nos planos de estudos escolares.

Pelo exposto, cabem novos caminhos e maneiras de se abordar a estrutura sintática, a fim de que não prevaleça o simples reconhecimento de nomenclaturas, mas sim conhecimento do funcionamento dessas estruturas.

A construção das orações nos textos dos alunos de ensino médio: um auxílio na produção de coesão e coerência

Nossa proposta tomará como base os conceitos de “Sujeito” que figuram em Bechara (2003) e em Duarte (2008), ou seja, o fato de considerarem que sujeitos – expressos e não expressos, explícitos ou não explícitos – devem ser representados por uma expressão substantiva ou por pronome equivalente, além de o sujeito ser o controlador da concordância com o predicador verbal e ser, ainda, um argumento de um verbo ou de um nome. Dessa forma, o aluno não necessitará, nesse primeiro momento, saber as várias classificações de sujeito, mas apenas compreender o espaço que ele ocupa na oração.

Quanto aos “complementos verbais”, assumiremos a definição de “complementação” de sentido do predicador por meio de argumentos internos. Com isso, os estudantes poderão rever e reescrever suas orações atentando para a (in)completude dos predicadores que utilizam em suas construções. Já quanto à ideia de “adjunto adverbial” tomaremos como base o exposto em Duarte (2008): de que integra o sentido global das orações, de que não é dispensável, mas não é selecionado por nenhum predicador (ou seja, não é um argumento). Portanto, não é um mero acessório, isto é, pode e deve ser (re)pensado na construção de orações.

Iniciemos pelo seguinte caso extraído de produções de alunos⁴:

(7) Desde já [**agradecendo**] ao ótimo trabalho da PM pela prisão da assassina Isabela, que com muita força de vontade e dedicação [**foi**] efetuado a prisão rapidamente em aeroporto na grande São Paulo (Aluno do 3º ano do EM).

Em (7), partiremos, em primeiro lugar, da sugestão de Duarte (2008), que afirma que o trabalho com a sintaxe não pode ser limitado à mera identificação de seus constituintes, mas sim que o reconhecimento e a identificação desses constituintes são importantes por alguns motivos, entre eles para que o aluno entenda a noção de concordância entre o verbo e o seu argumento, sem perder de vista que a concordância pode ocorrer com um argumento externo (como em “As crianças viram a mãe”) ou, quando este não está presente, com um argumento interno (como em “Chegaram as encomendas” e “Foram roubados muitos livros da biblioteca”). Além disso, o aluno entenderá questões relacionadas ao uso da vírgula dentro da estrutura das orações. Por fim, a autora sugere, como já mencionamos neste trabalho, que “cabe ao professor levar o aluno a produzir sentenças a partir de predicadores verbais e nominais” (DUARTE, 2008, p. 201)

Voltemos ao exemplo dado em (7). Primeiro, ao identificar um desvio na construção desse período, o professor poderá selecionar apenas o predicador verbal *agradecer* e trabalhar com os alunos a quantidade de argumentos que ele necessita para “preencher”, “completar” seu sentido. Isso pode ser feito de maneira simples, ou seja, solicitando aos alunos que construam uma nova sentença com o verbo, como, por exemplo:

[_____] agradecemos [_____] [_____].

Dessa maneira, o aluno precisará voltar à sua construção inicial para que perceba quais argumentos deve utilizar para delimitar o sentido do verbo. E não só isso. Com o auxílio do professor, os estudantes poderão refletir

⁴ Todos os exemplos terão como identificação apenas a série à qual pertence seu(sua) autor(a).

sobre a estrutura argumental do verbo, em particular o seu argumento externo. No caso do exemplo acima, a oração tanto pode ter um sujeito expreso/explicito (*nós*), ou simplesmente não expreso/não explicito.

Em (8), a paráfrase representa uma possibilidade da reconstrução de (7).

(8) **[Nós]** agradecemos **[à PM]** **[o ótimo trabalho pela prisão da assassina Isabela]**.

Na reescrita acima, temos o seguinte:

Nós: argumento externo expreso ou explicito concordando com o predicador.

À PM: argumento interno ao verbo regido de preposição.

O ótimo trabalho pela prisão da assassina Isabela: argumento interno ao verbo.

Antes de passarmos para o outro predicador (também grifado no exemplo 7), é possível refletirmos, junto com os alunos, a título de ilustração sobre a estrutura das orações, o título do pequeno texto produzido por um determinado estudante, que utilizamos anteriormente em (7). O título é o seguinte:

(9) Polícia Militar realiza seu trabalho com sucesso.

Partimos, novamente, do trabalho com o predicador verbal. Se nos detivermos somente nele, perceberemos que ele faz parte de um predicado complexo, usando aqui as palavras de Bechara, ou seja, de grande extensão semântica, que, por si só, não especifica, não delimita o sentido intencionado pelo produtor do texto.

Outro ponto importante para ser discutido é o fato de que, em um título de texto, cuja proposta era a construção de notícias e cartas do leitor,

o sentido deve estar completo para que o leitor o compreenda. Portanto, nesse exemplo, não caberia um argumento externo não expresso ou não explícito. Vejamos.

(9a) Realiza seu trabalho com sucesso.

Automaticamente, os alunos nos perguntariam quem realizou essa ação. Ou, pelo menos, diriam que a frase está incompleta, sem sentido, “faltando alguma coisa”.

O último ponto a ser trabalhado é o termo *com sucesso*, que tanto para Bechara (2003) como Duarte (2008) são termos não exigidos pelo predicador, mas que, para essa autora, integra o sentido total da oração, portanto não é um acessório e nem tampouco é importante como os argumentos internos. Notemos a seguir a diferença de sentido.

(9b) [**Polícia Militar**] realiza [**seu trabalho**].

(9c) [**Polícia Militar**] realiza [**seu trabalho**] [**com sucesso**].

Em (9b) parece óbvio que a polícia tem que realizar seu trabalho, independente de situação ou fato. Já em (9c), há uma informação a mais, uma especificação a mais, que participa da totalidade do sentido desejado. O desfecho final, a prisão da assassina Isabela, é o sucesso de tal trabalho. Logo, *com sucesso* não pode ser considerado um mero acessório.

Passemos ao segundo predicador grifado em (7). Para isso, reproduziremos, abaixo, o texto na íntegra.

Polícia Militar realiza seu trabalho com sucesso

Desde já agradecendo ao ótimo trabalho da PM pela prisão da assassina Isabela, que com muita força de vontade e dedicação [foi] efetuado a prisão rapidamente em aeroporto na grande São Paulo.

Conforme afirma Duarte (2008), o predicador efetinado, uma forma verbal no particípio passivo, exige apenas o seu argumento interno, tal como ocorre em geral nas construções passivas do português. Como em qualquer outra oração passiva, o argumento interno passa a ser o controlador da concordância verbal.

Tendo isso em mente, se indagarmos aos alunos o que foi *efetuado*, certamente responderão que foi a prisão. E, se questionarmos quem efetuou a prisão, certamente dirão que foi a PM. A partir disso, iniciaremos nossas reflexões sobre as possíveis construções estruturais para essas respostas, baseando-nos, claro, na noção de predicadores.

(10) Foi efetuado [a prisão].

(11) [A PM] efetuou [a prisão].

Em (7), como dissemos, o predicador é *efetuado*. Portanto, o argumento é *a prisão*. A partir disso, já cabe o entendimento de concordância entre o verbo e seu único argumento. Se *efetuado* permanecesse flexionado no masculino, a concordância se daria com *trabalho*, expressão nominal que integra *o ótimo trabalho*. Nesse caso, as estruturas ficariam da seguinte forma:

(12) [A prisão] foi efetuada.

(13) [A prisão da assassina Isabela] foi efetuada.

(14) [O ótimo trabalho] foi [efetuado].

Em (15) consideramos um predicador verbal na voz ativa, que, sozinho, é um predicador incompleto. No exemplo, ele já está “preenchido”, isto é, possui dois argumentos, um externo, e outro, interno ao verbo.

(15) [A PM] efetuou [a prisão] [da assassina Isabela].

A partir dessas reflexões, propusemos algumas possibilidades de novas redações para o parágrafo que compõe o texto. Essas redações levarão em conta a coesão, visto que, no parágrafo original, a repetição da palavra *prisão* é desnecessária do ponto de vista da concisão e da clareza do texto.

(16) Agradecemos [à PM] [**o ótimo trabalho pela prisão da assassina Isabela**], que, com muita força de vontade e dedicação, foi [efetuada] rapidamente em aeroporto na grande São Paulo.

(17) Agradecemos [**o ótimo trabalho**] [à PM], que, com muita força de vontade e dedicação, efetuou [a **prisão da assassina Isabela**] rapidamente em aeroporto da grande São Paulo.

Outra reflexão interessante é sobre os adjuntos adverbiais. As expressões *com muita força de vontade e dedicação, rapidamente, em aeroporto, na grande São Paulo* não são exigidas por seus predicadores, no entanto, fazem parte do “sentido total” das orações. Vejamos como as ideias ficariam vagas sem algumas informações:

(18) Agradecemos [à PM] [**o ótimo trabalho pela prisão da assassina Isabela**].

(19) Agradecemos [**o ótimo trabalho**] [à PM], que efetuou [a **prisão da assassina Isabela**].

Ora, se é um fato relevante, pelo qual todos esperam, digno de uma publicação impressa (mesmo que seja de forma fictícia) em sala de aula, as “informações extras”, ou seja, o local, o modo em que tal evento ocorre chamam a atenção e reforçam ou sugerem algo novo, como, nos exemplos (16) e (17).

Se a prisão da assassina foi efetuada *em aeroporto da grande São Paulo*, é provável que pudesse estar tentando fugir do país. Sabemos, pois, que a prisão foi em um *aeroporto na grande São Paulo* e não em qualquer cidade, mesmo que não saibamos em qual aeroporto. Isso cria uma expectativa, que, certamente, será explicada posteriormente, ao longo do texto produzido.

Os outros adjuntos adverbiais *com muita força de vontade e dedicação e rapidamente*, apesar de também não participarem do preenchimento do sentido do predicador, participam da complementação do sentido global da oração. Além disso, reforçam o que já explicamos, ou seja, o trabalho para efetuar a prisão dessa assassina foi, talvez, diferente dos demais. Esses

adjuntos nos levam a inferências. Uma delas pode ser que a assassina represente uma ameaça, uma vez que a prisão foi efetuada *rapidamente e com muita força de vontade e dedicação*.

Considerações finais

Na primeira seção deste trabalho, tratamos das práticas de análise linguística em sala de aula, podemos perceber que ela precisa ser uma aliada às práticas de produção textual – o texto –, que deve ser o objeto de estudo das aulas de língua portuguesa. Nesse caso, os alunos necessitam reconhecer e diferenciar o que são “regras” e o que são estudo e aplicação de “nomenclaturas”, pois, assim, entenderão melhor a estrutura da língua e, conseqüentemente, aperfeiçoarão suas produções escritas.

Na seção seguinte, analisamos alguns autores que tratam da sintaxe, entre eles, um manual didático destinado ao 3º ano do Ensino Médio. Neste manual, o tratamento dado à sintaxe é estritamente relacionado à NGB. Já em autores como Bechara (2003) e Duarte (2008), conseguimos verificar novos conceitos e métodos de estudo e abordagem da sintaxe, o que nos encaminhou para um estabelecimento de convergências e divergências entre esses autores e que nos possibilitou a construção da proposta de análise, na última seção do trabalho. Nela, possibilitamos uma reflexão acerca do ensino de sintaxe voltado ao aprimoramento das produções de textos de alunos em sala de aula.

Com as análises, concluímos que, a partir das noções de “argumento” e “predicador”, é possível investir em uma estratégia de aprendizagem que ajude os alunos no trabalho de revisão dos seus textos, sem a necessidade de recorrer à memorização de nomenclaturas. Por fim, concluímos que os adjuntos adverbiais não podem ser considerados meros acessórios que não são exigidos pelos predicadores, uma vez que são “essenciais” na construção do sentido e das informações das orações.

Referências

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (3º e 4º ciclos do ensino fundamental).** Brasília: MEC, 1998.
- DUARTE, M. E. Termos da oração. *In:* VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). **Ensino de gramática: descrição e uso.** São Paulo: Contexto, 2008.
- GERALDI, J. V. (org.). **O texto na sala de aula.** São Paulo: Anglo, 2012.
- ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem.** São Paulo: Moderna, 2016.
- VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). **Ensino de gramática: descrição e uso.** São Paulo: Contexto, 2008.

O professor de língua portuguesa e a atribuição de sentido a textos de alunos surdos: uma análise sintática e semântica

Anna Karyna Torres Côrtes¹

Paula Freitas de Jesus Torres²

Considerações iniciais: o ensino de língua portuguesa e a escrita surda

O ensino da Língua Portuguesa como língua materna já é palco de diversas discussões teóricas e práticas, no que concerne ao que deve ser ensinado, aprendido, variações linguísticas, preconceitos, entre outros tantos elementos. Independentemente da linha defendida, o ensino da gramática normativa é um assunto sempre presente e pertinente. Todavia, este ensino sem estar inserido em um contexto social maior proporciona ainda mais reflexões e estudos.

Letramentos acontecem na articulação do pensamento, na junção do conhecimento adquirido, na seleção de informações para construção de sentido, em registros orais ou escritos. Os registros escritos são reconhecidos como um modo identitário, ideológico, cultural, social e político. Ele se traduz como manifesto de um pensamento, ação, comportamento ou

1 Professora da Universidade do Estado da Bahia. É mestra em Língua e Cultura (UFBA). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (UEFS), com o projeto de pesquisa *Análise de textos escritos em Língua Portuguesa no processo de Letramento Acadêmico Surdo*. Atua nas áreas de estágio supervisionado e Libras. E-mail: karynasan@hotmail.com.

2 Graduada em Letras com dupla habilitação e respectivas literaturas (UEFS). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa (FACINTER) e em Língua Inglesa (UNICID). É mestra em Estudos Linguísticos (UEFS) e doutoranda em Estudos Linguísticos (UEFS). É professora nas redes particular e pública de ensino. E-mail: alwap@hotmail.com.

crença, construído na língua materna e concretizado na junção alfabética para formação das palavras e expressão de todos os aspectos citados anteriormente. Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020) afirmam sobre essas pressões e impressões sociais que:

Línguas constituídas pela escrita alfabética tendem a padronizar e homogeneizar significados. Nesse sentido, espera-se ou exige-se que seus usuários façam uso do texto escrito da mesma maneira; daí a necessidade de se ensinarem nas escolas convenções ortográficas, definições vocabulares, por meio de dicionários com um número cada vez maior de palavras e de regras gramaticais (KALANTZIS; COPE; PINHEIRO, 2020, p.45).

Essas discussões resultaram em estudos sobre práticas de análise linguística. Conforme Geraldi (2011 *apud* ALVES *et al*, 2020), a ideia é trazer uma nova perspectiva sobre o sistema linguístico e seu uso. Essas práticas deverão incluir o ensino da gramática normativa em conjunto com a leitura e produção textual, sendo o objetivo maior a reescrita do texto.

Todavia, o texto escrito por um surdo será originado de pensamentos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), construções em uma cultura e vivências completamente diferentes da língua para qual ele vai traduzir e registrar seus pensamentos. Esses textos assumirão novos sentidos de acordo com o letramento social e acadêmico do novo leitor, como é de se esperar em qualquer leitura. Entretanto, toda análise do sentido do texto será feita, em maioria, por pessoas que constroem sua decodificação em bases ouvintistas da língua portuguesa, e seus respectivos registros culturais e sociais.

Nessas novas práticas de educação cabe analisar a educação intercultural, caracterizada por propostas que visam trabalhar com as diferenças sociais, históricas e culturais em um mesmo contexto, com a possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule (FLEURI, 2003). Porém, as diferenças que a sociedade estabelece para considerar alguém excepcional, normal ou deficiente, nada mais são que diretrizes de identidade e representatividade. E, para respeitar cada identidade, além de dar acesso às universidades ao sujeito surdo, é preciso ter cuidado nos processos internos e individuais de permanência

do sujeito diverso, pois embates sociais e culturais são, portanto, “sistemas classificatórios” criados para fins de estigmatização e exclusão. Uma ferramenta classificatória dentro da universidade, também, é o texto escrito construído para avaliações parciais ou finais.

Observando as várias situações em que a escrita, e possível reescrita, surda foi negligenciada por falta de entendimento e conhecimento daquela estrutura textual, que mesmo sendo língua portuguesa, é uma língua portuguesa como segunda língua e com várias interferências semânticas, sintáticas e morfológicas de Libras é que surgiu a ideia de apresentar algumas escritas informais surdas e refletir, neste capítulo, sobre sua aproximação com a sintaxe da língua portuguesa.

Escritos surdos em ambientes de rede

Nesta seção, apresentamos alguns exemplos de textos surdos que são de domínio público pois foram postados em diferentes redes. Mesmo assim, deixaremos a fonte e o autor em anonimato, pois a intenção é de apenas exemplificar, analisar e comparar as construções sintáticas.³ As análises foram feitas por um viés comparativo da sintaxe das línguas envolvidas, tendo como foco maior, o olhar do professor de língua portuguesa sobre o texto escrito pelo surdo.

Exemplo 1: Oração a gente vai foco em minha vida. Mas quer não cair foco.
Algo por fé

Exemplo 2: Entendi muito Causa meu rosto não consegui

Exemplo 3: Se cuida máscara causa eu cheguei ontem que evita mexer boca e nariz ficou seguro de cuidado pra avó melhor.!

Exemplo 4: Muito triste saber ele avisar, Ele bom faz Youtube canal ensinar surdos coisa

Poder ajudar canal Youtube doação.

Exemplo 5: Oi toda comunidade Surda, pouco triste avisar tudo vcs,

³ As sentenças foram reproduzidas *ipsis litteris*, incluindo a pontuação.

computador eu uso, poder fazer vídeo para vcs, aconteceu quebrar, agora preciso pouco parar projeto [...]

Exemplo 6: Oie Boa noite eu como difícil vindo também abraço amém porque verdade muito te amo importante sorrindo pessoa triste bem legal ótimo feliz igreja sempre sim conversar entendi certo é pode então X⁴ depois deixar também foi desculpa não já quando chegar em.

Como já exposto na seção anterior e, considerando que existem muitas variáveis no processo de escrita por alunos surdos, a exemplo da idade, do nível de escolaridade, do seu histórico familiar, do contato com diferentes fontes de leitura e dos diferentes graus de letramento, entres outras coisas que podem interferir no processo de aprendizado e de apropriação de uma outra língua, e, por não ter conhecimento dos reais contextos no qual os fragmentos se materializaram na rede, tomaremos como parâmetro as situações enfrentadas por estudantes ao aprenderem uma língua estrangeira, pois a metodologia utilizada para o ensino de língua portuguesa para surdos é essa.

Ao fazer a leitura dos excertos acima, observamos que no geral, mesmo sem parâmetros de ordem social, e sem que se conheça as estruturas morfossintáticas e semânticas das Libras de forma aprofundada, é possível perceber muitas similaridades com o que muitos professores se deparam ao lerem/avaliarem as produções de seus alunos em língua portuguesa. O que, a princípio, parece um emaranhado desconexo de ideias fragmentadas, muitas vezes, sem qualquer tipo de pontuação, pausa ou elementos argumentativos, na verdade, é rico em produção de sentidos e esse material deve ser um espaço em que os professores podem se debruçar para ampliar as competências comunicativas, o desempenho linguístico de seus alunos surdos, partindo daquilo que eles já conseguiram, e não como normalmente é feito ao se descartar os textos produzidos pelos estudantes.

Passando para a análise dos exemplos destacados, no primeiro deles, “*Oração a gente vai foco em minha vida. Mas quer não cair foco. Algo por fé*”, o conteúdo do escrevente relata um pouco das suas crenças, de

⁴ Um nome foi citado, então trocamos por X para que não haja nenhuma forma de exposição.

sua fé, sua vontade, ao tratar a “oração” como algo importante para sua vida. Mesmo com a dificuldade de flexionar os verbos tanto no futuro perifrástico, quanto no próprio tempo presente, e mostrar, aparentemente, uma certa independência no encadeamento das sentenças, percebemos que as orações têm uma certa gradação e dependência das ideias de modo que a apresentação do termo “oração”, no início, quando ligado ao verbo da primeira frase, é base para o entendimento do que vem seguinte.

Outro ponto importante observado é a posição do elemento negativo que vem posposto ao verbo, uma realização mais incomum se considerado com textos de crianças que têm o português como língua natural. Não somente, há a alternância do elemento preposicional “por” no lugar de “pela” como em “Algo por fé”. Nesse sentido, o escrevente surdo entende que conjunções, preposições são importantes, embora, não tenha apropriação efetiva de alguns usos; o entendimento do leitor não é muito comprometido. Semanticamente, há o reconhecimento de que algo é muito importante para o escrevente (*oração/foco*) a ponto de não deixar se abater, de seguir firme em seus propósitos, como é apontado pela conjunção adversativa “mas” na frase seguinte.

No exemplo 2, “Entendi muito Causa meu rosto não consegui”, acreditamos que nesse caso, a escrita é um pouco mais incompreensível pois, aparentemente, há muito menos elementos para se analisar, porém, observa-se que mesmo tendo feito a conjugação verbal adequada no passado, o uso adequado do pronome possessivo e da partícula de negação antecedendo o verbo, faltam elementos para entender, de forma clara e assertiva, a mensagem do escrevente. Isto posto, vê-se necessário estabelecer critérios para que os professores de língua portuguesa, em salas regulares inclusivas, possam solicitar a reescrita textual, pois, mesmo que a sintaxe seja usada adequadamente, elementos semânticos não são utilizados e acabam por comprometer a atribuição de sentido ao texto.

Em adendo, em termos sintáticos, os elementos se apresentam nas sentenças em uma posição que é mais comum na língua portuguesa (sujeito/verbo), inclusive o próprio advérbio de negação. O que chama a atenção é a confusão da terminação dos tempos verbais, visto que a

situação desempenhada “conseguir” pode indicar algo que já foi realizado, não conseguido, “*meu rosto não conseguiu*”, ou algo que ainda ocorre “*meu rosto não consegue*”. Não podemos deixar de relatar ainda a má compreensão do uso das desinências modo-temporal “e/i” do presente e do passado, o que não é exclusivo de alunos surdos pois, em textos de alunos mais escolarizados que tem o português como língua materna é bem comum a troca do “e” utilizado no presente no lugar de passado “i”.

Assim como o contexto anterior, não há a apropriação devida das conjunções que ligam as orações, embora haja uma ausência de pontuação, ou de conjunção, o escrevente, para separar as orações, utilizou a estratégia da letra maiúscula para iniciar a segunda oração “*Causa*”, o que não isenta também, este mesmo termo de ser uma possível conjunção explicativa, causal “por causa, porque”.

No terceiro fragmento, “*Se cuida máscara causa eu cheguei ontem que evita mexer boca e nariz ficou seguro de cuidado pra avó melhor.!*”, o escrevente surdo mostra a sua preocupação diante de um cenário pandêmico, principalmente em relação aos cuidados da “sua” avó. Deste modo, há o aconselhamento da necessidade de se cuidar e fazer o uso da máscara. No cenário descrito, o autor do texto relata o que presenciou no dia anterior ao chegar (talvez na casa da avó) e ter visto o frequente toque das mãos no nariz e na boca no momento que utiliza a máscara de proteção, por isso, ele orienta que, para uma melhor segurança e proteção para a idosa, evitar o toque na região do rosto é muito importante.

Semanticamente, fica muito clara a mensagem mesmo não tendo pontuação ao longo do texto, inclusive para mostrar o discurso direto “*evita mexer boca e nariz ficou seguro de cuidado pra avó melhor.!*”. Tudo que é descrito, incluindo as falas, é considerado parte de um mesmo nível. Só no final do seu texto, o escrevente, para indicar o final da oração, utiliza o ponto final, mas, mesmo assim, utiliza-o como parte de um discurso direto, ao empregar o sinal de exclamação para expressar o seu conselho ao interlocutor. O surdo mostra-se consciente da entonação a ser usada no contexto do aviso colocando assim a dupla pontuação.

Se analisarmos morfossintaticamente, há a posição adequada SV (sujeito/verbo), parte das flexões verbais foram realizadas, ressaltando a do pretérito atrelado ao uso do marcador temporal “*ontem*”. O termo “*causa*”, que foi encontrado no segundo exemplo, também é utilizado aqui, o que nos faz acreditar que realmente seja a conjunção “por causa, porque” de modo que apresenta um motivo, razão. Outro ponto que merece ser discutido é a abreviação da preposição *para* pela variante “*pra*” como marca de informalidade na escrita também presentes em meios digitais. Há, ainda, a omissão de verbo, a exemplo de “*usa*” em “*Se cuida máscara*” mas que não compromete o entendimento de sua mensagem pois a ação “*cuidar*”, associado ao termo “*máscara*” pode remeter, diretamente, à necessidade de proteção, sendo o uso da máscara essencial.

Já no exemplo 4, “*Muito triste saber ele avisar, Ele bom faz Youtube canal ensinar surdos coisa [...] Poder ajudar canal Youtube doação.*”, o escrevente relata sua tristeza por saber que um jovem, responsável por ajudar muitos outros em seu canal no Youtube, avisa aos seus seguidores uma possível interrupção de seus vídeos na plataforma digital. Não somente, fica clara a importância que esse meio digital (Canal descrito em questão) tem para a comunidade surda pois, segundo o surdo, os vídeos produzidos pelo youtuber tem ensinado muita coisa para essa comunidade. Diante do aviso recebido, de sua “*decepção*”, o escrevente em “*Poder ajudar canal Youtube doação*” relata a possibilidade dela, ou de outras pessoas (não deixa claro quem) ajudarem a manter o canal na rede e, essa ajuda, se daria em forma de doações.

Diante da situação acima exposta, muita coisa pode ser compreendida sobre o relato. Como já foi identificado nos dois primeiros exemplos, parece ser característico o fato de alguns surdos alternarem estruturas verbais com flexões, enquanto, a maioria das situações em que os verbos aparecem, o surdo ainda não faz a conjugação verbal e tem suas ações descritas no modo infinitivo, a exemplo de “*ele avisar*” e “*canal ensinar*”, o que é, claramente, uma interferência de Libras, já que a marca de tempo-pessoa nessa língua não está na flexão verbal.

Sabe-se que não há nenhum sistema cerebral que se comporte da mesma forma, apesar de seguir um padrão durante o período de formação das vias sensoriais e motoras. Segundo Consenza e Guerra (2011),

O que torna os cérebros diferentes é o fato de que os detalhes de como os neurônios se interligam vão seguir uma história própria. É como uma cidade planejada, que à medida que vai sendo construída vai adquirindo características próprias, podendo ocorrer, inclusive, algumas mudanças no plano original. A história de vida de cada um constrói, desfaz e reorganiza permanentemente as conexões sinápticas entre os bilhões de neurônios que constituem o cérebro (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 28).

Discussões sobre o período crítico para a aquisição da linguagem são baseadas no desenvolvimento neurológico e no *input* para desenvolver a fala (SANTANA, 2007). Todavia, para os surdos, deve-se analisar a dificuldade desses em serem expostos às experiências linguísticas e sociais. Muitas vezes, essa exposição vem tardiamente e interfere no processo de aquisição das línguas Portuguesa e Libras, pois para uma grande maioria de surdos, Libras não é uma língua de herança; entende-se por língua de herança:

[...] línguas que, em um contexto sociocultural, são dominantes diferentes da usada na comunidade em geral. A palavra “herança” remete à ideia de tradição herdada, assim como a ideia de patrimônio, que remete à relação familiar. As línguas que a pessoa adquire em casa com seus pais, diferentes da língua usada de forma massiva no país, configuram língua de herança. (QUADROS, 2017, p. 7).

Não somente no fragmento quatro, há também a ausência de elementos coesivos como conjunções logo no primeiro fragmento. Outro elemento marcante na escrita do surdo a se considerar é também a falta de um verbo de ligação que antecede o predicativo do sujeito em “*Ele bom*”. Consideramos essas ausências de conectivos e de verbos de ligação como parte de um processo natural do processo de aprendizagem de línguas para as crianças não surdas que não realizam nos primeiros momentos de sua fala ao aprender a língua portuguesa em seu seio familiar.

Porém, a língua materna do surdo, Libras, possui esse parâmetro como parte natural da língua e ele permanece na escrita do surdo, pois para este grupo a língua portuguesa é ensinada em metodologias para ouvinte e, dependendo do histórico escolar, e principalmente familiar, a interferência linguística permanecerá.

Nessa fase da aquisição da linguagem, o aprendiz faz boas escolhas das expressões, de palavras-chave, palavras mais importantes para o entendimento de sua mensagem pelo leitor priorizando os substantivos, os verbos e os pronomes. Cabe ao professor considerar essas questões e ajudar seus alunos surdos a identificarem esses contextos e orientá-los a superar esse estágio da escrita, à medida que o aluno vai tendo mais contato com a língua portuguesa, inclusive por meio da leitura de textos variados. Mesmo com as ausências de flexões verbais, de elementos coesivos, a mensagem escrita pelo aluno foi clara e não teve seu entendimento dificultado.

No penúltimo exemplo, “*Oi toda comunidade Surda, pouco triste avisar tudo vcs, computador eu uso, poder fazer vídeo para vcs, aconteceu quebrar, agora preciso pouco parar projeto [...]*”, as condições de produção são similares ao contexto anterior, pois foi materializada em plataformas e redes sociais digitais. Nesse contexto, a preocupação do redator é relatar a toda a comunidade surda que está conectado a ele/ela, a sua tristeza em ter que pausar o projeto de produção de vídeos devido ao computador, sua ferramenta de uso foi quebrada, inviabilizando, assim, o seu trabalho. Toda a mensagem é escrita de forma encadeada pela separação das vírgulas, tendo, deste modo, uma gradação de ideias e justificativas, no entanto, sem qualquer conjunção aditiva ou explicativa. Os advérbios estão bem colocados nas sentenças, mas os artigos definidos não estão presentes, “*computador eu uso*” e “*parar projeto*” o que não provocam obstáculos para o entendimento do leitor.

O fato de o escrevente ter postado a sua mensagem em um meio digital possibilitou o uso de expressões que são comuns a esse tipo de meio e, que também são utilizados pelos alunos que não são surdos. Podemos perceber, assim, essa adequação da linguagem quando o próprio estudante utiliza a forma reduzida do pronome vocês em sua forma reduzida “*vcs*”,

tão comumente encontrados nas produções, interlocuções que acontecem no meio digital, como *WhatsApp*, *Facebook*, *Youtube*, entre outros.

Ainda sobre o exemplo cinco, se fizermos uma comparação com os outros contextos já apresentados, entendemos que existem alguns pontos em comum como a ausência de pontuação adequada, de flexões verbais e até de elementos de ligação. Por outro lado, nesse mesmo exemplo, já se tem conjugações em tempos distintos como é o caso do passado “*aconteceu quebrar*” e do presente em “*agora preciso pouco*”. Observamos, então, semelhantemente aos outros contextos aqui discutidos, a insegurança de ora conjugar os verbos apropriadamente, ora deixá-los em seu modo infinitivo.

Em relação ao sexto e último exemplo proposto para análise, “*Oie Boa noite eu como dificil vindo também abraço amém porque verdade muito te amo importante sorrindo pessoa triste bem legal ótimo feliz igreja sempre sim conversar entendi certo é pode então X depois deixar também foi desculpa não já quando chegar em*”, já podemos observar um encadeamento de várias ideias sem qualquer tipo de pontuação ou raros elementos coesivos o que pode dificultar bastante o entendimento da mensagem. Embora, pareça que não seja possível compreender o que foi escrito, o surdo, logo no início do seu texto, utiliza os referenciais de introdução “*Oie Boa noite*” e, em seguida já apresenta a situação pelo qual vivencia. A escrita do surdo se baseia na ideia de se expressar de maneira que ele mostre ao seu interlocutor o real sentimento de profundo amor e a sensação de ver uma pessoa que está triste sorrindo, o que é intensificado pela repetição de sinônimos de um mesmo grupo semântico “*bem legal ótimo feliz*”.

O texto deixa transparecer que o escrevente é uma pessoa ligada à igreja, o que também é reforçado pela ocorrência da expressão “*amém*”. Não somente, a importância de conversar com o outro é pontuada, algo que pode acontecer ou não no local de culto. Como não tem pausas e fronteiras de início ou fim para cada uma das ideias, pensamos que um encontro pode ter sido marcado visto que o aluno escreve “*conversar entendi certo é pode então X depois deixar*”. O escrevente ainda relata que, diante da situação ocorrida, não foi desculpa o que aconteceu ao chegar em

algum lugar, que, por sinal, fica inconclusivo como é visto no excerto “*foi desculpa não já quando chegar em*”, precisando assim, de mais informações/ elementos que garantissem inteligibilidade ou completude ao seu texto.

Observando mais atentamente, fica evidente que o exemplo seis não é um texto tão claro, há muitas ideias distintas. Ao mesmo tempo que parecem ter uma certa conexão, também geram muitas dúvidas ao leitor. O exemplo seis não difere tanto de outras análises já feitas se considerarmos os demais exemplos. Há inversão do elemento negativo, de conjunções, de verbos de ligação, no entanto, as flexões verbais foram mais bem utilizadas. A ausência de elementos coesivos para nós foi o que mais prejudicou a compreensão do texto como um todo, como as vírgulas, pontos e referenciais que possibilitassem uma maior coerência. O que difere é que alguns compreendem a mensagem e outros não. Podemos concluir, então, que o uso normativo da sintaxe não garante que a construção de significado vá ocorrer. Portanto, o texto não poderá ser analisado por se aproximar ou se distanciar sintaticamente da língua portuguesa, apenas.

Se esses escritos fossem retirados de textos produzidos em sala de aula, caberia ao professor trabalhar com os elementos já presentes no texto, e com seu aluno, procurando estabelecer e encontrar as fronteiras de cada uma das ideias para que o encadeamento proposto por ele produza outros tipos de efeitos, de reações, chegando mais próximo daquele que o aluno realmente gostaria que fosse entendido sem perder de vista os meios de produção e concepções discursivas.

Considerações finais

Ressaltamos aqui, antes de tecer nossas palavras finais, que não se pretendeu fazer uma análise exaustiva e nem assertiva sobre os reais sentidos produzidos pelos escreventes surdos em seus textos, mas mostrar que é possível os sentidos se aproximarem já que os contextos são analisados. É muito importante que o professor faça uma análise cuidadosa, atenta, de

boa vontade da sintaxe. Entendemos que a exclusão não deve ser a primeira opção, ela deve ser de longe a resposta a ser dada quando se depara com esse tipo de escrita. Deste modo, o descarte pelo professor acarretaria uma dupla exclusão, a primeira, por calar a “voz” do próprio surdo e, a segunda, por não se fazer entendido, de não lhe dar a chance de interagir, de ser seu interlocutor, de ser cidadão.

No geral, podemos afirmar que por mais que os textos aqui apresentados não tenham atingido altos níveis de proficiência no aprendizado de uma segunda língua, neste caso a língua portuguesa, todos eles são textos ricos em sentidos e que, naturalmente, à medida que essas questões são trabalhadas pelos professores, seja discutindo com seu aluno, mostrando seus avanços, incentivando-os a lerem diferentes gêneros textuais, ou fazendo textualizações/retextualizações. Deste modo, melhores caminhos para contribuir com novas práticas que favoreçam um ensino eficaz de língua para a comunidade surda serão encontrados e todo o aprendizado será ressignificado para que ela tenha mais oportunidades e que nem o seu aluno e nem suas produções textuais sejam colocadas à margem tanto nos espaços escolares, como na sociedade em geral.

Referências

ALVES, L. R. B. *et al.* Práticas de análise linguística e ensino de gramática: Discussões e intervenções no âmbito do PROFLETRAS. *In: Ensino de língua e literatura na educação básica*. Rio Branco: Nepan, 2020.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 23, p.16-35, Mai.-Ago. 2003.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. **Letramentos**. Campinas: EDUNICAMP, 2020.

QUADROS, R. M. **Língua de Herança**: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurológicas. São Paulo: Plexus, 2007

Interfaces linguísticas e a interação no ambiente virtual: a relação das subjetividades nas redes sociais

Júlio César Paula Neves¹

Considerações iniciais

Estudiosos como Manuel Castells (1999), Pierre Lévy (2010a, 2010b) e Raquel Recuero (2011) têm se ocupado em analisar e descrever diferentes fenômenos nas redes sociais, sobretudo as formas com que as pessoas se relacionam através das novas tecnologias. Por meio desses espaços de interação, podemos encontrar diversos aspectos que se sobressaem desde publicações e compartilhamentos de fotos, vídeos, textos ou quaisquer outros tipos de materialidade. Com isso, pode-se dizer que uma grande quantidade de conteúdo é compartilhada por usuários que conversam e interagem através das redes sociais mediadas pelas novas tecnologias.

Dessa forma, apontamos que o ambiente virtual e/ou as redes sociais têm se mostrado palco de interações para as pessoas. Tal afirmação se baseia na quantidade de contas ativas em redes sociais, cerca de 2 bilhões² (cada). Entre as redes sociais mais acessadas estão o *Facebook*, o *WhatsApp*, o *You Tube* e o *Instagram*. Advindo da utilização dessas redes sociais é que

1 Doutorando em Linguística (UFSC). Mestre em Letras (UFSJ). Graduado em Letras/Português/Inglês (UFLA). Atualmente, suas pesquisas estão direcionadas aos estudos na área de Análise do Discurso com ênfase em discursos da mídia, representações sociais e violência verbal. E-mail: julimgv@hotmail.com.

2 Redes Sociais mais usadas no Brasil (Disponível em <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 22 de março de 2021).

trilhemos os caminhos da interação e da conectividade para discutirmos a respeito de como ocorrem as relações dos sujeitos conectados por essas plataformas, ou, melhor, como as subjetividades podem ser vislumbradas nesses espaços tão utilizados na atualidade.

Partindo desses espaços interacionais é que discorreremos sobre as relações virtuais e a forma com que os sujeitos se expressam frente à essa possibilidade de interação. Para tanto, abordaremos aspectos como as comunidades virtuais e as redes sociais online; as tecnologias móveis, que permitem tanto a mobilidade física quanto a mobilidade informacional para/dos usuários; os comentários desses sujeitos como forma de interação e marcas subjetivas de adesão ou recusa de posicionamentos ideológicos, sociais, culturais etc. e, por fim, através dos estudos de Patrick Charaudeau (2014), discorreremos sobre os comportamentos dos sujeitos pela linguagem, por uma perspectiva discursiva.

Por meio desse texto, buscamos não só tratar da linguagem empregada nas redes sociais, mas também apontar elementos dos comportamentos enunciativos dos sujeitos nos espaços virtuais.

As relações virtuais e a liberdade de se expressar em um ambiente virtual

Falar de interações, em geral, é percorrer um caminho, de certo modo, perigoso, pois são muitas as possibilidades que nos fazem refletir tanto em como as relações se constroem quanto no modo em que elas podem ocorrer. Ao se tratar da liberdade ao se expressar, muitas vezes isso acontece atacando e agredindo verbalmente outras pessoas. Não é difícil observar, nas redes sociais, assim como na interação face a face, divergências de opiniões e conflitos, o que ocorre geralmente seguido de insultos, xingamentos, palavrões e afrontas. Sobre as formas de interação nas redes sociais virtuais, Lévy (2010a) aponta que:

A vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos, que podem exprimir-se de forma bastante brutal nas contendas oratórias entre membros ou nas *flames* durante as quais diversos membros “incendiam” aquele ou aquela que tenha infringido as regras morais do grupo. Por outro lado, afinidades, alianças intelectuais, até mesmo amizades podem desenvolver-se nos grupos de discussão, exatamente como entre pessoas que se encontram regularmente para conversar (LÉVY, 2010a, p. 131).

Em outros termos, assim como nas comunidades físicas³, podem ocorrer conflitos nas relações e interações virtuais, por meio do computador ou de outro aparato tecnológico. Compactuamos com Lévy (2010a) ao tratar desses dois aspectos da comunicação: tanto da discordância de ideias e dos conflitos, quanto das possíveis concordâncias que se criam nas redes sociais virtuais, tal qual acontece em qualquer espaço onde ocorre a interação de pessoas.

Recuero (2011), sobre a interação nas redes sociais, aponta que esses pontos de discordância e de aproximação na comunicação e na interação são características da dinâmica das redes sociais na internet e estão sempre em transformação. Segundo Recuero (2011, p. 79), “é possível que existam interações que visem somar e construir um determinado laço social e interações que visem enfraquecer ou mesmo destruir outro laço”. Por essa perspectiva, podemos observar como as interações ou a comunicação entre usuários das redes sociais podem ser construídas de formas positivas ou negativas.

Tratando das políticas de uso que regulam esses espaços de interação virtual, geralmente existem diretrizes que visam normalizar aspectos da comunicação entre os usuários, de forma a apontar o que deve ou não ser feito ou dito. Sobre essas formas de tentar manter o bom funcionamento ou a boa relação entre os usuários, Lévy (2010a) aponta que:

Os ataques pessoais ou argumentações pejorativas para qualquer categoria de pessoas (nacionalidade, sexo, idade, profissão etc.) em geral não são permitidas. Os que fazem isso de forma repetida são excluídos pelos administradores de sistema a pedido dos organizadores das conferências eletrônicas. Excetuando-se esses casos particulares, a total liberdade de palavra é encorajada e os internautas são, como um todo, opostos a qualquer forma de censura (LÉVY, 2010a, p. 130-131).

³ Aponto como comunidades físicas aquelas em que as pessoas interagem fisicamente, presencialmente, corporalmente.

Em outras palavras, existe um protocolo a se seguir quando interagimos nas redes sociais, ou seja, não se trata de uma terra sem leis ou de um espaço em que tudo se pode fazer ou dizer. Para permanecer nas redes sociais é preciso seguir algumas diretrizes que visam manter uma comunicação saudável e minimamente respeitosa, o que nem sempre acontece.

Apesar dos conflitos que podem ocorrer nas interações, as pessoas são encorajadas a se expressarem. Não lhes é tirado o direito da palavra, apenas, de acordo com as diretrizes, precisa-se encontrar uma forma mais polida para tratar o outro. Para Castells (1999, p. 445):

de fato, a comunicação online incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade. O preço, porém, é o alto índice de mortalidade das amizades online, pois um palpite infeliz pode ser sancionado pelo clique na desconexão – eterna.

Por mais que existam diretrizes a serem seguidas, percebemos que, assim como expõe Castells (1999), a comunicação *online* ou virtual tem uma característica a ser pensada mais profundamente, que implica em um sujeito desinibido, encorajado, que acaba se expressando sem tomar certos cuidados com a linguagem utilizada, ou sem uma polidez mínima quanto ao tratamento com o outro.

Por ora, para tratarmos desses comportamentos que ocorrem em interações nas redes sociais, apoiamo-nos em Recuero (2011), amparada por Nicolis & Prigogine (1989 *apud* RECUERO, 2011), ao afirmar que os processos dinâmicos das redes sociais são consequência das interações e que “redes são sistemas dinâmicos e, como tais, sujeitos a processos de ordem, caos, agregação, desagregação e ruptura” (RECUERO, 2011, p. 80).

As comunidades virtuais e redes sociais *online*

A priori, Lévy (2010a) aborda o conceito de interatividade como uma questão a se pensar, uma vez que pode ocorrer um esvaziamento de significado. Segundo o autor, este termo é usado excessivamente como se

todos soubessem perfeitamente do que se trata. Partindo dessa abordagem problematizadora, Lévy (2010a, p. 81) salienta que “o termo ‘interatividade’, em geral, ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”. Para o autor, “de fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo” (LÉVY, 2010a, p. 81).

A partir do que o supracitado autor aponta como interatividade, consideramos que o indivíduo está inserido em um dinamismo em relação à sociedade e ao outro, em qualquer instância que se pode interagir de forma direta ou indireta, física ou virtualmente. A interação por essa perspectiva apresenta dois lados que se comunicam entre si e não puramente um emissor e um receptor no sentido de que em pura e simplesmente emite e outro que, da mesma forma, apenas recebe.

Lévy (2010a) toma como exemplo uma pessoa qualquer que, mesmo sentada na frente de uma televisão, na posição de destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza-se de diversas maneiras, e isso sempre ocorre de forma distinta independente do quem se trata. Destarte, cada pessoa tem suas próprias percepções quando pensamos em interatividade, pois, assim como dito por Lévy (2010a), o receptor nunca é passivo, demonstrando assim a fluidez da interatividade, ou, ainda, um dinamismo quando interagimos, independentemente se *online* ou pessoalmente.

Ainda a respeito de interatividade, Castells (1999), em seus estudos sobre as comunidades e redes sociais assinala que “William Mitchell foi convincente ao afirmar que estão emergindo *online* novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana, adaptadas ao nosso novo meio ambiente tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 443; grifo do autor).

Como sujeitos inseridos nesse novo meio ambiente tecnológico, apoiamo-nos no que Castells (1999) considera como as proposições de Barry Wellman (1996, 1999 *apud* CASTELLS, 1999) ao relacionar as comunidades virtuais às comunidades físicas. Para Castells (1999, p. 444), “o objetivo principal de Wellman é nos lembrar que as ‘comunidades virtuais’ não precisam opor-se às ‘comunidades físicas’: são formas diferentes de comunidade, com leis e dinâmicas específicas, que interagem com outras formas de comunidade”.

Isso remete à uma sociedade com diversas possibilidades de interação, sendo todas as possibilidades válidas, a depender da finalidade e do alcance que se deseja ter. Com isso, apesar de tratarmos das comunidades virtuais e redes sociais *online* como espaço de interatividade, não excluimos ou diminuimos as outras formas de interação, apenas apontamos essa outra forma como emergente em uma sociedade que é viva, dinâmica e tem a possibilidade de usar a internet também para esse fim.

Castells (1999) afirma que a internet favorece a expansão e a intensidade de laços que se formam na interação social de pessoas que vivem em um mundo tecnologicamente desenvolvido. Partindo dessa prerrogativa, o autor apresenta o seguinte questionamento:

Assim, no fim das contas, as comunidades virtuais são comunidades reais? Sim e não. São comunidades, porém não são comunidades físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém, não são “irreais”, funcionam em outro plano da realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseada em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, mas também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada (CASTELLS, 1999, p. 445-446).

Lévy (2010b, p. 101), por sua vez, afirma que “uma comunidade virtual é simplesmente um grupo de pessoas que estão em relação por intermédio do ciberespaço”. Isso posto, acreditamos que, segundo a perspectiva do filósofo, a comunidade virtual pode ser compreendida como fruto da agregação de pessoas, *a priori*, ao redor do computador.

Portanto, ao discorrermos sobre as comunidades virtuais e redes sociais *online*, nos amparamos na ideia de essas possibilidades de interatividade se apresentarem não como o melhor caminho de sociabilidade, mas como possibilidade de interagir com o outro e com o mundo a partir de novas ferramentas, a partir de outras perspectivas e finalidades. Queremos dizer, com isso, que essas formas de interatividade estão presentes na sociedade e não excluem ou diminuem a interação das comunidades físicas, mas complementam-nas, e, sendo mais ousados, acreditamos que todas as formas de interação caminham lado a lado, são complementares e isso se comprova no uso da língua.

Quando o intuito é alcançar uma comunidade física ou pessoa próxima, escolhemos, dentre as possibilidades existentes, uma forma eficaz de comunicação e interação. Já, quando o objetivo é interagir com um grupo maior, cujo alcance necessita de outras ferramentas, nos valem de outras estratégias para que a comunicação aconteça, pode-se dizer que essas possibilidades *online* se revelam como alternativa viável. Portanto, todas as formas de interatividade, física ou *online*, pressupõem funções comunicacionais como *o que se quer dizer, para quem, de que forma, quando, onde* etc. Ou seja, trata-se das circunstâncias para que a interatividade seja efetiva e eficaz.

Tecnologias móveis: mobilidade física e mobilidade informacional dos sujeitos

Propor uma reflexão sobre as tecnologias móveis é levar em consideração o avanço tecnológico que cria e disponibiliza aparelhos cada vez mais modernos e cheios de funcionalidades. Se considerarmos os primeiros computadores e a evolução da tecnologia, principalmente a comunicacional e informacional, podemos perceber que a sociedade ou os sujeitos pertencentes a ela estão sempre em busca de maior mobilidade, facilidade e desenvolvimento tecnológico.

Queremos, com isso, apontar que as pessoas estão caminhando para a possibilidade de se manterem conectadas a maior parte do tempo, e isso, só é possível por meio de aparelhos cada vez mais avançados. Os primeiros aparelhos celulares eram capazes de fazerem chamadas por voz, já, os aparelhos desenvolvidos atualmente possuem diversas funções que facilitam aos usuários uma conexão quase sem interrupções. São chamadas por voz, mensagens de texto, acesso a jornais, a revistas, a redes sociais, chamadas por videoconferência, entre outras opções disponíveis por meio da internet que facilitam a comunicação e interação dos sujeitos. Lévy (2010b, p. 104) aponta que, “hoje, com as tecnologias móveis, estamos vendo o desenvolvimento de comunidades em rede móveis usando SMS, voz e acesso à internet por redes 3G para reforçar ainda mais os vínculos sociais face a face”.

As comunidades e/ou redes que utilizam a internet para funcionarem têm a possibilidade de servir-se das chamadas redes 3G⁴ apontadas por Lévy (2010b) de forma a tornar mais efetiva e móvel a comunicação ou interação por meio de celulares, *smartphones* e *tablets*, viabilizando a flexibilidade ao utilizar esses ou quaisquer aparelhos que possuem a tecnologia 3G ou, atualmente, a tecnologia 4G.

Ainda, para Lévy (2010b), existem outros tipos de tecnologias com a mesma função de possibilitar a conexão de pessoas ao mesmo tempo que possibilitam uma mobilidade que suprime a utilização de cabos e fios, deixando os usuários mais livres para acessar as redes que desejarem e puderem ter acesso. Para o autor:

O *Wireless Application Protocol* (WAP) ou outros padrões concorrentes como o *Wi-Fi*, o *Wi-Max*, as redes por *Bluetooth* ou as redes 3G, já permitem notadamente a conexão à internet por telefone celular ou *laptop*, sem fio, constituindo-se no principal desenvolvimento da cibercultura hoje: a mobilidade e o controle informacional locativo. Temos, pela primeira vez, a potência da mobilidade física acoplada à mobilidade informacional, isto é, a possibilidade de consumir, produzir e distribuir informação em deslocamento pelo espaço urbano (LÉVY, 2010b, p. 108).

Dessa forma, observamos que existem diversas tecnologias facilitadoras que possibilitam tanto a mobilidade física quanto a mobilidade informacional, proporcionando aos usuários a possibilidade de se manterem conectados e se deslocarem sem grandes dificuldades, por não estarem ligados a fios e a tomadas. Ainda sobre a questão da mobilidade e do ciberespaço como lugar de interação, Lévy (2010b) discorre sobre a metáfora⁵ da cidade, por tratar de um espaço de interação. Para o filósofo:

mais do que criar metáforas de cidades, o que vemos hoje é a sinergia crescente entre o espaço físico e o ciberespaço, cujo expoente maior é o uso de ferramentas locativas como *smartphones*, *palms* e GPS para projetos que vinculam comunidades virtuais e localização real (LÉVY, 2010b, p. 106).

4 Levando em consideração o ano da publicação da obra de Lévy (2010b), apontamos a existência da tecnologia 4G, muito mais avançada e aperfeiçoada que a outra apresentada pelo autor.

5 Segundo Lakoff e Johnson (1985 *apud* MORAIS, 2015, p. 126) “a essência de uma metáfora é que ela permite compreender alguma coisa (e experienciá-la) em termos de alguma outra coisa”.

Ao observarmos a mobilidade física e informacional proporcionada pelas novas tecnologias, devemos levar em consideração que essa fluidez não significa distanciamentos entre as pessoas. Não quer dizer que a possibilidade de interação entre sujeitos e comunidades leve ao distanciamento e à segregação por parte dos usuários, mas o contrário, a comunhão por convergências de interesses. Lévy (2010b) aponta que o ciberespaço tem a propriedade de facilitar as proximidades, ou melhor, o autor afirma que elas não desaparecem, pelo contrário, são redefinidas como uma classe de proximidades semânticas tal como ocorre com a língua, a orientação política, sexual etc.

Desta forma, podemos apontar que as pessoas conectadas no ciberespaço se agrupam ou se organizam por meio de afinidades que revelam seus interesses, é o caso de pessoas que formam grupos para discutir política (geralmente com posicionamentos afins), ou para tratar de quaisquer outros assuntos como plantas, artistas, atividades físicas, culinária etc. Assim, as redes vão tomando forma e características próprias com base nas preferências que se dispõem discutir, compartilhar, observar. Para Lévy (2010b, p. 105; grifos do autor):

além das comunidades e redes sociais que refletem as instituições e comunidades clássicas, grande parte dessas comunidades são, por natureza, *desterritorializadas* e reúnem pessoas que se interessam pelos mesmos temas, paixões, projetos, objetos, posturas, ideias etc., independente das fronteiras geográficas ou institucionais.

Apontamos que a observação das proximidades semânticas, como ponto de partida, não equivale a uma regra, uma vez que, pessoas com posicionamentos contrários também podem estar conectadas e discordarem ou refutarem o que está em voga nas discussões dos grupos; isso pode acontecer, principalmente, em páginas que as pessoas seguem nas redes sociais.

Por fim, sobre a utilização das tecnologias móveis como instrumento ou mecanismo que propicia tanto a mobilidade física quanto a mobilidade informacional, pode-se dizer que *tablets*, *smartphones* e celulares têm sido bastante utilizados com esta finalidade. Com base nas proposições de Lévy

(2010b) e na observação de um movimento social que revela a apropriação das pessoas ao utilizar tais tecnologias, constatamos que o uso efetivo das novas tecnologias tem cumprido o papel de subsidiar tanto a mobilidade física quanto a mobilidade informacional na interação das pessoas, o que pode revelar traços do que veremos a respeito da subjetividade em comentários publicados nas redes sociais.

A presença do sujeito nos comentários

As diversas formas de se comunicar dizem muito sobre aquele que se expressa. Quando, em uma situação comunicacional, selecionamos as palavras para fazermos-nos entendidos, transmitimos não apenas uma mensagem em forma de texto, mas também deixamos transparecer aspectos que nos descortinam e revelam traços de quem somos, do que estamos sentindo, de nossos posicionamentos políticos, históricos, culturais etc.

Esses traços, de acordo com Benveniste (1991 [1966]), se apresentam como marcas da subjetividade. Brandão (2012, p. 56) considera que, para Benveniste, “a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito de seu discurso e ela se funda no exercício da língua”. Para Benveniste (1991[1966]), o locutor, ao enunciar sua posição institui-se um “eu” e, ao fazer isso, estabelece necessariamente um “tu”.

Nesse processo de enunciação, entendemos que o sujeito, ao se utilizar de uma violência verbal, proferindo insultos e xingamentos nos comentários, se institui como um “eu”, revelando marcas de sua subjetividade. Ao se colocar nesta posição, o sujeito estabelece um “tu”, aquele a que se dirige seu discurso. Ao xingar ou insultar alguém através de um comentário, o sujeito assume a língua e a emprega de forma violenta.

A Teoria Semiolinguística, por meio do modo enunciativo proposto por Charaudeau (2014), possibilita observar o usuário que se posiciona, que revela determinados valores através de seus comentários. Portanto, o modo de organização enunciativo será nosso ponto de partida para discutirmos a violência verbal instaurada em comentários publicados por usuários das redes sociais na internet:

No âmbito da análise do discurso, que é nossa perspectiva, o verbo **enunciar** se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz* (CHARAUDEAU, 2014, p. 82; grifos do autor).

Charaudeau (2014) aponta que o *modo enunciativo* se volta para os protagonistas, para os seres de fala, que são internos à linguagem. Isso relaciona-se àqueles que, por meio da linguagem, se expressam e enunciam suas proposições.

Assim, o autor traz para seus estudos esses seres de fala que selecionam, dentre as diversas possibilidades da língua, uma forma de se comunicar. Charaudeau (2014, p. 81; grifos do autor) assevera que “o enunciativo é uma *categoria do discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação”. Trata-se, no nosso *corpus* daquele sujeito que, em uma página específica, dentro do *Facebook*, utiliza a língua como instrumento para se expressar e assim, revela muito de si.

Em nossas discussões, consideramos o modo enunciativo para tratarmos da posição dos sujeitos comentantes nas redes sociais na internet e as formas linguísticas com que esses sujeitos reagem às publicações e a outros sujeitos que aparecem nos comentários.

Dito isto, discorreremos a partir dos três comportamentos do modo enunciativo desenvolvidos por Charaudeau (2014), sendo: (1) estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor em um comportamento alocutivo; (2) revelar o ponto de vista do locutor, em um comportamento elocutivo; e, por último, (3) retomar a fala de um terceiro, num comportamento delocutivo.

Os comportamentos alocutivo, elocutivo e delocutivo e as marcas da subjetividade

Ao enunciar sua posição em relação ao interlocutor, o sujeito falante implica e lhe impõe um comportamento (CHARAUDEAU, 2014).

Assim, o locutor age sobre o interlocutor. Trazendo para as redes sociais na internet, entende-se que as diversas publicações das páginas suscitam um comportamento nos sujeitos comentantes, de forma que, ao ter contato com essas publicações, os sujeitos reagem em resposta. Esse comportamento se enquadra no ponto de vista *acional*, uma vez que, ao responder ao que foi publicado, existe uma ação da parte do sujeito comentante.

Para Charaudeau (2014, p. 82; grifos do autor), “quaisquer que sejam a identidade psicossocial e o comportamento efetivo do interlocutor, este é instado, pelo ato de linguagem do locutor a ter uma determinada reação: responder e/ou reagir (*relação de influência*)”. Deste modo, dizemos que a relação de influência existe no ato de o sujeito comentante ser impulsionado a responder tanto à publicação quanto a outros comentários. Isso, a nosso ver, pode revelar a adesão ou a discordância de posicionamentos.

Charaudeau (2014) classifica alguns procedimentos linguísticos da construção enunciativa, as categorias modais, para categorizar o comportamento alocutivo:

As categorias modais de “Interpelação”, “Injunção”, “Autorização”, “Aviso”, “Julgamento”, “Sugestão” e “Proposta” configuram uma *relação de força* em que o locutor se coloca em posição de superioridade com relação ao interlocutor. Já as categorias de “Interrogação” e de “Petição” configuram uma *relação de pedido* na qual o locutor se coloca em posição de inferioridade com relação ao interlocutor (CHARAUDEAU, 2014, p. 86; grifos do autor).

Entretanto, em nossa discussão, discorreremos apenas sobre as categorias modais alocutivas de “aviso” e de “julgamento”, visto que, muitas vezes, as páginas das redes sociais (como as jornalísticas, por exemplo), ao postarem algum conteúdo, visam informar e avisar sobre determinado conteúdo. Entendemos que, ao comentar uma publicação, o sujeito comentante apresenta seu posicionamento, revelando traços de adesão ou recusa à postagem, ou seja, revela traços axiológicos, juízo de valor. Contudo, acreditamos que qualquer dizer comporta um posicionamento, sendo que, em alguns casos, isso ocorre de modo explícito e em outros não.

No comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado em sua tomada de posição (CHARAUDEAU, 2014). O comportamento elocutivo revela a perspectiva do enunciador, a maneira com que expressa um conhecimento internalizado. Charaudeau (2014, p. 83; grifos do autor) afirma que “o resultado é uma enunciação que tem como efeito *modalizar subjetivamente* a verdade do propósito enunciado, *revelando* o ponto de vista *interno* do sujeito falante”. Ou seja, a referência utilizada pelo sujeito falante se inscreve em seu próprio universo discursivo, seu referencial de mundo. O ponto de vista do sujeito enunciador, segundo o autor, se apresenta por meio do *modo de saber*, de *avaliação*, de *motivação*, de *engajamento* e de *decisão*.

O *modo de saber* indica o conhecimento sobre um determinado assunto, correspondendo às modalidades de “constatação” e de “saber/ignorância”; o ponto de vista por meio da *avaliação*, demonstra um julgamento sobre o enunciado, apontando as modalidades de “opinião” e de “apreciação”; o ponto de vista de *motivação* especifica a razão pela qual o sujeito é levado a elaborar o conteúdo de seu propósito referencial, correspondendo às modalidades de “obrigação”, “possibilidade” e “querer”; o ponto de vista do *engajamento* especifica um grau de adesão a esse propósito, designando as modalidades de “promessa”, “aceitação/recusa”, “acordo/desacordo” e “declaração”; por fim, o ponto de vista de *decisão* que apresenta tanto o *estatuto* do locutor quanto o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza, correspondendo à modalidade de “proclamação”.

Aqui, podemos exemplificar os comentários que apontam o engajamento do sujeito comentante e sua percepção e opinião em resposta a algo anterior, no caso, uma resposta à publicação.

No comportamento delocutivo, Charaudeau (2014) assevera que o sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação e que não implica o interlocutor. Trazendo as publicações e os comentários nas redes sociais na internet, podemos dizer que o sujeito falante - em qualquer página que poste uma publicação informativa – assume esse papel quando, ao transformar um dado, uma notícia, uma informação mais complexa,

adequa a mensagem para que circule na internet de forma simplificada. Isso revela o próprio formato que circula nas redes sociais. As publicações tendem a serem mais visuais que textuais, muitas vezes sendo um “resumo” de um texto ou um discurso mais completo.

O apagar-se, neste caso, não se refere a não ter características próprias de um modo de transmissão da mensagem, mas implica na ação de transmitir algo, por meio de publicações, sem comprometer o sentido original da mensagem.

Dessa forma, na perspectiva das publicações e dos comentários em redes sociais *online*, o comportamento delocutivo pode ser considerado somente nas publicações e não nos comentários, uma vez que, ao comentar sobre qualquer assunto da publicação, os sujeitos comentantes não se apagam de seu ato de enunciação, revelando aspectos éticos, sociais, históricos e culturais que trazem em sua subjetividade.

Sobre o comportamento delocutivo nas postagens publicadas nas redes sociais *online*, concordamos com as proposições de Charaudeau (2014) quando afirma que:

Ele [o locutor] *testemunha* a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem a ele*. O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva (no sentido de “desvinculada da subjetividade do locutor”) que faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista *externo*) (CHARAUDEAU, 2014, p. 83; grifos do autor).

Pelo fato de se tratar de uma retomada, em que o locutor se apaga para que outros discursos, provenientes de terceiros apareçam é que compreendemos o comportamento delocutivo somente nas publicações e não nos comentários dos seguidores.

Assim, considera-se que o comportamento delocutivo se aproxima do discurso relatado. Charaudeau (2014, p. 102; grifos do autor) afirma que o discurso relatado “é uma modalidade complexa que depende da *posição dos interlocutores*, das *maneiras de relatar* um discurso já enunciado, e da *descrição dos modos de enunciação* de origem”.

Por fim, com base no quadro de *procedimentos da construção enunciativa* de Charaudeau (2014), elaboramos outro mais suscinto, o Quadro 1, que abarca as categorias propostas por esse autor de forma mais simplificada. Para tanto, tratamos por construção enunciativa 1 ou (CE1) quando abordarmos as publicações das páginas de redes sociais e chamamos de construção enunciativa 2 ou (CE2) para tratarmos dos comentários realizados pelos sujeitos comentantes.

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA	
RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA (relação do locutor ao interlocutor) ALOCUTIVO	Relação de força (locutor/ interlocutor) +-	Aviso (CE1) Julgamento (CE2)	
PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO (relação do locutor consigo mesmo) ELOCUTIVO	Decisão (CE1)	Proclamação (CE1)	
	Avaliação (CE2)	Apreciação (CE2)	Opinião (CE2)
			Domínios de valor: Ético Estético Hedônico Pragmático
Motivação (CE2)	Possibilidade (CE2) Querer (CE2)		
APAGAMENTO DO PONTO DE VISTA (relação do locutor com um terceiro) DELOCUTIVO	Como o outro fala (CE1)	Discurso relatado (CE1)	

Quadro 1: Construção enunciativa

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Charaudeau (2014, p. 85).

Considerações finais

Com base nas proposições de Lévy (2010b), e no movimento social que revela a apropriação das pessoas ao utilizarem os aparatos tecnológicos, constatamos que o uso efetivo das novas tecnologias tem cumprido o papel de subsidiar tanto a mobilidade física, quanto a mobilidade informacional na interação das pessoas. Existe um movimento social em que as interações têm adquirido novas possibilidades e as pessoas têm se aproveitado dessas novas tecnologias como instrumento para se informarem e interagirem com outras pessoas. Isso, a nosso ver, está diretamente ligado às possibilidades de como as pessoas interagem nas redes sociais online e na liberdade de se expressarem, uma vez que não ocorre uma interação física, mas virtual, mediada por aparatos tecnológicos.

Sobre as categorias de análise propostas por Charaudeau (2014), consideramos que foram de fundamental importância para este trabalho, uma vez que, em nossos apontamentos, consideramos o modo enunciativo para tratarmos da posição dos sujeitos comentantes em relação às publicações das redes sociais e às formas linguísticas com que esses sujeitos reagem às postagens e a outros sujeitos que aparecem nos comentários.

Os procedimentos discursivos apresentados por Charaudeau (2014) baseiam-se na utilização tanto ocasional quanto sistemática de certas categorias de língua ou de procedimentos dos modos de organização do discurso para, no plano da argumentação, produzir determinados efeitos de persuasão. Contudo, ainda que não adentremos no modo de organização argumentativo, as categorias elencadas nos procedimentos discursivos nos auxiliaram na explanação dos comportamentos enunciativos dos sujeitos nas redes sociais por meio dos comentários publicados por eles.

Referências

- BENVENISTE, E. O homem na língua. *In: Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luíza Neri. Campinas: Pontes/ Editora Unicamp, 1991 [1966].
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Angela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2ª ed, 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.
- LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010a.
- LEVY, P. **O Futuro da Internet**. São Paulo: Editora 34, 2010b.
- MORAIS, A. R. A. **O pensamento inatingível**: discurso, cognição e metáforas emergentes distribuídas. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2015.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Análise do pronunciamento da vereadora e professora Amanda Gurgel

Édina de Fatima de Almeida¹

Dircel Aparecida Kailer²

Considerações iniciais

A voz sempre nos sugere imagens que produzimos em nossos espíritos, quando usamos a língua na história. Piovezani (2013) designa a voz como “signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição, na formulação e na circulação dos sentidos na sociedade” (PIOVEZANI, 2013, p. 15).

Os chamados estudos da voz caracterizam-se por demandarem interfaces entre áreas de investigação e epistemologias, mas o estudo do aspecto vocal/fônico desse processo ainda se faz muito tímido, múltiplos campos oferecerem recortes e leituras possíveis. Buscaremos, neste capítulo, fazer uma breve revisão referente a nosso objeto de estudo, a voz; observamos também elementos prosódicos, como entonação, o uso de pausas, as variações do volume, entre outros, que nos permitem visualizar a produção dos sentidos no discurso. Piovezani (2013, p. 16) afirma que “os elementos vocais podem agregar-se às paráfrases, ou seja, aos ‘efeitos metafóricos’ concebidos por Pêcheux (1990, p. 96), que, constituídos no

¹ Mestre e Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: edifatro@hotmail.com.

² Professora doutora da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: dikailer@uel.com.

interior de uma formação discursiva, produzem os efeitos de sentido do discurso”, ou seja, a voz pode ser considerada, enquanto materialidade linguística, discursiva e identitária, como lugar de produção simbólica.

Piovezani (2013), para confirmar o que foi dito, cita Cagliari (1992 *apud* PIOVEZANI, 2013), o qual declara que, mediante a entonação, articulam-se na língua as dimensões ilocucionária e perlocucionária, as quais marcam o foco do enunciado e estruturam os pressupostos argumentativos do dizer, também explica que a tessitura indica em níveis baixos (razão e autoridade) e em níveis agudos (contestação e excitação). Acrescenta ainda que o uso das pausas e do tempo de fala pode representar uma tentativa de restrição interpretativa e/ou uma atitude de reforço da autoridade, além disso, complementa dizendo que as variações do volume são empregadas no intuito de ajustar a fala ao ambiente físico, às condições culturais e ao contexto histórico.

Alguns estudos sobre voz

Neumann, no estudo *Em busca de uma antropologia histórica da voz* (2014), busca desenvolver uma discussão, baseando-se em Henri Meschonnic (*apud* NEUMANN, 2014), em torno de uma proposta de uma antropologia histórica da linguagem, que tem o intuito de servir de base para o desenvolvimento de uma antropologia histórica da voz. Para alcançar tal objetivo, o mencionado autor desenvolve um estudo sobre a teoria do ritmo, esclarecendo que busca apresentar o ritmo imbricado em uma proposta de uma teoria da linguagem, denominada pelo mesmo de antropologia histórica da linguagem. Teoria esta que está ancorada, em três grandes referências: Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Wilhelm Von Humboldt; com o objetivo de problematizar e construir o objeto voz, a partir do ponto de vista de uma antropologia histórica.

Neumann (2014) salienta que, para Meschonnic (*apud* NEUMANN, 2014), a subjetividade de um texto resultaria da transformação do que é

sentido ou valor na língua, em valores no discurso e somente no discurso, em quaisquer níveis linguísticos. Para Neumann (2014, p. 59), “se o sentido é uma atividade do sujeito, se o ritmo é uma organização do sentido no discurso, o ritmo seria necessariamente uma organização ou configuração do sujeito no seu discurso”.

Neumann (2014, p. 60) ainda declara que, segundo Meschonnic (*apud* NEUMANN, 2014), o ritmo, enquanto dizer, não é conhecido do sujeito da enunciação, pois a construção do ritmo é concomitante à construção do sujeito da enunciação.

Neumann (2014) explica o que seria a antropologia da linguagem de Meschonnic:

Essa antropologia da linguagem compreende tudo o que a Linguística deixa para a situação, ou seja, a unidade oral do sentido é composta pelo extralinguístico tanto quanto pelo linguístico juntos. Nesse sentido, falar com as mãos faz parte da linguagem, como todo o corpo, mover-se, tocar-se, segundo as culturas, segundo os modos de relação. A antropologia da linguagem é dupla; segundo o falado, segundo o escrito, a oralidade não é a mesma. Aquilo que é necessariamente acessível à antropologia do falado, passa necessariamente pelo escrito por uma poética, que só pode ser uma poética histórica, não formal que situe os modos de significância (NEUMANN, 2014, p. 60).

Neumann (2014) ainda declara que a subjetividade tratada por Benveniste está ligada à capacidade do locutor se propor como sujeito, sendo possível resumirmos que “é então na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (NEUMANN, 2014, p. 60) Sendo, portanto, o sujeito da enunciação aquele que designa o sujeito que se constitui na e pela enunciação de seu discurso.

Ao discutir a voz enquanto voz física, som, ou a voz enquanto originalidade da metáfora mais íntima, Neumann (2014) deixa a reflexão ao sujeito enunciador, ou seja, ao indivíduo. Menciona também que, para Meschonnic (*apud* NEUMANN, 2014), é a partir de uma visão de uma antropologia histórica da linguagem, que a voz deve ser discutida também considerando uma problemática que envolva o sujeito da enunciação, pois assim a discussão da voz deverá perpassar tanto os textos falados quanto os textos escritos, uma vez que a problemática do sujeito da enunciação está

envolto por uma questão da língua, assim como da linguagem. Explicita que “trata-se de passar de uma noção sociológica, etnológica e retórica de oralidade a uma noção antropológica e poética de oralidade, em que há o primado do ritmo e da prosódia no semântico, em certos modos de significar, escritos ou falados” (NEUMANN, 2014, p. 67-68).

O referido autor alude ainda que a questão da voz deva tratar também da integração do corpo e da voz no discurso, de uma semântica da significância generalizada, sendo a oralidade assim concebida sob um aspecto da historicidade de um discurso, uma vez que aquele que fala e sua fala são situados historicamente, não são separáveis. Neumann (2014, p. 68) afirma que a voz apresenta os mesmos caracteres que são atribuídos ao ritmo como a altura, a intensidade, o timbre e a entonação, mas que também apresentaria seus caracteres próprios, muito bem elencados a seguir:

Há enunciação, enunciador na voz, que carrega suas emoções, sua relação com os outros. Essa voz pode ser enunciada ou percebida pelo outro como uma voz encantadora, emotiva, tensa, doce, seca, irônica, brusca, delirante, suplicante, polida ou grosseira. A voz unifica, se assemelha ao sujeito, a sua idade, seu sexo, seu estado. Ela é um retrato oral. Na voz, não há somente a prosódia, no sentido linguístico – as variações de intensidade, de alongamento, de altura, o “suprasegmental” –, há também corpo, signos do corpo na voz. A voz pode fazer sua sintaxe, seu ritmo, sua tipografia. Por isso, segundo Meschonnic (1982), uma poética da tipografia, do visual, longe de ser estranha à oralidade, pode mostrar a relação entre o oral e o visual. O gesto e a voz são integrados a um conjunto sintético no estudo dito da comunicação não verbal. No entanto, não se trata de linguagem de gestos, ou por gestos, mas da linguagem como sistema de comunicação heterogêneo que é ao mesmo tempo verbal e corporal (NEUMANN, 2014, p. 68).

Neumann (2014, p. 69) finaliza afirmando que é “da voz ao gesto, até à pele, todo o corpo é ativo no discurso. Mas é um corpo social, histórico tanto quanto subjetivo”. Corroborando o que Bakhtin (1986) enfatiza que os estudos de enunciação e interação verbal demonstram que existe uma relação entre linguagem, sociedade e história, visto que, para este autor, há uma grande interação entre linguagem e ideologia, pois o enunciado traz consigo um contexto sócio histórico, por ser o enunciado o objeto de uma cultura.

Já Pedro de Souza (2014) tem por objetivo em seus trabalhos, a reflexão que consiste em considerar a relação indissociável entre voz e discurso e suas consequências para o estatuto do sujeito em constituição no tempo da fala. O mesmo ainda salienta que o estudo da “linguagem como fato de enunciação não ser possível sem a voz só será explicitado e estabelecido por linguistas como Émile Benveniste ou Roman Jakobson” (SOUZA, 2014, p. 202). Consoante Pedro de Souza (2014), tanto Saussure quanto Chomsky deixaram de lado o estudo da voz, ou do sujeito representado na voz, assim como as análises de vocação enunciativa e discursiva, apresentaram também dificuldades e problemas em apreender com exatidão o sujeito na fala.

O referido autor declara que, para conseguir uma solução no campo do discurso, é necessário transformá-lo em posição vazia, apenas capturável. Perpassando pela maneira que Pêcheux vê os mecanismos ideológicos e como Foucault encontra no sistema de regras que resultam em formações de enunciados, o que nos leva a concluir, que, para essas duas perspectivas, o importante é a materialidade do artefato ou do dispositivo, que determina a forma de sujeito ao elegê-lo ou não como objeto de investigação, ao contrário dos estudiosos como Ferdinand Saussure, que tinha como interesse a forma e não a substância, deixando assim de lado o estudo da materialidade do significante.

Pedro de Souza (2014) ainda alega que “trata-se de destacar a banda sonora da enunciação, na qual dicção (modo de dizer) e voz (modo de ouvir) situam-se no mesmo nível e mutuamente se imbricam” (SOUZA, 2014, p. 203). Em relação à voz, o autor caracteriza a materialidade da voz vinculada ao discurso:

A voz como contraparte significante do ato de enunciar é o exemplo mais claro em que sua consideração como matéria vinculada ao discurso demanda o divórcio da concepção de signo urdida na ordem própria da língua. Trata-se da voz como forma material cuja dimensão significante não se encontra na língua onde ela faz corpo na formação de palavras e frases, mas no espaço em que torna corpo em discurso, abrindo possibilidade de haver ou não sujeito, de haver ou não sentido (SOUZA, 2014, p. 206).

Souza (2014) ainda menciona que a voz é importante como marca singular da subjetivação e também como acontecimento do discurso, pois a voz é tratada como aquilo em que necessariamente “o discurso se assenta para protocolar nela e por ela a possibilidade da subjetivação e do efeito de sentido” (SOUZA, 2014, p. 206).

Almeida (2013, p. 23), em seu estudo *A voz no arquivo digital*, comenta que a oralidade nos leva a indagar referente à presentificação da materialidade da qual se origina a voz. Salienta também que o que importa é a voz que se faz ouvir e o corpo do qual emana a voz. A mencionada autora cita Silvia Davini (*apud* ALMEIDA, 2013), para destacar os elementos que fazem parte do jogo quando a voz é abordada:

Não podemos pensar a voz e a palavra sem pensar o corpo e o sujeito. Mais ainda, pensar a voz, a palavra, o corpo e o sujeito sem considerar a incidência da tecnologia sobre eles, especialmente, a partir do século XX, pode comprometer seriamente qualquer tipo de consideração na matéria (DAVINI, 2008 *apud* ALMEIDA, 2013, p. 28).

Silva e Milano, em *O lugar da voz na aquisição de linguagem* (2013), destacam o aspecto vocal da enunciação, relacionando-o às discussões sobre voz e linguagem. As mesmas apontam, embasadas em Parret (2002 *apud* SILVA; MILANO, 2013), que existem três tempos da voz: a *voz antes da linguagem* (entendida como língua enquanto sistema), a *voz-palavra* e a *voz para além da linguagem*. Silva e Milano (2013) ainda especificam que para Parret os três tempos não são cronológicos, mas sim esferas semantizadas na relação entre o corpo e seu substrato sonoro, e que esses três tempos são pensados por um viés que Parret nomeia como *fono-estética* como veremos a seguir:

a voz antes da linguagem- como manifestação presente que o balbucio traz à tona o nascimento “bruto” da linguagem, a voz antes do impacto das restrições fonemáticas e gramaticais de uma dada língua;

voz-palavra – Pode ser percebida a partir do momento em que se inicia um recorte com valor fonemático – diferencial e sistemático;

voz para além da linguagem - remete à fronteira entre voz falada e voz cantada (PARRET, 2002 *apud* SILVA; MILANO, 2013, p. 4; grifos das autoras).

Pudemos verificar que, para Silva e Milano (2013), a voz é lugar e meio de articulação dos fonemas, é portadora de linguagem e que apresenta marca entonacional pulsante. Para as referidas autoras, a voz cria um lugar enunciativo para o sujeito. Elas também explicam que “o termo *voz*, é, à abordagem do aspecto fônico na enunciação” (SILVA; MILANO, 2013, p. 5), tratando-se assim de “uma semântica da voz, de uma análise da voz como contorno enunciativo que evoca sentidos” (SILVA; MILANO, 2013, p. 5).

Piovezani, em *Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro* (2011), busca algumas funções da voz na constituição de efeitos de sentido no discurso político eleitoral brasileiro, analisa as sequências discursivas extraídas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das eleições presidenciais de 2002; o mesmo o fez por meio da descrição e interpretação de certos usos e efeitos dos segmentos, suprasegmentos e elementos prosódicos empregados em determinadas passagens de programas dos então candidatos, Lula e José Serra. Piovezani (2011) justifica o motivo de estudar a voz em seu trabalho.

A voz é um indicador privilegiado dos estados de alma dos interlocutores e das relações interpessoais numa interação. Em consonância com o verbo e o corpo, as modulações vocais expressam emoções, regulam o sistema de turnos de fala e produzem intimidade ou distanciamento, simetria ou dissimetria, consenso ou conflito entre os falantes. Por essa razão, além do estrito critério da pertinência no nível fonológico, constatamos facilmente a existência de relações variadas entre o som e o sentido na produção discursiva (PIOVEZANI, 2013, p. 163).

Piovezani (2011) menciona que a partir da voz é possível conceber os elementos da voz como indícios que caracterizam física, individual, social e geograficamente seus produtores, além de conseguirmos descobrir, através da voz, de forma intuitiva, a idade, o sexo, o estrato social, a pertença regional, a caracterização do enunciador e certa orientação argumentativa em seu enunciador, fazendo possível que a voz, a partir das formas do dizer, ganhe corpo e faça sentido.

Análise do discurso da vereadora e professora Amanda Gurgel³

Ao iniciar seu pronunciamento, a vereadora Amanda Gurgel (2015) utiliza a palavra “companheiros” para se referir às pessoas que ali estavam, forma que a vereadora utiliza em todo o seu pronunciamento para trazer para si o apoio de todos, também para criar, com esta palavra, um laço que os une, que os torna fortes. Também utilizava a mesma palavra o então presidente da república Luiz Inácio da Silva (LULA), que era conhecido como o “pai dos pobres”, que criou este laço afetivo com seus eleitores, e que também conseguiu eleger-se em 2002 para presidente com quase 53 milhões de votos, tornando-se o segundo presidente mais votado do mundo. Considerando o que afirma Piovezani (2013, p. 15), que “a voz se dá no instante, mas repercute o que fomos, o que somos e o que queremos ser”, acreditamos que, ao utilizar essa palavra, o intuito de Amanda Gurgel é conseguir trazer para si o afeto dos trabalhadores que ali estão, assim como o então presidente Luiz Inácio da Silva (LULA) conseguiu.

Amanda Gurgel, ao explicar os motivos daquela movimentação, faz pausas prolongadas, sempre repete frases que acha importante como “greve nacional”, além de iniciar seu pronunciamento com um tom de voz baixo e aumentando em alguns momentos, acreditamos que a mesma o faça para transmitir para seu público a autoridade do que diz, para chamá-los à razão e mostrar que o motivo que os levam a estarem reunidos naquele dia era de extrema importância e significação. Percebemos isso em seu pronunciamento:

Estamos fazendo aqui em Natal um ato em alusão ao 1º de maio que é o dia do trabalhador [silêncio], mais nacionalmente este dia 30 de abril foi convocado como uma greve nacional da educação [pausa prolongada], uma greve nacional da educação (GURGEL, 2015).

Pêcheux assegura que “o conceito de formação discursiva é

³ As transcrições do discurso de Amada Gurgel (2015) foram realizadas pelas autoras deste trabalho.

compreendido como instância que determina o que pode e deve ser dito e que produz efeitos de sentidos entre os sujeitos das diversas condições de produção” (PÊCHEUX, 1997b *apud* PIOVEZANI, 2013). Sendo assim, no momento em que Amanda Gurgel se utiliza dos elementos prosódicos como pausa e volume da voz, acreditamos que a mesma está buscando o convencimento e o apoio da classe trabalhadora ali presente.

Na sequência de seu pronunciamento, a vereadora apresenta rompantes de alta intensidade de sua voz, gestos muito expressivos de negação (ao movimentar a cabeça de um lado para o outro), para levar os trabalhadores a sentirem o mesmo que ela. Buscou, a partir de sua entonação e gestos de negação, demonstrar sua raiva e tristeza pelo que ocorreu aos professores do Paraná. Pode ser observado na passagem abaixo reproduzida:

Agora companheiros [aumenta o tom de voz] na véspera da greve nacional da educação todos acompanharam aqui pelas redes sociais e pela televisão o que foi que aconteceu com nossos colegas professores do Paraná, [gesto de negação com a cabeça] aquilo não foi qualquer coisa, não foi qualquer coisa, e sei que todos os companheiros que me antecederam aqui tiveram o mesmo sentimento que eu estou tendo [voz alta e muitos gestos de negação e raiva] aqui de indignação, de ódio [grita] (GURGEL, 2015).

Piovezani salienta que, por razões como as destacadas anteriormente, a voz “é como signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição, na formulação e na circulação dos sentidos na sociedade” (PIOVEZANI, 2013, p. 15). Afirmação essa que ficou evidenciada no momento em que Amanda Gurgel diminuiu sua voz transmitindo pesar sobre o que falava, a situação ocorrida com os professores do Paraná, e também quando aumentava sua voz para transparecer sua raiva e indignação, intercalando com seus gestos de negação, com o objetivo de conseguir transmitir tais sentimentos aos trabalhadores presentes.

Aristóteles (1990) já abordava a eloquência no discurso como uma ferramenta de persuasão, que desde sua publicação vem sendo imensamente utilizada na comunicação oral ou escrita, e que, com o processo de modernização, vem a cada dia tornando-se essencial para os

meios de comunicação, principalmente para o publicitário e político, para convencimento, persuasão de seu público-alvo, ou seja, a população em geral. Assim, podemos perceber que Amanda Gurgel, ao tornar seu pronunciamento eloquente, buscava o apoio dos trabalhadores ali presentes. A cada frase que a mesma elevava consideravelmente o volume de sua voz, produzindo uma tessitura de nível alto, buscava convencer o público da verdade em seu discurso.

A alusão feita ao dia 29 de abril e aos professores do Paraná sempre é feita pela vereadora diminuindo sensivelmente seu ritmo de fala. Acreditamos que o uso desse recurso objetiva sensibilizar o seu público. Também é possível perceber esse apelo ao emocional quando a vereadora faz um pedido aos trabalhadores:

Mas eu queria que cada um pensasse nas imagens que viram, dos professores que foram baleados por bala de borracha, que respiraram gás lacrimogênio, que foram atacados por cachorro Pitbul, que pensasse nessas imagens e que nós fizéssemos uma grande salva de palmas aos professores do Paraná neste momento [silêncio e suspiro durante a salva de palmas] eu não tenho dúvida que os professores do Paraná são exemplo e fonte de inspiração para os professores do Brasil inteiro e não apenas para os professores, pois o companheiro trabalhador do carro forte do Sindfort falô também que é um exemplo prá ele (GURGEL, 2015).

Ao dar exemplos de tudo que houve aos professores, a vereadora sensibiliza e emociona os trabalhadores que de fato acompanharam todos os fatos e viram cenas de extrema violência apresentadas em quase todas as redes de televisão.

Amanda Gurgel faz críticas aos meios de comunicação:

A segunda vez que eles entram em greve este ano apenas contra os ataques do governo Beto Richa do PSDB, [aumenta o tom de voz] mais a grande imprensa não quer mostrar [sinal de negação com a cabeça] que hoje existe uma greve enorme dos trabalhadores da educação em muitos estados e em muitas capitais e também cidades (GURGEL, 2015).

A vereadora deixa claro, em seu pronunciamento, tanto sua contrariedade às ações de Beto Richa quanto a revolta que sente pela grande mídia faltar com a verdade, escondendo o que de fato estava acontecendo. Logo na sequência a vereadora usa a voz com um tom provocativo e insinuante quando diz:

Agora companheiros o que tá faltando pra gente fazê de fato uma greve nacional da educação? O que que tá faltando pra gente fazê fato uma greve nacional da educação? É através desses professores que já estão em greve nós organizarmos às demais categorias para que nós sejamos exemplo e fonte de inspiração [aponta para os ouvintes] para os trabalhadores da saúde, do carro forte, os bancários e os comerciários [silêncio] (GURGEL, 2015).

Após falar, a professora e então deputada faz um gesto enfático ao apontar para os trabalhadores, de maneira a excitá-los e contestá-los, com o intuito de provocá-los a se tornarem parte da mesma luta, para também serem exemplos a serem seguidos; seguida por uma pausa que fica evidente que fora utilizada com o intuito de dar um tom emocionado a sua fala e assim comover os trabalhadores.

Já com um tom mais leve e emotivo, típico da modalidade oral, Amanda Gurgel continua seu pronunciamento:

Tá faltando companheiros direção que seja de luta, que seja consequente com nossas reivindicações é isso que tá faltando, infelizmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está neste momento negando o seu papel o seu papel de chamar a greve geral dos professores de dar exemplo nacional porque está comprometido com o governo federal! não vai ser de outra forma, não vai sê alisando, não vai sê conversando, [fazendo gestos] não vai sê em mesa de negociação que nós vamos consegui derrubar esse projeto de lei 4330 e as medidas provisórias de Dilma que atacaram os direitos dos trabalhadores do setor privado (GURGEL, 2015).

Percebe-se que ela apresenta um discurso muito apelativo, sempre incitando os trabalhadores a apoiarem suas convicções de que, se não lutarem, se não buscarem seus direitos a partir de uma greve geral, eles não conseguiram alcançar seus objetivos. Neste momento a professora usa um tom de deboche e ironia, ao se utilizar do fato de que o governo Beto

Richa não dialoga com os professores paranaenses e ainda menciona que “o diálogo de Beto Richa se faz com bala de borracha, com spray de pimenta, com gás lacrimogênio e com Pitbul, é esse o diálogo que eles querem” (GURGEL, 2015). Com um tom sarcástico e metafórico, a mesma salienta que eles (os trabalhadores) não poderiam se deixar ludibriar e que não poderiam cair no “canto da sereia” (GURGEL, 2015), ao acreditar nas mentiras ditas até então pelos governantes.

Considerações finais

A partir da revisão de alguns estudos sobre “a voz” e embasados na Análise do Discurso criado por Pêcheux (1995) e seu grupo, fizemos uma explanação do pronunciamento de Amanda Gurgel (2015) e buscamos interpretar certos elementos prosódicos e algumas funções da voz que incidiram na constituição de efeitos de sentido no durante o pronunciamento da vereadora.

Constatamos a existência de relações variadas entre o som e o sentido na produção do pronunciamento da vereadora e professora, desempenhadas pelos elementos prosódicos que visavam o convencimento dos trabalhadores a entrarem em uma greve geral da educação. Esses efeitos prosódicos perpassaram todo seu pronunciamento, além de modulações da voz utilizadas pela vereadora que produziram efeitos de afetividade, de espontaneidade e de autenticidade durante o pronunciamento. Elementos esses utilizados por Amanda Gurgel para adequar sua fala ao ambiente físico, às condições culturais e ao contexto histórico, em que estava. Contexto esse de muita insatisfação e revolta pelo ocorrido com os professores do Paraná, além dos pronunciamentos do governo que visavam retirar direitos dos trabalhadores de diversas categorias, através do Projeto de Lei nº 4330 que prevê a terceirização. Um ambiente propenso, de ânimos exaltados, para utilizar a voz como motivador e instrumento de constituição de sentidos.

Referências

- ALMEIDA, T. V. A voz no arquivo digital. **Texto Digital**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 20-34, jul./dez 2013.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro/Editora Tecnoprint, 1990.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.
- GURGEL, A. **Os professores do Paraná são fonte de inspiração para os trabalhadores do Brasil inteiro**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XMp975OmCh0>. Acesso em 01 set. 2015.
- NEUMANN, D. Em busca de uma antropologia histórica da voz. **Cadernos de Pós Graduação em Letras (Online)**, São Paulo, v. 14, p. 56-70, 2014.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2ª ed. Campinas: EdUNICAMP, 1995.
- PIOVEZANI, C. A Voz no Feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Roussef. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 36, p. 15-23, jan./mar. 2013.
- PIOVEZANI, C. Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro. **Alfa - Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 163-176, 2011.
- SILVA, C. L. C.; MILANO, L. O lugar da voz na aquisição da linguagem. **Nonada**: Letras em Revista, Porto Alegre/Laureate International Universities, v. 2, n. 21, outubro, 2013.
- SOUZA, P. Sobre o discurso e o sujeito na voz. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, São Paulo, n. 34, p. 199-2011, jul./dez. 2014.

Narrativas jurídicas: reflexões de um processo de *habeas corpus* a partir da Linguística Cognitiva

Tiago Aguiar¹

Considerações iniciais

Sabemos que as narrativas jurídicas são de suma importância para cada operador do direito envolvido em processos judiciais (delegado, promotor, defensor, juiz etc.), pois é por meio delas que esses profissionais estabelecem os fatos juridicamente relevantes. Assim, como defende Bruner (2014), as narrativas jurídicas envolvem uma tensão dialética entre aquilo que era esperado e aquilo que efetivamente aconteceu. O que será colocado em julgamento é, portanto, a discrepância entre expectativa/realidade, com base em precedentes e em critérios que estão positivados em códigos, leis, estatutos etc.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de compreendermos os processos complexos que estão por trás das narrativas jurídicas, a fim de que possamos investigar mais a fundo quais estratégias os profissionais do direito têm lançado mão para fazer com que suas histórias sigam os ritos previstos e, assim, gozem de legitimidade perante o juízo a quem elas são apresentadas, bem como perante a sociedade, que se embasará nelas para definir regras de conduta e convivência.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Mestrado Profissional em Linguística, ambos da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: tiagoar.lp@gmail.com.

Para essa complexa investigação, selecionei como arcabouço teórico a Linguística Cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), a qual considera que as narrativas constroem a nossa percepção do mundo, abastecendo, assim, a nossa memória, desde pequenos até a fase adulta. Assim, neste capítulo, pretendo mostrar como as escolhas verbais de cada operador do direito nas narrativas de um processo de *habeas corpus* constroem/reforçam/ativam *frames* (LAKOFF, 2000; FERRARI, 2011) – categoria teórica fundamental para a Linguística Cognitiva Funcional – em relação a uma pessoa em situação de rua.

Espero que, ao final desta discussão, se evidencie como a língua(gem) constrói diferentes perspectivas acerca do entorno físico e sociocultural e como essa construção pode ser utilizada por profissionais do direito em suas narrativas.

Por que os Profissionais do Direito Narram?

Narrar histórias é um processo tão natural para os seres humanos que pode se assemelhar ao de respirar. Desde a mais tenra idade, a criança se encanta com fábulas e contos de fada que lhe são transmitidos pelos adultos. Com essas narrativas, as crianças entram em contato com ideologias e representações que permeiam sua cultura e que servirão de base para categorizar o mundo.

De acordo com Tomasello (2003), é por meio das narrativas que as crianças adquirem habilidades necessárias para se apropriar dos símbolos linguísticos, incluindo expressões linguísticas complexas e construções. Assim, os primeiros processos de analogia e de categorização evidenciam um padrão de funcionamento semelhante das coisas no mundo. Esses processos, chamados de “domínio geral” por Bybee (2016), possibilitam tanto a comunicação linguística quanto outras habilidades culturais e práticas necessárias à criança para ela interagir socialmente. Nesse sentido, podemos afirmar que, antes mesmo de ter o sistema linguístico incorporado, a criança já estabelece relações de causa e efeito entre objetos e atores do mundo e, conseqüentemente, constrói para si uma narrativa.

Essa relação indissociável entre vida e narrativa é importante para lidarmos facilmente com situações rotineiras, como comer e beber. Contudo, o fato de as narrativas serem tão naturais pode nos levar a não questionar determinados acontecimentos, em especial se eles estiverem sendo narrados em espaços legitimados socialmente, como mídias, igrejas, escolas e tribunais. Segundo Bruner (2014), naturalizar narrativas pode nos levar a apagar de nossas mentes que uma história é sempre narrada por pessoas que carregam consigo valores e visões de mundo particulares – o que impacta diretamente nas nossas representações sobre o *mundo real*.

As narrativas jurídicas também se baseiam nas realidades familiares/ conhecidas e convencionais e evidenciam principalmente o inesperado, o inusitado, em relação ao que se espera dessas realidades. Contudo, diferentemente das cotidianas, as narrativas jurídicas estão limitadas pelas regras processuais – responsáveis por estabelecer os fatos juridicamente relevantes.

Deste modo, em uma narrativa jurídica, está em disputa uma tensão dialética entre o previsível e a novidade. O previsível oferece certa segurança quanto aos modos de agir socialmente e as relações de causa e consequência de determinados atos. A imprevisibilidade, por seu turno, questiona um novo agir sobre o mundo, diferente do *status quo* previsto no ordenamento jurídico. Em suma, o Direito atua com um olho no passado, buscando precedentes e legitimação para ações que ocorrem no presente.

De acordo com Bruner (2014), o Direito dispõe de mecanismos para oferecer não só veredictos justos e legítimos entre duas narrativas opostas, mas também para afastar o risco de um ciclo de vingança após o pronunciamento do veredicto. Ao atingir esse duplo objetivo, os juízos e os tribunais se constituem como entes dotados de autoridade e legitimidade perante a sociedade.

Casara (2015) defende, contudo, que, na esfera jurídica brasileira, o paradigma liberal-individualista cria abstrações que desqualificam as disputas sociais, fazendo a balança da justiça pender para as narrativas reproduzidas nas instâncias de poder. No caso do Brasil, a falta de ruptura

com o passado autoritário, marcado, entre outros, pela escravidão e pela ditadura civil-militar, representa um forte elo para práticas que continuam a representar esse passado, legitimando narrativas em que se justificam práticas autoritárias falsamente revestidas de discursos democráticos.

Bruner (2014) chama atenção para dois motivos principais para as narrativas serem analisadas detidamente. O primeiro é controlar os seus efeitos: o Direito forja procedimentos para restringir as histórias apresentadas pelas partes dentro de fronteiras conhecidas, nas quais os juristas podem estabelecer uma linha de precedentes. O segundo é entender como as narrativas criam representações que devem ter o *status quo* (e mitos) questionado.

Portanto, um ponto de partida básico de qualquer estudo sobre as narrativas é que elas são construídas para produzir sentidos, os quais dão sustentação às pessoas para que elas possam atribuir valores a ações no mundo e à criação de pensamentos ainda mais abstratos, que envolvem teorias, explicações e hipóteses a respeito do mundo.

Nessa perspectiva, as narrativas estão na base conceptual dos seres humanos: elas são o pontapé inicial para que relações sociais (ainda mais) complexas possam emergir.

Por que a LC se interessa pelas narrativas?

A linguística cognitiva (LC) parte do pressuposto de que a linguagem “não é uma faculdade autônoma em relação às outras faculdades humanas como a visão, a audição, a memória, a capacidade de pensar e de se emocionar” (ABREU, 2010, p. 9-10). Dessa forma, a cognição humana deve ser estudada com base na linguagem, na memória, no raciocínio lógico, nas emoções e nas motivações, o que significa compreender a capacidade humana de processar informações e de agir e interagir com o mundo.

Nesse sentido, a LC considera a narrativa um modo particularmente humano de comportamento linguístico, por meio do qual os narradores

dão pistas significativas de como organizam e categorizam o mundo a partir dos segmentos do discurso. Com base nessa estratégia, o ouvinte/leitor da narrativa deve captar essa categorização com o menor custo possível de memória, atualizando estratégias eficazes de processamento.

Em suma, ao se debruçar sobre as narrativas, a LC visa tornar o inconsciente cognitivo o mais consciente possível; e, por conseguinte, tornar decisões refletidas em reflexivas (LAKOFF, 2008).

No caso específico das narrativas jurídicas, a LC busca demonstrar que, quando se produz/analisa/compreende uma peça processual, se põe em evidência um falante/escritor – o profissional do direito – que, por meio de sua narrativa, constrói fatos, conceptualiza mundos e justifica, nesse processo discursivo, uma tomada de decisão (CUCATTO, 2010). Assim, a LC vê as narrativas como subsidiárias da argumentação, uma vez que elas estão a serviço da construção discursiva das evidências, atuando como prova para se justificar um pedido à justiça e/ou uma decisão proferida por esta. Deste modo, pode entender-se qual concepção de prática jurídica opera sobre ações coisificadas, inanimadas, quantificadas e tipificadas (CUCATTO, 2010).

Qual categoria teórica da LC pode ser utilizada para análise das narrativas jurídicas?

Devido à limitação de espaço deste capítulo, selecionei os *frames* como categoria teórica de análise das narrativas do processo de *habeas corpus*. Segundo Lakoff (2000), a estrutura linguística afeta o modo como percebemos a realidade, e o conhecimento prévio do mundo nos permite utilizar determinadas formas linguísticas. É nesse contexto que emerge o conceito de *frame*, um conjunto de conhecimentos predeterminados que contribuem para a compreensão de um enunciado (LAKOFF, 2000).

Fillmore (1982) afirma que o *frame* está na memória de longo prazo e requer um sistema de conhecimentos complexos para ser compreendido,

em especial do todo da estrutura que o armazena. Esse todo está atrelado a entidades presentes nas cenas da experiência humana, o que pressupõe as bases físicas e culturais dessa experiência (FERRARI, 2011).

Desse modo, de acordo com Dancygier (2012), basta um aspecto do *frame* para podermos acessá-lo, o que justifica o fato de haver sempre mais informação nos enunciados do que sua materialização linguística. Para compreender esse conceito, analisemos os exemplos a seguir propostos por Lakoff (2000):

(1) O bebê chorou. A mãe o pegou.

(2) O bebê chorou. A mãe comeu um sanduíche de salame.

Enquanto em (1) temos uma relação de causa e efeito socialmente esperada, em (2) há uma quebra de expectativa. Na cultura ocidental, o *frame* de “mãe” ativa elementos como “guardiã”, “protetora do filho”, o que é ativado no exemplo (1). Em (2), contudo, esses elementos foram desabilitados, já que a mãe se manteve inalterada, aparentemente pensando apenas em seu bem-estar.

Esse exemplo nos mostra que conceitos abstratos e complexos do *frame*, como “mãe sofredora”, “mãe protetora”, “mãe má” têm sua base conceptual sustentada por narrativas. Lakoff (2000) considera que as histórias são diferenciadas com base em nossas expectativas, as quais são criadas pela experiência prévia e pelo conhecimento cultural compartilhado socialmente.

Os *frames* estão, pois, diretamente relacionados com as narrativas, pois a forma como narramos um acontecimento traz à luz nossas experiências prévias e nosso conhecimento social e cultural, ambos influenciando decisivamente nossas representações mentais. Nessas representações, a língua ocupa papel de destaque, pois ela se constrói nas sociointerações e na história do sujeito e de sua comunidade (MARCUSCHI, 2007).

Essa discussão nos remete ainda ao fato de os *frames* nem sempre evocarem entidades concretas. Já que os seres humanos fazem

constantemente associações de seus comportamentos no mundo com as relações estabelecidas com outras pessoas e entidades desse mundo, Lakoff e Johnson (2002[1980]) defendem que o sistema conceptual humano é eminentemente metafórico e, por essa razão, o nosso modo de pensar e agir no mundo está diretamente atrelado às associações metafóricas que fazemos na vida cotidiana – por meio de narrativas, principalmente.

Nas próximas seções apresentamos uma breve síntese das narrativas do processo analisado e analisamos o modo como cada narrador presente nesse processo construiu *frames* sobre os envolvidos. Em linhas gerais, o processo² trata de um pedido de liberdade feito pela Defensoria Pública em favor de Maria³, pessoa em situação de rua acusada do crime de receptação. A única prova é que ela foi flagrada dormindo dentro de um carro furtado.

A primeira narrativa: o boletim de ocorrência

A narrativa do boletim de ocorrência (BO) alega que Maria foi surpreendida no interior de um veículo furtado, o que seria suficiente para enquadrá-la no crime de receptação. A autoridade policial considerou que Maria, por ter outras condenações, deveria ser encaminhada para o sistema prisional.

A narrativa se inicia com o seguinte enunciado:

(3) A detenção ocorreu na Rua X...

Esse enunciado omite a relevante informação de como ocorreu essa detenção, obrigando o leitor a reconstruí-la, a partir das outras informações fornecidas no BO. Nesse caso, é preciso ativar elementos do *frame* de detenção, como “cometer crime”. Como essa é uma narrativa construída por um BO, dificilmente se ativará o elemento “prisão arbitrária”, o que

² HC 288843/SP (2014/0035360-5).

³ Para manter a privacidade dessa pessoa, este nome é fictício.

já induz o leitor a acreditar que tudo ocorreu dentro da legalidade. Nesse sentido, o contexto criado por meio dessas narrativas induz o leitor do BO a aceitar os fatos apresentados com mais facilidade e, conseqüentemente, ratificar a prisão da suspeita.

O enunciado (4) a seguir dá continuidade à narrativa:

(4) haja vista ter sido surpreendida no interior do veículo Gol, placa X, de cor vermelha, produto de furto.

Nesse enunciado narrativo, o *frame* da forma verbal “ter sido surpreendida” pressupõe um fato inusitado, inesperado (BORBA *et al*, 1990), inferindo-se que a acusada estava cometendo/pretendendo cometer algum ilícito, o qual foi interrompido pela ação policial. Logo, devido ao *frame* de “surpreender”, temos uma culpa prévia da acusada. Essa culpa prévia é reforçada pelo uso da voz passiva, a qual cria a imagem de uma cena encerrada, finalizada, da qual participa somente a acusada, uma vez que os agentes de surpreender, provavelmente a guarda civil metropolitana, são retirados delas – o que retira também de cena como essa “surpresa” ocorreu.

Na sequência, temos o enunciado (5), composto por três orações:

(5) Embora o delito praticado pela indiciada seja afiançável, ela não preenche os requisitos mínimos necessários tendo em vista que [Maria] possui condenação anterior por outros crimes dolosos.

Nesse enunciado, a depender de qual elemento do *frame* de “possuir” for ativado, pode-se induzir novamente à condenação prévia da acusada. No enunciado infere-se que, para se chegar à posse, o possuidor age para ter o direito/a prerrogativa da posse de algum bem ou direito (HOUAISS; VILLAR, 2009). No enunciado em análise, o sujeito de *possuir* é a presa e o objeto direto, *condenação anterior*. Nesse objeto, inclusive, novamente se retira de cena quem condenou a acusada e as razões por que ela foi condenada. Logo, o modo como o verbo *possuir* foi utilizado induz o leitor a considerar merecida, justa, a decisão de não conceder fiança à acusada; afinal, ela possui – ou seja, agiu, conscientemente, para merecer – condenação.

A segunda narrativa: a sentença do juiz de 1ª instância

A sentença de 1ª instância ratifica a prisão de Maria. Segundo a narrativa do juiz, ela cometeu três crimes: ter sido surpreendida no interior de um veículo receptado; não comprovar ocupação ou residência fixa; e o terceiro – e mais bizarro – furtar uma bicicleta, fato que sequer fora mencionado no boletim de ocorrência.

O enunciado (6) materializa o primeiro crime. A estratégia do magistrado é usar novamente a voz passiva para retomar o elemento do *frame* de “surpreender”:

(6) O averiguado foi surpreendido logo após a prática, em tese, de delito de furto simples.

A voz passiva novamente constrói uma cena encerrada, em que Maria, erroneamente chamada de *o averiguado*, recebe o *status* de *surpreendido logo após a prática, em tese, de delito de furto simples*. Nesse contexto, novamente, não interessa quem surpreendeu, nem os modos como essa surpresa (desagradável) se deu. O que fica na mente do leitor, devido a uma quantidade muito maior de material linguístico, é a *prática de delito de furto simples*. O *em tese* de nada ajuda para se pensar o contrário. Assim, infere-se que ser surpreendido após prática de delitos é uma condição inerente a Maria, mesmo não tendo sido ela que o praticou. Isso principalmente porque:

(7) O averiguado não comprovou ter ocupação lícita nem mesmo residência.

Esse enunciado sequer consta nos autos policiais, mas, dado o *frame* ativado no caso de pessoa em situação de rua, não ter ocupação lícita nem mesmo residência são condições que “naturalmente” levam à criminalidade, associando, assim, “morador de rua” a atividades ilícitas, conforme a tese de Lakoff (2000). O senso comum, ao ser encaixado em um *frame* aceito socialmente pelas instâncias de poder, acaba pautando o modo como as instâncias de poder agirão sobre as pessoas que devem ser cognitivamente controladas (VAN DIJK, 2008).

Esse *frame* é confirmado pelo enunciado a seguir:

(8) Ele subtraiu uma bicicleta.

Destacamos que, em momento algum, o BO faz menção a outro participante ou à subtração de bicicleta. Pela leitura da petição, feita mais abaixo, o que ocorreu foi um erro de quem, ainda que inconscientemente, vende o *frame* de ser incapaz de errar.

A terceira narrativa: a petição inicial de *habeas corpus*

A petição inicial, escrita pelo defensor público, ataca a decisão do juiz de primeira instância de manter a prisão de Maria com base em um delito que não foi praticado por ela. Para desconstruir os *frames* injustamente atribuídos a Maria, o defensor destaca a própria voz dela, narrando praticamente a disputa entre Maria e o juiz de 1ª instância responsável pela decisão de mantê-la presa. Há uma tentativa de se reconstruir a imagem de Maria, apresentando-se outros *frames* que, aparentemente, foram ignorados nas duas peças anteriores.

Nessa voz, ressoa em especial um elemento do *frame* das pessoas em situação de rua que não fora lembrado nem no BO, nem na sentença: a ausência da família. O defensor lembra a luta diária das pessoas em situação de rua para ter um local seguro para dormir, o que leva à (incrível) situação de se aproveitar de um carro abandonado para fazer dele abrigo, como se evidencia nos enunciados (9) e (10):

(9) A paciente foi presa em suposto flagrante, no dia 10 de janeiro, pela prática, em tese, do crime de receptação, uma vez que dormia (**por estar em situação de rua**) dentro de veículo produto de furto (grifos meus).

(10) Ela afirmou que “é moradora de rua e **não tem família para comunicar a sua prisão**” (grifos meus).

De acordo com Martinez (2016), a Constituição da República de 1998, em seu artigo 226, conceituou a família como a base da sociedade, o espaço em que seus membros podem se realizar pessoalmente. Além da família, a realização pessoal também conta com a sociedade e os estados, que, segundo os artigos 3º e 226 da Constituição, devem providenciar e garantir os meios e os instrumentos para essa realização. Nesse sentido, ainda de acordo com Martinez (2016), a relação familiar se pauta principalmente pela confiança de que nenhum elemento agirá em desfavor de outro do mesmo núcleo familiar. Logo, ao assumir que *não tem família*, Maria se localiza ainda mais à margem das relações sociais, o que evidencia o seu caráter de extrema vulnerabilidade, *frame* não ativado nem na narrativa do BO, nem na sentença de 1ª instância.

No enunciado (11), o defensor lança mão de ironias para criticar a postura do magistrado e continuar acionando *frames* das pessoas em situação de rua que são esquecidos no âmbito do sistema penal brasileiro:

(11) É certo que dormir no carro dos outros é errado, moralmente incorreto. Melhor seria, inclusive para ela, que [a paciente] pudesse dormir numa cama confortável. Mas, infelizmente, ela não pode. A luta da população em situação de rua por um espaço para dormir é diária.

Em (11), o narrador faz um jogo de palavras entre *certo* e *errado* para ressaltar como essas noções estão indefinidas no julgamento moral a que Maria se submete. O extenso sujeito nominalizado do verbo “é” integra cognitivamente várias cenas que fazem parte da vida das pessoas em situação de rua: a luta por algo que deveria ser garantido a todos: um lugar para dormir. Esse extenso sujeito cria inclusive uma metáfora: DORMIR É LUTAR; em que elementos da luta são projetados em dormir.

Por fim, o enunciado (12):

(12) [Maria] iria pernoitar no interior do carro, ela simplesmente adentrou nele.

Em (12), temos um enunciado que pressupõe uma hipótese: ela iria pernoitar no interior do carro **se** não tivesse sido *surpreendida* pelos GCM. O *frame* dessa forma verbal pressupõe que ela só passaria uma noite no interior daquele veículo. Logo, pernoitar no interior do carro não pode estar atrelado a surpreender.

Além disso, a forma verbal *adentrar* não sinaliza que o carro foi arrombado ou, numa visão patrimonialista, *sofreu* qualquer dano: o veículo simplesmente estava aberto, e Maria ressignificou seu *frame*, de meio de transporte, para um espaço seguro, confortável, em que poderia descansar pelo menos por uma noite.

Considerações finais

Os resultados que obtivemos nesta pesquisa mostram que as narrativas do delegado e do juiz de primeira instância se alinharam para reforçar elementos moralmente condenáveis do *frame* das pessoas em situação de rua, como a tendência ao crime. Esses *frames* reforçam uma (pretensa) necessidade de mantê-las presas para uma (pretensa) *paz social*. Por meio da voz passiva, esses narradores apresentam cenas encerradas, em que não parece interessar em que condições a prisão aconteceu, seja ela ilegal, seja ela legal. Essas duas narrativas preferem atribuir a Maria o rótulo de “possuidora de antecedentes criminais”, ou seja, de uma condição inerente a ela, principalmente por supostamente não agir conforme os valores morais da sociedade. A narrativa do defensor público, por sua vez, tentou focalizar outros aspectos do *frame* de “pessoa em situação de rua” que não foram contemplados nas narrativas anteriores, como o acesso precário à moradia e o abandono da própria família.

Esta pesquisa ressalta a importância das narrativas para a construção sociocognitiva da realidade, pois, como nos mostrou o processo analisado, as ações dos personagens, em especial das pessoas em situação de rua, contribuíram para se estabelecer julgamentos de valor e provocar o judiciário, na condição de reflexo da sociedade, a agir e punir essas pessoas que destoam dos valores que essa sociedade assume como verdade (capitalismo, burguesia, trabalho etc.).

Referências

- ABREU, A. S. **Linguística cognitiva**: uma visão geral e aplicada. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.
- BORBA, F. S. *et al.* **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.
- BRUNER, J. **Fabricando histórias**: direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASARA, R. R. R. **Mitologia processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CUCATTO, M. Cómo narran los jueces. Reflexiones desde la lingüística cognitiva para comprender de qué modo las acciones de los ciudadanos se convierten em hechos penales. *In*: COLARES, V. (org.). **Linguagem & direito**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- DANCYGIER, B. **The language of stories**: a cognitive approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FERRARI, L. **Introdução à lingüística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FILLMORE, C. Frame semantics. *In*: KOREA, L. S. (org.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin Publishing, 1982.
- HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LAKOFF, R. T. **The language war**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000.
- LAKOFF, G. **The political mind**: why can't you understand 21st-Century American politics with na 18th-Century brain. Nova Iorque: Viking, 2008.
- LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras/Educ, 2002 [1980].
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e prática interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARTINEZ, D. C. P. B. O papel das famílias na defesa dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. *In*: GRINOVER, A. P. *et al* (orgs.). **Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
- TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a usage-based theory language acquisition. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

Transmasculinidade e paternidade: entextualização, performatividades e indexicalidades em rede

Carlos Henrique Bem Gonçalves¹

Considerações iniciais

Neste capítulo, temos como objetivo analisar as guerras de narrativas que surgiram nas plataformas digitais quando uma empresa de cosméticos – a NATURA - anunciou que Thammy Miranda, um homem transexual, seria integrante da campanha do dia dos pais no ano de 2020. Essa informação gerou reações de grupos conservadores nas plataformas de mídia social, sobretudo de líderes religiosos vinculados a igrejas evangélicas neopentecostais.

Esse trabalho se insere num contexto de avanço do neoconservadorismo, ou seja, do aumento de religiosos conservadores em cargos políticos alçados num discurso de defesa da moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva da população, como afirmam Juan Vaggione, Maria das Dores Campos Machado e Flávia Biroli (2020).

Vicente Tchalian e Lucas da Silva (2019), ao analisar as masculinidades cisgêneras e os controles de acesso do que os autores chamam de comunicação heteroterrorista, identificaram que no Brasil contemporâneo a aversão à “ideologia de gênero”, somada ao retorno da “ameaça comunista” e das discussões acerca do aborto e direitos reprodutivos, são estratégias que

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Linguística Aplicada (UFRJ), com bolsa do CNPq, e compõe o Núcleo de Pesquisa em Discurso e Sociedade (UFRJ). E-mail: carlosbem@letras.ufrj.br.

envolvem a construção de uma fantasia coletiva que será compartilhada e reproduzida. Essas repetições vão solidificando essas fantasias como sensação de verdade e, assim, performativamente vão agindo sobre os corpos, as cidades, o planeta.

Thammy Miranda é um homem transexual e passou pelo processo transexualizador muito recentemente, tendo, no início de 2020, se tornado pai. Antes desse processo, Thammy era conhecido como possível herdeiro da trajetória artística da sua mãe, a cantora Gretchen, conhecida no Brasil como um símbolo sexual e que tem como marca registrada seu rebolado. A presença de um homem transexual na campanha específica do dia dos pais de uma das maiores empresas de cosméticos travou uma verdadeira batalha em torno do significado do que é ser pai e do que é ser homem.

Este capítulo é dividido em três seções: na primeira, apresentamos os conceitos de cisgeneridade, cisheteronormatividade e as potências epistemológicas de uma *Linguística Queer*. Na segunda, traçamos as relações entre entextualização, performatividade e indexicalidade como caminho teórico-metodológico e, na terceira, analisamos os dados coletados para defender que as polêmicas geradas em torno da campanha da NATURA são expressões linguísticas que materializam a transfobia.

Da potência *queer* na linguagem: contextualizando a Linguística *Queer*

O uso do termo em inglês “*queer*” que, inicialmente, fora utilizado como um insulto e ofensa à homossexualidade, resultou num consolidado campo de estudos (BENTO, 2014; BUTLER, 2002; LOURO, 2008; MISCKOLCI, 2014, 2015; SAÉZ E PRECIADO, 1997) que investiga, entre outras questões, como um insulto verbal pode se tornar instrumento de apropriação linguística e possibilitar deslocamentos no seu significado de forma a gerar sentidos de orgulho, pertencimento, contestação e resistências às hegemonias, notadamente àquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, apontadas por estes estudos como “heterossexualidade compulsória”.

Nosso objetivo aqui não é traçar esse histórico já documentado na literatura científica, mas recorrer às recentes conceituações de cisheteronormatividade e cisheteronormatividade como estruturas sociais naturalizadas para sedimentar o caminho que pretendemos percorrer no objetivo deste trabalho. Para isso, recorreremos às epistemologias transfeministas, derivadas de críticas aos estudos *queer*.

Segundo Viviane Vergueiro (2015) a cisgeneridade se localiza na coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, “englobando, via cisheteronormativizações, possibilidades definitórias restritas para corpos e identificações, bem como regulações sobre expressões de gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 57). Por outro lado, conforme a transfeminista, a heterossexualidade é um processo de reconhecimento de desejos e práticas sexuais que está interligado com a generificação dos corpos. Esse movimento interseccional entre a heterossexualidade e a cisgeneridade se dá de forma naturalizada e alinhada possibilitando “uma potencial problematização do termo ‘hetero’ para se pensarem tanto as normatividades de desejos e práticas sexuais quanto para se pensarem as regulações do sistema sexo-gênero: cisheteronormatividade” (VERGUEIRO, 2015, p. 57).

Para Beatriz Bagagli (2013), a cisheteronormatividade está organizada num conjunto de regras que estabilizam poderes institucionais e não institucionais. Elas têm como um dos efeitos a produção da cisgeneridade como sinônimo de identidade de gênero, ou o que se espera que seja projetado como identidade de gênero, de forma que ela se naturalize como uma expressão “natural”, “biológica”, “congruente” entre sexo biológico e identidade. Nesse processo de construção, se naturaliza a suposta espontaneidade da cisheteronormatividade já que nos parece que ela está localizada num conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade como natural, autoevidente, desejável, privilegiada e necessária” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 55).

A cisheteronormatividade se trata de um produto da “materialização discursiva” (MOTSCHENBACHER, 2011, p. 153) que estabiliza as identidades sexuais e de gênero e destaca os processos histórico-linguísticos de citação e recitação de normas hegemônicas produzindo “graus elevados de materialização discursiva exatamente quando alcançam efeitos de evidência, naturalidade e neutralidade” (SILVA, 2020, p. 291).

Quanto ao uso do termo transmasculinidade, que se apresenta no título deste capítulo, não pretendemos essencializar identidades que sejam as expressões de gênero e sexualidade de homens transexuais. As nomenclaturas não encontram consenso tanto na literatura acadêmica, quanto na organização dos movimentos de luta pelos direitos das pessoas transexuais no Brasil. Desta forma, utiliza-se transmasculinidade fazendo eco a Renata Silva Pamplona, para quem:

a transmasculinidade se constitui por sua dimensão política, possível de reorganizar e engendrar novas linguagens e novos arranjos sociais. Os quais, diante de suas crescentes ramificações e alianças políticas, se tornam capazes de produzir instrumentos e estratégias que desmontem as normatizações que buscam incansavelmente reconduzir as diferenças sexuais ao bojo da heterossexualidade (PAMPLONA, 2017, p.71).

Entender esse termo é fundamental e para analisar os embates discursivos em torno da presença de um corpo transmasculino na campanha publicitária do dia dos pais me afilio à Linguística Queer (BEM GONÇALVES, 2019; BORBA, 2014, 2015, 2020a; LEWIS, 2018; LÍVIA e HALL, 2010; SANTOS FILHO, 2020). Essa trata-se de um campo de pesquisa indisciplinar da linguística aplicada que tem como escopo central um exercício crítico às normatividades, buscando colocar em dúvida os processos hegemônicos nas construções de identidades, expressões de gênero e sexualidade.

Além disso, a afiliação à Linguística *Queer* (LQ, doravante) pretende atender ao chamado do linguista Rodrigo Borba para quem é necessário *Queerificar* os estudos linguísticos e isso significa adotar uma postura teórica, analítica e política na “desessencialização e desontologização da relação entre linguagem e identidades sociais” (BORBA, 2015, p. 102). Conforme o pesquisador, linguistas *queer* buscam desenvolver pesquisas politicamente engajadas. Para ele, isso significa investigar e produzir uma visão mais nuançada sobre como os sujeitos utilizam da linguagem para se constituir nas limitações heteronormativas – e aqui acrescentamos cisheteronormativas – de discursos que naturalizam posições de sujeito, como a linearidade entre sexo biológico e expressões de gênero e sexualidade. Conforme Borba (2015, p. 102; grifo do autor) “essa *queerificação* pode ter

efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm por muito tempo reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média, heterossexuais”.

O olhar politicamente engajado que linguistas *queer* adotam em suas investigações foi sistematizado por Silva (2020, p. 284) em quatro pontos que parecem se encontrar nessas pesquisas, sendo:

- a) a concepção radicalmente performativa em relação a linguagem, gênero, corpo e sexualidade; b) a afirmação da mediação semiótica nos processos de subjetivação e de inteligibilidade; c) o foco analítico nas práticas discursivas localmente situadas; d) a impureza como vetor teórico-metodológico.

Desta forma, linguistas *queer*, em geral, se dedicam a investigar processos linguageiros que lhes possibilitam desnaturalizar o uso que sujeitos fazem da linguagem (performances) apontando para tensionamentos sobre as relações estáveis e universalistas na constituição identitária dos sujeitos. Esse movimento teórico-metodológico deixa “explícito que o alcance analítico da LQ não está restrito a produzir explicações sobre performances linguísticas e identitárias de sujeitos desviantes das normas de gênero, como se fosse essa uma ‘linguística LGBT’” (SILVA, 2020, p. 290).

A Linguística *Queer* é também um campo transdisciplinar e isso significa que ela busca se ancorar em categorias de análise e metodologias dos mais diversos campos. Neste trabalho, buscamos na antropologia linguística os conceitos de entextualização e indexicalidade e, na Teoria da Performatividade, nos apegamos ao conceito de performatividade para analisar os discursos mobilizados.

Entextualização, performatividade e indexicalidade: possibilidades de resistências *queer*

‘Entextualização é um movimento discursivo que possibilita a descontextualização e recontextualização de um acontecimento. Para Bauman e Briggs (2006), a entextualização é a capacidade de extrair um discurso e um trecho de produção linguística – texto – que pode ser

alçado do seu cenário interacional. Esse movimento é possível porque os discursos não estão, necessariamente, atrelados a um contexto em específico (BRIGGS, 2005) e podem, desta forma, “ser vistos não como restritos a um contexto único e limitado, mas continuamente descontextualizados e recontextualizados - extraídos de certos textos, gêneros, contextos e mundos sociais e inserido em outros” (BRIGGS, 2007, p. 562).

Diante disso, temos que qualquer discurso pode ser extraído e transportado de um contexto ao outro, de modo que os significados vão se constituindo de forma multivetorial e imprevisível, podendo tanto reiterar sentidos já sedimentados quanto emergir novos sentidos na interação. De acordo com Moita Lopes (2006, p. 39), “todo discurso é ideológico, uma vez que todo usuário está imbricado nos significados que produz, revelando seus interesses, valores e visões de mundo”. Sanque (2020, p. 44) desenvolve esse pensamento ao inferir que a entextualização acontece como produto de “escolhas ideológicas” de modo que os significados produzidos sejam, posteriormente, recontextualizados.

Esse movimento de entextualização só é possível se o signo se deslocar de um contexto ao outro num constante círculo de repetição e inovação que Derrida (1977) chamava de *différance*, ou seja, repetição e inovação nos processos de significação. Para Pennycook (2010), a repetição mesmo ‘da mesma coisa’ sempre vai produzir novos significados, ou seja, a repetição de uma palavra, de uma frase, sempre vai se renovando de acordo com o contexto em que é repetido já que “repetir um processo nunca o faz idêntico ao primeiro, pois a própria repetição é um fator de mudança” (BLOMMAERT, 2014, p.9). A linguista Branca Fabrício (2012, p. 05) infere que:

a sucessiva entextualização-descontextualização-recontextualização produz, em cada fase, um discurso reconfigurado e um novo texto contendo traços de contextos antecedentes e do entorno emergente – um texto que tem uma história única atendendo a regularidades socioculturais e também à contingência efêmera.

Nesse complexo movimento de entextualizações é possível observar que os textos circulam numa trajetória (BLOMMAERT, 2005; FABRÍCIO, 2012), “constantemente respondendo a textos anteriores e

sendo recontextualizados em práticas discursivas posteriores” (SANQUE, 2020, p.74). Os linguistas Blommaert e Rampton (2011, p. 11) dizem que “a construção do significado e a interpretação são vistos como momentos na mobilidade de textos e enunciados para os caminhos através dos quais textos enunciados viajam”.

Esse movimento de entextualização me parece estar diretamente relacionado com os conceitos de ato performativo e performatividade. A filósofa Judith Butler (2002, p. 69) explica que o ato performativo está relacionado com uma “cadeia de repetições que se sustenta num poder moral vinculante” e que a performatividade acontece quando “um ato performativo autoriza, desautoriza (ou pune) uma série de relações sociais ou sexuais (exercendo certo poder sobre o outro)” que manteria uma estrutura rígida, ou seja, a heterossexualidade compulsória e, aqui, acrescento a cisheteronormatividade, quando as regras da vida em sociedade passam a impor padrões de vivência em que pessoas transexuais são retiradas das suas autonomias para vivenciar suas expressões de gênero.

Entextualização, então, é um dos mecanismos que possibilita o acontecimento da performatividade, quando os grupos sociais se movimentam no tecido social para exercer poder na tentativa de manter em funcionamento essa estrutura rígida, mas também uma possibilidade para que grupos subalternizados coloquem em questionamento essa mesma estrutura. Desta forma, a entextualização e a performatividade agem para indexar sentidos e significados quando falamos de corpos transmasculinos. É via entextualização que o enunciado “é uma menina” é repetido *ad infinitum* e acaba por sedimentar certos sentidos para um determinado tipo de corpo. A entextualização não é previsível, os sentidos podem mudar. Pode-se produzir outras trajetórias, pois há sempre um hiato entre a descontextualização e a recontextualização.

A indexicalidade possibilita identificar os significados que estão fixados e/ou sendo desestabilizados num dado contexto social. Fabricio (2013, p. 155) afirma que “significados e relações emergentes em interações locais estão sempre referidos a um repertório de convenções macrossociais (não redutíveis ao evento imediato)”. Por isso, olhar a linguagem como

produtora de efeitos indexicais nos permite observar os signos como integrantes dessa trama de entextualização e performatividade de forma que “os signos linguísticos e não-linguísticos mobilizados referem-se a ações textuais em cadeia que indexicalizam os significados sócio-históricos entrelaçados a sistemas ideológicos de crença” (MOITA LOPES; FABRICIO; GUIMARÃES, 2019, p. 5).

Para Silva (2020, p. 287), a perspectiva indexical do significado “emerge no interior das interações sociais, da negociação entre sujeitos engajados em práticas discursivas, sob o efeito de modelação advindo de vetores históricos, culturais, ideológicos, em jogo na própria produção dos significados”.

No entanto, para Borba (2020b), a situacionalidade radical dos signos indexicais permite o surgimento dos sentidos de normatividade e de subversão contextualizados nas ações locais e não podem ser entendidos como anteriores ao engajamento discursivo. De acordo com o linguista, numa perspectiva *queer*, as identidades são entendidas como “fenômenos intertextuais já que, para fazer sentido, os signos usados localmente reavivam conexões com práticas, relações, grupos sociais e instituições que o usaram anteriormente” (BORBA, 2020b, p. 31). Desta forma, para utilizar esse construto teórico nas investigações sobre gênero e sexualidade, o linguista orienta o seguinte caminho:

para investigarmos a relação entre cis-heteronormatividade e sua contestação não devemos tomar esses fenômenos como anteriores à prática social ou como propriedades de certos indivíduos, mas sim como emergentes de um contexto discursivo específico. A indexicalidade é o mecanismo cultural que movimenta a performatividade ao vincular nossas ações linguísticas situadas a outras “práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falamos” (Foucault, 1972, p. 64), ou seja, a discursos. É nessa relação entre língua e discurso que a cis-heteronormatividade e sua contestação se materializam em nossas ações diárias (BORBA, 2020b, pg. 31).

Desta forma, entextualização, performatividade e indexicalidade estão intimamente imbricados num processo de produção discursiva que pretende deslegitimar a presença de um corpo transmasculino na campanha

de dia dos pais da Natura, mas também abrem caminhos para a construção de novos sentidos. Os índices indexicais de homem e paternidade parecem ser o que estão em disputa nesses embates discursivos. Sendo assim, passaremos à análise do material.

Cisheteronormatividade como dispositivo de poder

A empresa Natura anunciou que, em sua campanha do dia dos pais no ano de 2020, o ator transexual Thammy Miranda estaria entre os contratados para protagonizar a campanha. Frente à notícia, o pastor evangélico Silas Malafaia convocou um boicote à empresa de cosméticos no seu perfil pessoal na rede social Facebook.



Figura 1: Boicote incentivado pelo Pastor Silas Malafaia

Fonte: Facebook.

O convite para o boicote à marca se sustenta no incômodo do líder religioso com a presença de um homem transexual exercendo o papel de pai. É possível perceber que o pastor descontextualiza a campanha ao dizer

que a Natura coloca uma mulher para fazer o papel de pai, quando na verdade o vídeo publicitário² apresenta vários homens possibilitando a dilatação dos índices indexicais de paternidade e masculinidade. Para a campanha da Natura, pai é quem cuida e quem está presente, ou seja, é uma identidade feita por ações e não determinada biologicamente, sentidos sedimentados que guiam a proposta de boicote. Tal reconfiguração de sentidos justifica o uso da hashtag #paipresente como destaque da campanha, não cristalizando a função de paternidade à biologia dos corpos – cisgêneros ou transgêneros. Ao descontextualizar a campanha, o líder religioso possibilita a recontextualização de forma que busca indexar a campanha da Natura como uma afronta aos valores cristãos, mas alinhadas às perspectivas ideológicas do seu grupo religioso.

Estão presentes na campanha da Natura e no *post* de Malafaia interpretações distintas e conflitante sobre gênero. Na campanha, é possível perceber um movimento performativo de ressignificação e fricção com a norma já que, no contexto cultural em que vivemos, paternidade é uma função social exercida por homens cisgêneros e masculinidade está relacionada com o distanciamento de emoções como cuidado, afeto e presença na educação e formação dos filhos. No Brasil, cinco milhões de crianças não possuem o nome do pai na certidão de nascimento o que mostra que o exercício da paternidade se sedimenta nesse distanciamento afetivo com a prole. Esses sentidos estão em posição diametralmente oposta ao que performativamente é atribuído ao gênero feminino.

O chamado ao boicote também se fundamenta numa tentativa performativa de manutenção da matriz de inteligibilidade de gênero. O pastor associa o corpo transmasculino à biologia, indexando identidade à necessidade da conformidade linear entre corpo biológico, gênero e expressões identitárias. Esse movimento discursivo busca entextualizar e indexar a ilegitimidade dos corpos transmasculinos arrancando-lhes a possibilidade de exercício da paternidade, da masculinidade e das suas próprias identidades.

2 Disponível em https://www.instagram.com/p/CDkHhRYpkyL/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=embed_video_watch_again. Acesso em 22 mar. 2021.

A presença do corpo transmasculino no papel de pai faz o líder religioso entender como uma afronta aos valores cristãos. A cultura judaico-cristã tem como premissa que a função social dos corpos, supostamente dada por Deus, é a procriação e, desta forma, corpos masculinos nascem biologicamente com pênis e corpos femininos nascem com vagina e útero para cumprir esse papel divino de reprodução da espécie, expressão máxima da cisheteronormatividade. Desta forma, o movimento performativo acontece numa tentativa de impedir a dilatação indexical possibilitada pela campanha em torno dos significados de paternidade e procriação, já que Thammy vivencia a experiência da paternidade desde o início de 2020.

A performatividade também aparece quando o pastor convoca “somos a maioria”, em letras maiúsculas e em destaque, como frase final do chamado ao boicote. A frase sentencia a condenação da campanha e pretende exercer poder numa tentativa de garantir sucesso no chamado ao boicote. O movimento performativo acontece numa tentativa de desautorizar e punir a Natura de forma a se consolidar como um dos principais líderes religiosos no Brasil que atua diuturnamente para barrar avanços nos direitos LGBT no país.

Mas, se há esse movimento discursivo que pretende exercer força performativa para boicotar uma campanha e tentar indexar significados sobre paternidade, masculinidade e transexualidade, de modo que mantenha a estrutura rígida da matriz de inteligibilidade de gênero, expressão da cisheteronormatividade, por outro, acreditamos que a fricção com a norma e o enfrentamento dos intentos biopolíticos da cisheteronormatividade, possibilitados pela realização da campanha, seja um caminho profícuo para esperar o futuro. Nos dizeres de Paulo Freire (1997[1992]), na sua pedagogia da esperança, esperar significa construir, não desistir, levar adiante. Nesse caso, resguardadas as reflexões críticas sobre capitalismo e a presença de identidades LGBT em campanhas publicitárias, pensamos que a fricção com as normatizações tão presentes nos discursos dos líderes religiosos seja uma forma de resistência e de construir um futuro no qual todas e todos sejamos, verdadeiramente, livres.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos refletir sobre a complexa relação entre linguagem, gênero e sexualidade e apontar que a cisheteronormatividade se apresenta na forma de discursos de regulação e legitimação dos corpos transmasculinos.

Na primeira parte do texto, buscamos, na epistemologia transfeminista e *queer*, a conceituação de cisgeneridade e cisheteronormatividade, além de apresentar uma breve trajetória e conceituação da linguística *queer*, como um recente campo de pesquisa no Brasil que busca investigar a complexa relação entre linguagem e sexualidade, sem sedimentar as identidades. Na segunda, apresentamos a profícua relação entre entextualização, performatividade e indexicalidade, conceitos oriundos da antropologia linguística e da teoria da performatividade que nos possibilitam construir um caminho teórico-metodológico para análise dos dados. Na terceira e última parte, analisamos os dados e concluímos que a presença de corpos transmasculinos em campanhas publicitárias gerou um movimento político de setores conservadores que passaram a descontextualizar os objetivos da campanha e a batalhar para manter intacto os sentidos e significados sobre paternidade e masculinidade.

Esse movimento de descontextualização-recontextualização abre caminho para uma tentativa de exercício de poder e controle (performatividade) de forma que o líder religioso convocou um amplo boicote à empresa, sabidamente fracassado. No entanto, o papel do líder religioso nessa batalha discursiva possibilita a manutenção indexical dos significados atrelados às suas ideologias e do seu grupo religioso. Por outro lado, a simples presença e participação de um homem transexual numa campanha de uma grande empresa de cosméticos parece ter contribuído para a dilatação dos signos indexicais sobre paternidade, uma vez que a campanha apresenta, com naturalidade e legitimidade, um corpo masculino e transexual no exercício cotidiano desse papel e dessa identidade social.

Apesar disso, podemos inferir que os avanços na legislação brasileira

em torno dos direitos LGBT, como a recente criminalização da homofobia e transfobia, não têm sido suficientes para interromper discursos transfóbicos que ora se sustentam no argumento de liberdade de expressão e ora se ancoram no argumento de liberdade religiosa. As fronteiras entre crime e liberdade são bastante tênues o que aponta que nossa tarefa humanitária e de avanço no entendimento sobre convívio com as diferenças ainda engatinha num país que vivencia um verdadeiro paradoxo antropológico.

Referências

- BAGAGLI, B. P. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Fluminense, v. 14, n. 1, p. 11-27, 2013.
- BAUMAN, R; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha - Revista de Antropologia**, Santa Catarina, v. 8, n. 1-2, p. 185-229, 2006[1990].
- BEM GONÇALVES, C. H. **Por uma performance polêmica**: as visadas argumentativas como estratégias de contestação da heterossexualidade compulsória. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei: São João del-Rei, 2019.
- BENTO, B. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. **Revista Cult: Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão**, São Paulo, n. 193, ano 17, p. 42-46, ago. 2014.
- BLOMMAERT, J. **Discourse**: a critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BLOMMAERT, J. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. **Tilburg Papers in Culture Studies**, paper 103, 2014.
- BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity: a position paper. *In*: **Working papers in urban language and literacies**, 2011.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, 2014.
- BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015.
- BORBA, R. Falantes transviadxs: Linguística Queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem & Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 388-409, 2020a.
- BORBA, R. Linguística queer: algumas desorientações. *In*: BORBA, R. (org.). **Discursos transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Cortez, 2020b.
- BRIGGS, C. Communicability, Racial Discourse, and Disease. *In*: **Annual Review of Anthropology**, v. 34, 2005.

BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. *In: Current Anthropology*, v. 48, 2007.

BUTLER, J. Acerca del término “*queer*.” *In: BUTLER, J. Cuerpos que importam: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002. Disponível em https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/824_rol_psico_rha/material/descargas/unidad_2/butler.pdf. Acesso em 10 ago. 2017.

CAMERON, D.; KULICK, D. **Language and Sexuality**. Cambridge: Cambridge Press, 2003.

DERRIDA, J. Signature Event Context. **Glyph**, vol. 1, 1977.

FABRÍCIO, B. Trajectories of socialization in school transcontexts: discourse journeys on gender and sexuality. **Working Papers on Urban Languages and Literacies**. King's College, 2012.

FABRÍCIO, B. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. *In: MOITA LOPES, L. P. (org.). O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1992].

LEWIS, E. S. Do léxico gay à linguística queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas teorias queer. **Revista de Estudos Linguísticos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 47, p. 675-690, 2018.

LÍVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. *In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). Linguagem, gênero, sexualidade*. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISCKOLCI, R. Crítica à hegemonia heterossexual. **Revista Cult: Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão**, São Paulo n. 193, ano 17, p. 33-35, ago. 2014.

MISCKOLCI, R. O que é o queer? **I Seminário Queer – Sesc São Paulo**. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uB8Yd53x51M>. Acesso em 17 nov. 2016.

MOITA LOPES, L. P. “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. *In: HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (org.) Linguagem e gênero*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B.; GUIMARÃES, T. Scaling queer performativities of genders and sexualities in the periphery of Rio de Janeiro in digital and face-to-face semiotic encounters. *In: KROON, S.; SWANENBERG, J. (eds.). Language and Culture on the Margins: Local/Global Interactions*. London: Routledge, 2019.

MOTSCHENBACHER, H. Taking queer linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 212, p. 149-179, 2011.

PAMPLONA, R. S. **Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades**. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2017.

- PENNYCOOK, A. **Language as a local Practice**. London: Routledge, 2010.
- SAÉZ, J.; PRECIADO, B. Prólogo (Lenguaje, poder e identidade). *In*. BUTLER, J. **Lenguaje, poder e identidade**. Madrid: Editorial Síntesis S.A, 1997.
- SANQUE, D. R. K. “**Pela família**: Múltiplas indexicalidade do signo ‘família’ na comunicação do impeachment de Dilma Rousseff. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2020.
- SANTOS FILHO, I. I. **Linguística queer**. Recife: Pipa, 2020.
- SILVA, D. DA C. P. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 280-306, 31 dez. 2020.
- TACHALIAN, V.; SILVA, L. G. Controladores de acesso da agenda pública: as construções de masculinidades cisgêneras hegemônicas no panorama pré-eleitoral de 2018 no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 2010-227, 2019.
- VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C.; BIROLI, F. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.

Tensão na cena genérica: validação do discurso como opinativo ou de denúncia

Victor Hugo da Silva Vasconcellos¹

Considerações iniciais

Marcelo Coelho, formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo e mestre em sociologia pela mesma universidade, foi professor universitário de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Como escritor, publicou os romances *Noturno* (COELHO, 1992) e *Jantando com Melvin* (COELHO, 1998); além de escrever livros infantis. Publica no Jornal Folha de São Paulo suas opiniões semanalmente (geralmente às terças-feiras). Neste trabalho, será abordado o discurso de 19 de janeiro de 2021 cujo título é *Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante* (COELHO, 2021, s.p.):

Não é o caso de censurar seus livros infantis, mas também não há escândalo em adaptá-los como se faz com ‘Moby Dick’.

Devo muito aos livros infantis de Monteiro Lobato, e entendo o esforço dos que, por afeição, querem defendê-lo das acusações de racismo.

O problema é que, apesar de suas qualidades como escritor, de sua extraordinária coragem política e de suas simpatias à esquerda, Lobato era tremendamente, monstruosamente, escandalosamente racista.

Lê-se muito pouco da sua obra para adultos. Lembro o conto

¹ Mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa (PUC/SP). E-mail: victorvasconcellos@uol.com.br.

“Negrinha”, em que pelo menos se mostravam as crueldades de uma sinhá branca em cima de uma “menina de criação”.

Fui ver o que Monteiro Lobato escreve em “O Presidente Negro”, romance de 1926 que, mesmo depois da ascensão de Hitler, ele não viu problema em reeditar.

No livro, o narrador da história começa falando mal dos Estados Unidos, mas muda de opinião quando ouve de Jane, a bela filha de um cientista, o seguinte argumento: “Que é a América, senão a feliz zona que desde o início atraiu os elementos eugênicos das melhores raças europeias?”.

Ayrton, o narrador, observa que os Estados Unidos não tiveram tanta sorte racial assim. “Entrou ainda, à força, arrancado da África, o negro.” Jane concorda: “Entrou o negro e foi esse o único erro inicial cometido naquela feliz composição”. Ayrton acha que o problema pode ser solucionado.

No Brasil, graças à mestiçagem, “dentro de cem ou 200 anos terá desaparecido o nosso negro”.

Ao contrário de Ayrton, Jane não acha “felicíssima” essa saída; na verdade, “estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos de raças díspares”.

A separação entre as raças, ocorrida nos Estados Unidos, não desagrade a Jane: “O ódio criou na América a glória do eugenismo humano”.

Não se pense que o narrador fique horrorizado. Apaixonara-se pela loura filha do cientista e comenta: “Como era forte o pensamento de Miss Jane!”.

Ela contará a Ayrton o que vai acontecer nos Estados Unidos. Primeiro, a população negra começará a crescer, enquanto os brancos praticam o controle da natalidade. Mais que isso: graças ao ministério da eugenia, decidiram matar os defeituosos de nascença e esterilizar os deficientes mentais, os “tarados” etc.

Os negros americanos também vão esbranquiçando, apesar de manterem o “cabelo carapinha”. Ficam com “um pouco desse tom duvidoso das mulatas de hoje que borram a cara de creme e pó de arroz”, diz Jane. “Barata descascada, sei”, responde Ayrton.

Nas eleições de 2228, os brancos se dividem: há um partido de mulheres feministas e outro, de homens. Sai vencedor o líder dos negros já “esbranquiçados”.

Situação grave. Não necessariamente porque os brancos podem tentar um golpe ao estilo de Trump, mas porque a “massa negra” despertava de sua submissão “e tremia de narinas ao vento, como tigre solto na jungle”.

Para se defender, os brancos inventam um raio que “alisa a carapinha”, de modo que “o tipo africano melhorava”. Acontece que o raio também era capaz de...

Não conto o final. Registre-se apenas que “armado de mais cérebro”, “o nobre, o duro” branco irá superar o obstáculo para o “ideal da supercivilização ariana”, impondo “um manso ponto final étnico ao grupo que ajudara a criar a América”.

É ficção? Passemos então a um artigo de crítica de arte, publicado nas “Ideias de Jeca Tatu”, livro de 1919. Chama-se “A Caricatura no Brasil”.

Durante a época colonial, diz Lobato, os portugueses “despejavam” no Brasil tudo quanto fosse “elemento antissocial” do reino. “E como o escravo indígena emperrasse no eito”, continua o autor, “para aqui foi canalizada de África uma pretalhada inextinguível”.

Basta? Tem mais. Numa carta de 1928, Lobato diz que “um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca —mulatinho fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva”.

Não é o caso de censurar seus livros infantis. Mas também não há escândalo em adaptá-los. Faz-se isso o tempo todo: “Moby Dick”, “As Viagens de Gulliver”, “Pinóquio” foram inúmeras vezes reescritos e facilitados para as crianças; o próprio Lobato fez isso, com “Dom Quixote”, por exemplo.

Mas não dá para ignorar, desculpar e fingir que não existe racismo em Monteiro Lobato. Mais fácil perdoar o Trump.

Nessa publicação, constam pontos de vista de Coelho sobre o racismo presente na obra de Monteiro Lobato (1882-1948), representante da elite social e cultural de sua época. O artigo possui um tom ácido e estabelece relações do teor das obras de Lobato com o racismo. A partir da obra *O presidente negro* (LOBATO, 1926), apresenta-nos trechos explicitamente racistas. O jornalista rebate um possível argumento retórico sobre ser essa

uma obra literária, citando uma carta de Lobato desejando um movimento como o Ku Klux Klan aqui no Brasil.

Apresentando-se essa temática, o problema de pesquisa surge no questionamento acerca da validação do discurso de Marcelo Coelho como algo que promove uma crítica (artigo de opinião) ou como uma denúncia. Embora seja um artigo de opinião, o suporte é institucionalmente um hipergênero jornalístico em que discursos diversos expõem, dissertam, criticam, apontam, denunciam e zombam. O problema da pesquisa é: o artigo escrito por Marcelo Coelho poderia ser considerado texto opinativo ou de denúncia (considerando a cenografia e a cena genérica) (MAINGUENEAU, 2012; 2013)?

Neste capítulo, discutiremos algumas categorias de análise no universo da linguística do discurso, mais precisamente na Análise do Discurso de linha francesa e Análise crítica do discurso. As categorias principais para esta análise serão: cenas da enunciação (MAINGUENEAU, 2012; 2013); manipulação (VAN DIJK, 2012); noções de produção, circulação e consumo (FAIRCLOUGH, 2001); e hegemonia intradiscursiva e interdiscursiva (VASCONCELLOS, 2015a). Dessa feita, a justificativa deste estudo é a reflexão acerca dos gêneros de discurso, considerando a análise parafilosófica, isto é, o que é externo e interno ao discurso (seus dispositivos enunciativos que o autorizam).

O nosso objetivo geral é discutir a validação do discurso de Marcelo Coelho como um discurso de opinião (artigo de opinião) ou de denúncia, considerando o lugar institucional em que circula. Como objetivos específicos: apresentar a noção de cenas da enunciação; apontar o poder de manipulação; explicitar as noções de produção, circulação e consumo; e discutir a relação do *ethos* do articulista em meio à hegemonia do seu discurso em relação aos campos em que pode circular.

A fundamentação teórica para esta pesquisa é a análise do discurso em suas vertentes francesa e crítica. Para embasar os estudos, serão utilizadas as referências de Maingueneau (1998, 2007a, 2008, 2012 e 2013), Fairclough (2001), Van Dijk (2012) e Vasconcellos (2015a), principalmente.

A metodologia deste capítulo é interpretativista, pois parte da interpretação do discurso de Coelho (2021) e propõe uma discussão dos objetivos com a aplicação das categorias de análise mencionadas anteriormente.

Discurso e campos discursivos

Para iniciar este estudo, começamos com a definição de discurso. No livro *Discurso e Mudança Social* (FAIRCLOUGH, 2001), o discurso é conceituado como prática social, isto é, é engendrado, tem circulação e é consumido. O discurso tem vínculo com a posição social que seu enunciador possui; dessa feita, os discursos são hierarquizados e a luta pela sua hegemonia acontece concomitantemente às lutas sociais.

Para a Análise do Discurso de linha francesa: “O discurso forma uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas, ou seja, dependente de um gênero de discurso determinado” (MAINGUENEAU, 1998, p. 44). A noção de gênero une a materialidade discursiva e sua prática social. O discurso constitui-se como textual e social. Textual é o que se apresenta como estrutura, sua materialização; isto é, a organização morfossintática. A social é representada pelas condições de produção e circulação do discurso, ou seja, todos os elementos envolvidos no processo enunciativo. Além disso, seu impacto na sociedade também é contabilizado, da gênese à circulação. A análise discursiva propõe-se observar a união do texto com sua circulação social.

Sobre campo discursivo, consideramos a reflexão de Maingueneau (2012) válida para esta proposta, pois considera os campos como agrupamentos de formações discursivas que estão em concorrência. O autor apresenta um agrupamento acima dos campos e um abaixo: o universo e o espaço discursivo, sendo, este último, subconjuntos de formações discursivas recortados pelo analista, de acordo com seus propósitos.

A questão de validação do discurso de Marcelo Coelho como um texto de opinião ou de denúncia esbarra em outra questão problemática da Análise do Discurso francesa: as cenas da enunciação (MAINGUENEAU, 2012; 2013). Pois o discurso jornalístico apresenta possibilidades de estruturação e efeitos de sentido, mesmo se tratando de um artigo de opinião. É um gênero em que o autor pode expressar-se da maneira como achar pertinente. Há relativa liberdade quando se é colunista e seus textos são esperados pelos leitores.

Cena genérica e cenografia

Em Maingueneau (2012; 2013), a problemática das cenas da enunciação é discutida. A fim de se estabelecer níveis de visualização do discurso, ampliando os efeitos de sentido, os recortes enunciativos são: Cena Englobante, Cena Genérica e Cenografia.

Por Cena Englobante, compreende-se o tipo de discurso, em qual campo discursivo esse discurso foi engendrado. Discursos como reportagem, notícia e artigos de opinião são engendrados e possuem formações discursivas concorrentes no campo jornalístico. Dessa feita, o tipo de discurso de Marcelo Coelho é o jornalístico.

A Cena Genérica é o próprio gênero de discurso. É a prática social exercida pela enunciação. A notícia tem como função social apresentar um fato aos leitores. A reportagem leva ao leitor detalhes de uma situação específica, uma investigação mais ampla do que a notícia. Um artigo de opinião expressa a visão de mundo do articulista acerca de um determinado assunto.

Por Cenografia é que se entende pela apresentação do gênero textual. Há gêneros que podem se apresentar com cenografias diversas. Um exemplo elucidador é a propaganda. A Cena Genérica é a propaganda, pois objetivo social é a venda de um produto. Entretanto, pode-se apresentar como uma entrevista de emprego, uma conversa em família, a prática de um esporte. A Cenografia mistura-se, em muitas vezes, com a Cena Genérica, tornando

problemática a distinção do que é uma ou outra. Podemos questionar se o *corpus* deste capítulo é um artigo de opinião vestido de uma denúncia ou uma denúncia vestida de artigo de opinião.

Essa breve apresentação sobre Cenas da Enunciação fomenta a reflexão sobre a validação do discurso de Coelho, seja como denúncia ou crítica contextual. Vale salientar que o gênero discursivo Artigo de Opinião pressupõe viés crítico por parte de seu autor. A minha investigação debruça-se sobre a linha tênue da possibilidade de a denúncia existir ou não.

Manipulação e poder

O poder discursivo está intrinsecamente ligado ao poder social, dessa forma, quem enuncia apresenta mais do que um discurso, apresenta o lugar no qual o discurso surge. Apresentamos essa reflexão para compreender que o enunciador dos artigos selecionados possui relevância social (e seu discurso também).

Coelho, além de jornalista, é professor universitário e tem livros publicados (COELHO, 1992, 1998). Ele escreve semanalmente na Folha de São Paulo (artigos de opinião). Seu prestígio social alavanca o prestígio de seu discurso.

Citamos Van Dijk (2012) para ilustrar o quão relevante é o prestígio de um enunciador:

Quanto menos poderosa for uma pessoa, menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala. No fim das contas, os sem-poder 'não têm nada para dizer', literalmente, não têm com quem falar ou precisam ficar em silêncio quando pessoas mais poderosas falam (VAN DIJK, 2012, p. 44).

Quanto menos poder se tem, menos acesso às formas de comunicação. Coelho escreve na Folha, é professor, tradutor, jornalista e escritor; consegue transitar em veículos de informação diferentes, em gêneros diferentes e torna-se uma referência para as massas que acompanham seu trabalho. Seu discurso tem poder.

O grau de poder do discurso de Marcelo Coelho torna-se questionável quando colocado ao lado de outros discursos de poder. Se o enunciador pode escrever na Folha semanalmente, foi autorizado a ele esse poder. Foi permitido que escrevesse em um jornal de grande circulação por uma lógica de mercado ou seu talento foi reconhecido pela elite intelectual do Brasil a ponto de lhe permitirem canais diversos de comunicação? Seu impacto é midiático ou de mudança social? O poder que possui é real até um limite. Com efeito, seu discurso não é hegemônico, está submetido a outros discursos. Essa reflexão possibilita-me discutir a manipulação.

A manipulação ocorre por diversos mecanismos e para vários fins. Um discurso manipulado pode servir para conseguir apoio da massa. Esse mesmo discurso serve para demonstrar de que lado os enunciadores estão no jogo político-social. A manipulação direta é quando alguém é convencido a fazer algo por meio de um discurso ornado para isso. De qualquer maneira, todo discurso torna-se perverso por impor seu ponto de vista e buscar apagar os outros discursos. Toda manipulação é controlada por grupos sociais hegemônicos. Van Dijk (2012) afirma que:

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de 'élites simbólicas', tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no 'capital simbólico' (VAN DIJK, 2012, p. 45).

Contudo, a rede de capital simbólico é complexa. Como todo discurso, a rede é perversa e serve-se da hegemonia para constituir-se. Dessa feita, há a hierarquia que coordena todos os discursos dessa rede:

Uma condição importante para o exercício do controle social por meio do discurso é o controle do discurso e a sua própria produção. Sendo assim, as perguntas centrais são: quem pode falar ou escrever o que, para quem, em quais situações? Quem tem acesso aos vários gêneros e formas do discurso ou aos meios de sua reprodução? (VAN DIJK, 2012, pp. 43-44).

Com efeito, os discursos seguem uma hierarquia tal como a hierarquia social. Alguns possuem hegemonia "total" em seus campos; outros, hegemonia "parcial"; outros discursos não possuem voz nenhuma. A rede

discursiva é formada dessa maneira, cada discurso ocupando seu espaço que lhe é designado. Os mais acima buscam apagar e manipular os que estão abaixo.

Produção, circulação e consumo

Os discursos estão submetidos ao processo de produção, circulação e consumo. Dessa feita, os discursos, por meio de seus dispositivos enunciativos, são produzidos por um enunciador em uma dada conjuntura. Essa questão já seria necessária para estudar a gênese do discurso. Entretanto, Fairclough (2001) entende a prática discursiva como prática social. Não basta, portanto, a produção apenas. Incluem-se a circulação e o consumo. Nas palavras do autor:

A análise de um discurso particular como exemplo de prática social focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Para avaliar a circulação, os ambientes econômicos e hegemônicos convergem para a disseminação desse discurso, mesmo que não garanta seu consumo. A circulação é a engrenagem do poder e manipulação (hegemonia) pelo qual os discursos são julgados e condenados ao esquecimento (sem circulação) ou à projeção social (circulação autorizada). Com efeito, é a etapa que impulsiona os meios de comunicação do Estado. Mesmo hoje (século XXI, ano 2021), com a internet possibilitando acesso aos meios de comunicação, há uma disputa desigual com as forças hegemônicas. O acesso à rede engendra uma falsa liberdade de voz, pois o patrocínio e o investimento para o apagamento dessas vozes marginalizadas ocorrem a todo instante; seja por censura, seja por ampla divulgação das vozes que interessam às elites.

O consumo é a “última etapa” do processo a que o discurso está submetido, pois o objetivo maior do enunciador é alcançar os coenunciadores desejados. Dizemos “última etapa” na percepção de Fairclough (2001), pois consideramos apenas estes três pontos: produção, distribuição e consumo; todavia, podemos acrescentar outras etapas de acordo com o objetivo da análise. Por exemplo, se estivéssemos preocupado com a reprodução do discurso de Marcelo Coelho (2021), seria acrescentada mais uma etapa no final: produção, distribuição, consumo e reprodução. Poderíamos acrescentar outra etapa após a reprodução e assim por diante. A análise do discurso privilegia a liberdade do analista para, heurísticamente, construir sua metodologia de análise e encadear as categorias que melhor lhe sejam úteis. Ou, como diz Maingueneau (2012), utilizar-se de unidades tópicas e não-tópicas.

As etapas propostas por Fairclough (2001) consideram o imbricamento dos dispositivos enunciativos com os dispositivos sociais. Dessa feita, a produção e o consumo “são de natureza parcialmente sociocognitiva” (FAICLOUG, 2001, p. 99). Essa afirmação permite-nos ampliar a visão sobre o discurso. Não é de natureza unicamente material, nem de natureza somente social. O sociocognitivismo inclui o conhecimento partilhado, os posicionamentos dos enunciadores e coenunciadores, tornando a rede discursiva ainda mais complexa de ser analisada. A discussão apresentada em Van Dijk (2012) sobre o poder e a manipulação esboça essas relações, principalmente a de produção.

Para o consumo, as relações são os efeitos da manipulação, do patrocínio e do investimento das elites intelectuais e econômicas. Entretanto, isso nem sempre é suficiente; pois, se o discurso patrocinado não estiver alinhado com as expectativas e desejos dos coenunciadores, o consumo não acontecerá da maneira esperada. Entendemos consumo aqui de duas maneiras: (i) ato passivo de receber a informação (o que para a Análise do Discurso é menos interessante); (ii) ato ativo de coenunciar o discurso primeiro, isto é, reverberar sociocognitivamente, seja na apreensão e interiorização deste, como também na reprodução desse discurso.

Hegemonia interdiscursiva e hegemonia intradiscursiva

Os discursos formam uma rede em que há os discursos mais poderosos e os menos poderosos. Pensando dessa forma, os mais poderosos são os discursos centrais; já os mais fracos, são os periféricos. Esse raciocínio é aplicado a todos os campos discursivos (e às instituições discursivas). Essa posição mais centralizada ou periférica é o que determina o poder de um discurso. Todo discurso é formado pelos interdiscursos, isto é, os discursos que atravessam o discurso principal para constituí-lo. Nem sempre os discursos que formam o discurso principal são do mesmo campo. Quanto maior a força argumentativa (poder) dos interdiscursos, maior é a força desse texto-discurso. Usamos o termo texto-discurso, pois o poder de um discurso não é medido apenas por sua materialidade (texto), mas por todos os dispositivos enunciativos (como o político-social). Com isso, alguns discursos de um campo possuem mais poder do que outros deste mesmo campo (região central); gerando formações discursivas (posicionamentos) que influenciam e dão forças a outros discursos no interior do seu campo e também em outros campos discursivos:

São os discursos de vários campos discursivos (áreas diversas que se complementam por escolha do enunciador) que estruturam o posicionamento de um sujeito no campo, portanto apresentam regularidade, já que são proferidos a partir de condições Sócio-Históricas. Há a luta entre as formações discursivas no campo, o que chamo de Hegemonia Interdiscursiva no Campo – isto é, a luta pela hegemonia dentro do próprio campo em que o posicionamento do centro empurra os da periferia, não permitindo sua ascensão. Também apresento a Hegemonia Intradiscursiva entre Campos – isto é, quando há embates de posicionamentos de centro de campos diferentes. Essas lutas hegemônicas nos possibilitam entender como alguns discursos ganham tanta força dentro de seus campos como fora deles (VASCONCELLOS, 2015a, p. 57).

Com base nessas questões hegemônicas, a manipulação torna-se evidente porque é possível apagar os discursos que não são interessantes para os discursos que estão no centro do campo discursivo, perpetuando apenas aqueles que são pertinentes a um determinado objetivo. Com isso, não podemos deixar de expor as etapas de produção, circulação e consumo

(FAIRCLOUGH, 2001), já que a hegemonia e a manipulação interferem diretamente nessas três etapas; principalmente na circulação, em que é a engrenagem do poder social.

Análise do *corpus*

A análise consistirá em três etapas a fim de que os conceitos teóricos discutidos sejam aplicados ao *corpus*. A primeira etapa consistirá na discussão acerca do *topos* do discurso e suas cenas de enunciação; a segunda discutirá as noções de produção, circulação e consumo, bem como a manipulação e a hegemonia; e, por fim, os efeitos de sentido do artigo por meio do *ethos* do articulista.

Topos do discurso

Nosso objetivo é demonstrar a tensão que há na validação do discurso de Marcelo Coelho (2021) como um artigo crítico ou um artigo-denúncia. Essa tensão ocorre principalmente por conta do fenômeno concebido como hipergênero (MAIGUENEAU, 2007b). Com efeito, assim como a carta (que pode desdobrar-se em subgêneros: amor, cobrança, convite, denúncia, social etc.), o artigo de opinião também pode apresentar outras sequências textuais e outros gêneros incutidos na enunciação. Embora seja o mesmo tipo de discurso (cena englobante), é possível perceber a crítica que é feita pelo articulista, por meio de seus argumentos; contudo, imbricado pode haver outro gênero nesse artigo de opinião.

Desse modo, a validação de um discurso, como o jornalístico, é consagrada por meio do consenso entre aqueles que detêm o poder de julgar, nesse campo discursivo. Cada gênero de discurso apresenta configurações próprias, semântica global, arquivo e memória discursiva; que o tornam reconhecidos no espaço discursivo.

Segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC - maio de 2020), a Folha de São Paulo é o jornal de maior circulação no Brasil (em 2019). Como suporte informativo (hipergênero), os gêneros que são publicados em seu interior são, em sua maioria, da função referencial – cartas do leitor, editorial, crônicas argumentativas, reportagens, notícias, artigos de opinião etc. Entretanto, também há gêneros de função conativa – anúncios publicitários, função poética – tirinhas, por exemplo.

Essa miríade de gêneros que compõe o hipergênero jornal torna complexa a validação de um gênero discursivo. Devido a isso, a tensão constrói-se. Considerando a estrutura composicional do artigo de opinião e os recursos linguísticos argumentativos, poder-se-ia validá-lo, superficialmente, como um artigo crítico, dentro da função referencial.

Quanto à tensão crítica-denúncia, o viés sociopolítico é presente, porque todo gênero publicado é aprovado por seu corpo de editores. A liberdade do articulista existe até que não se contraponha aos interesses do jornal. Ao analisar o gênero de discurso, precisamos considerar o lugar social, posicionamento no campo, dispositivos de enunciação e enunciador. O lugar social é o jornal mais lido no Brasil, adotando um posicionamento político de centro-direita. Os dispositivos enunciativos possibilitam a enunciação do discurso de Coelho (2021). Como jornalista, escritor e de posição centro-esquerda (percebidas por discursos em outros textos e suportes), o discurso analisado está submetido a uma delicada e invisível coerção política. A Folha de São Paulo preza pela liberdade de opinião de seus colunistas; contudo, levantar o racismo em 2021 é discutir um assunto desprezado pelo Planalto Central.

Acenografia (MAINGUENEAU, 2012; 2013) consiste na apresentação do texto, do modelo utilizado para circular, isto é, a sua roupagem. Em se tratando de cenas da enunciação, a cenografia nem sempre converge com a cena genérica (gênero do discurso). Uma denúncia pode ser revestida com várias roupagens: poemas, música, charge, tirinha, crônica, artigo etc.

Por considerar que a Folha de São Paulo seja o veículo de comunicação mais apropriado para um texto crítico, acreditamos que a tensão entre o

artigo de opinião e uma denúncia passe primeiramente pela questão do campo discursivo como instituições políticas. O campo jornalístico é composto por textos de circulação de massa, com textos, em sua maioria, na função referencial. A coluna de Marcelo de Coelho é composta por artigos de opinião.

A cenografia apresenta também um artigo de opinião, roupagem adequada para a coluna. Todavia, lendo-se o artigo minuciosamente, é possível perceber a repetição do seguinte trecho: “Não é o caso de censurar seus livros infantis, mas também não há escândalo em adaptá-los”. O trecho aparece em destaque logo abaixo do título, e, antes do fim do texto, surge como uma reflexão final do articulista.

Há o uso da figura “Lilotes”, em que Marcelo Coelho (2021) afirma o contrário do que deseja. A ênfase é que a adaptação seja feita o quanto antes, com a finalidade dos originais não serem mais distribuídos; portanto, a censura sobre a obra de Monteiro Lobato (com seu racismo) é o desejo do autor.

Logo, como resultado de análise, por meio das categorias apresentadas, consideramos o artigo de Coelho (2021) como um texto com cenografia de artigo de opinião, mas com o gênero de discurso de uma denúncia à obra de Monteiro Lobato, sugerindo a sua adaptação.

Manipulação, produção, circulação, consumo e hegemonia

Para tratar desses cinco conceitos – que estão intrinsecamente interligados –, faz-se necessária a dimensão social do discurso de Marcelo Coelho (2021). Enxergo uma dupla manipulação no *corpus*. A Folha de São Paulo detém o poder institucional de autorizar os discursos que circulam no hipergênero jornal (impresso e *online*), e, por isso, estabelece os limites dessa enunciação; essa é a primeira manipulação. Coelho (2021), para publicar suas ideias e opiniões de maneira mais genuína, deve adequar sua linguagem de forma a evitar sua censura; essa é a segunda manipulação

da linguagem no discurso. Desse modo, a manipulação pode ocorrer em três sentidos diferentes.

O primeiro caso é quando as duas instituições enunciativas estão em igualdade de poder, isto é, um não possui poder sobre o outro. O segundo caso ocorre quando uma instituição é mais poderosa do que a outra; nem sempre é só imposição, a verdadeira manipulação ocorre quando o mais poderoso consegue convencer o menos poderoso sobre o que ele pode e deve dizer. O terceiro caso ocorre quando o menos poderoso não aceita a imposição e burla a censura discursiva imposta, produzindo um texto-discurso de resistência de maneira codificada, vencendo a censura.

A relação de produção, circulação e consumo passa pelo crivo da manipulação também. As relações de poder estabelecem quem pode dizer, o que pode dizer e quando pode dizer. Marcelo Coelho, antes de ter a permissão da Folha de São Paulo, é uma figura pública. Esse reconhecimento valida o articulista como um enunciador possível do jornal. A circulação é garantida, já o consumo é o termômetro que o jornal estabelece para manter o colunista. Há interesses de todos os lados: da Folha de São Paulo que quer manter-se como o jornal mais lido, buscando manter seu padrão de qualidade, contratando colunistas originais que se identificam com seu público; os colunistas precisam produzir textos-discursos que estejam alinhados com o jornal e com seu público, para que sejam bem recebidos e mantenham sua coluna ativa; os leitores querem ler colunistas que agreguem e não vão contra suas ideologias. Desse modo, há uma rede complexa de interesses e de manipulação discursiva.

Podemos exemplificar com o teor dos discursos da própria Folha de São Paulo até o início do governo de Bolsonaro. Havia um consenso “editorial” em defesa de “novos ares”. Após decisões equivocadas tomadas pelo Governo Federal, muitos meios de comunicação, inclusive a Folha de São Paulo, passaram a adotar uma ofensiva contra o atual presidente.

A hegemonia interdiscursiva e a intradiscursiva podem ser exemplificadas no discurso de Marcelo Coelho (2021) ao considerarmos que é uma crítica ao racismo (que é crime desde 1989, no Brasil). Dessa forma, a hegemonia interdiscursiva, que ocorre dentro do campo, por diversos fatores político-sociais, ocorre quando o discurso é fortalecido por

meio do aparato legal, tornando-o assim, pelo menos na teoria, irrefutável na sua argumentação. O discurso está amparado discursivamente e os dispositivos enunciativos tornam-no relevante no seu campo (jornalístico); sejam eles exemplos literários ou do próprio autor Monteiro Lobato; além da posição de jornalista, escritor e professor aposentado de jornalismo, do articulista.

A hegemonia intradiscursiva, entre campos, poderia surgir caso houvesse questionamentos de campos como o literário², pois poder-se-ia sugerir que foi uma questão contextual. A lei que criminaliza o racismo só surgiu em 1989, bem depois dos escritos de Lobato. Entretanto, mesmo não sendo lei, o tratamento diferenciado, o preconceito, a violência física e/ou simbólica e o desprezo por negros ocorre na obra de Monteiro Lobato. Com efeito, esse discurso jornalístico ganha força mesmo em relação a outros discursos fora de seu campo, sejam eles literários ou sociais que defendam a obra de Monteiro Lobato como isenta de teor racista.

***Ethos* e efeitos de sentido**

Para a categoria *ethos*, utilizaremos o conceito de Maingueneau (2012; 2013); logo, o *ethos* discursivo de Marcelo Coelho (2021) será analisado, bem como os efeitos de sentido. Recortamos excertos do *corpus* para facilitar a explicação do movimento de análise.

Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante.

O *ethos* do enunciador revela o incômodo de tratar do assunto Racismo em Monteiro Lobato. O termo “*chato*” pode referir-se à importância do autor literário para diversas gerações que cresceram lendo seus livros infantis. O que é revelado logo em seguida no artigo, pois a empatia do articulista com os apreciadores de Lobato é explícita:

² O autor recebeu críticas de leitores sobre a sua posição. Respondeu-as em outros artigos (dias 16/02/2021 e 18/02/2021). Seu texto apresentou as questões necessárias para não ser desqualificado, portanto, as defesas foram só formalidade, uma vez que o racismo citado é inegável.

No livro, o narrador da história começa falando mal dos Estados Unidos, mas muda de opinião quando ouve de Jane, a bela filha de um cientista, o seguinte argumento: “Que é a América, senão a feliz zona que desde o início atraiu os elementos eugênicos das melhores raças europeias?”.

No Brasil, graças à mestiçagem, “dentro de cem ou 200 anos terá desaparecido o nosso negro”.

Ao contrário de Ayrton, Jane não acha “felicíssima” essa saída; na verdade, “estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter.

O livro em questão é *O Presidente Negro* (LOBATO, 1926), um livro para adultos. Coelho (2021) seleciona as falas das personagens a fim de justificar seu posicionamento acerca do racismo de Lobato. Expressões como “*elementos eugênicos das melhores raças europeias*”; “*terá desaparecido o nosso negro*”; “*O branco sofreu a inevitável piora de caráter*” constituem os diálogos das personagens. E são falas que podem sugerir o ódio e o desprezo pelos negros.

O leitor recebe essas falas fortes e tende a concordar com o articulista, que, em vez de ficar acusando o autor literário, apresenta as provas.

Durante a época colonial, diz Lobato, os portugueses “despejavam” no Brasil tudo quanto fosse “elemento antissocial” do reino. “E como o escravo indígena emperrasse no eito”, continua o autor, “para aqui foi canalizada de África uma pretalhada inextinguível”.

O articulista traz um artigo de crítica de arte, publicado nas *Ideias de Jeca Tatu* (LOBATO, 1919), em que Lobato usa os termos “*uma pretalhada inextinguível*”. Por mais que o discurso original seja de Monteiro Lobato, Marcelo Coelho (2021) o reproduz aqui novamente, escolhido de forma cuidadosa, a fim de validar seu discurso; isto é, convencer o leitor de que a denúncia é verdadeira e deve ser feita a revisão dos textos.

Basta? Tem mais. Numa carta de 1928, Lobato diz que “um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro em seu lugar, [...] porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva”.

Mais um argumento de Marcelo Coelho sobre o racismo de Monteiro Lobato. Nesse caso, a acusação não recai sobre a sua obra, mas sobre a sua conduta; reforçando o título do artigo, em que acusa o escritor literário de ser um racista delirante. O *ethos* investigativo e de forte argumentação constrói-se por meio da seleção de trechos literários, críticas de arte e pessoais do autor de Taubaté.

Mas não dá para ignorar, desculpar e fingir que não existe racismo em Monteiro Lobato.

Finaliza a argumentação afirmando que, após todos esses argumentos, não seria possível ter defesa plausível ao autor do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Antes de finalizar o artigo, há o trecho sobre a não censura, mas a adaptação.

De qualquer forma, o *ethos* discursivo apresenta-se atacando e julgando Monteiro Lobato. Reforçamos aqui que a intenção não é expor o articulista, mas seu *ethos* nesse artigo (COELHO, 2021). A voz enunciativa acusa, julga e condena Lobato. O teor da acusação passa pela obra e chega até a pessoa física. O título do artigo já nos revela que o alvo seria o autor, e não necessariamente, a obra.

Podemos pensar que a voz que enuncia o artigo procura acusar o autor e demonstrar também na obra os traços racistas, a fim de diminuir as possibilidades de defesa a esse ataque. A finalidade de tal argumentação é revelada logo no início e reafirmada no fim do artigo.

Não é o caso de censurar seus livros infantis. Mas também não há escândalo em adaptá-los.

O uso de “lilotes” é uma forma de amenizar a real intenção. O desejo de censura é real, mas negando-se aquilo que se deseja; entretanto, é dito. O enunciado é explícito. É uma estratégia discursiva negar o que se deseja, a fim de sugerir para o coenunciador aquilo que deseja.

Considerações finais

Análises como essa trazem à baila reflexões acerca dos discursos que circulam na sociedade brasileira. Mesmo sendo um artigo de opinião (COELHO, 2021), há uma rede complexa de discursos que se chocam. O viés social proporciona o jogo de interesses dos mais poderosos e dos que buscam o poder.

O *topos* discursivo e as cenas da enunciação levantaram a discussão acerca do gênero do discurso e do seu campo discursivo, considerando as relações de poder para sua validação. Os elementos necessários para que um texto seja classificado como um discurso de denúncia, ou apenas um artigo de opinião, vão muito além do estrutural, como bem mostrou a análise feita aqui.

A manipulação abrangeu questões ligadas às relações de poder entre as instituições discursivas (Folha de São Paulo, Marcelo Coelho e Leitores). A linguagem apresenta essa questão de manipulação para ser validada. No caso do jornal, a tríade alimenta-se mutuamente, porque o jornal precisa regular o que é publicado para que não perca sua identidade; todavia, os leitores também regulam as tendências de publicação, pressionando o colunista dos dois lados. Insisto que há manipulação por parte do colunista quando ele precisa da validação da Folha e da aceitação do público. Dessa maneira, seu discurso deve se adequar aos parâmetros exigidos; portanto, há manipulação do colunista no discurso para que sua ideia seja aprovada e aceita.

Ao apresentar a ideia de a circulação ser a engrenagem da propaganda de um discurso, apresentamos a questão do poder, pois é ele que autoriza a circulação – mais ou menos restrita. A publicação na Folha de São Paulo atinge muito mais leitores do que a publicação em um jornal do bairro. Em 2021, há muitos *blogs* na internet, alguns com acesso diário de milhares de pessoas enquanto outros não recebem isso em toda sua existência. A diferença é a divulgação desses *blogs* e o interesse que despertam nos leitores. Quanto maior a possibilidade de atingir mais público, maior é o

retorno. Essa projeção só é possível por meio do poder – seja financeiro ou de influência social.

Ao abordar as hegemonias intradiscursivas e interdiscursivas, pretendemos ilustrar outro regulador das dimensões do discurso. Claro que essa hegemonia esbarra nas questões de poder, mas, quando segmentado, podemos observar que há mais relações do que a política e a financeira; constatamos que a dimensão discursiva também se faz presente nessa regulação.

Estudos como este trazem reflexões sobre os discursos e o quão subjugados a eles todas as pessoas estão. Afirmamos que estudar Análise do Discurso por meio da reflexão social é uma forma de diminuir a alienação e aumentar a consciência das pessoas sobre seu consumo discursivo, tornando-as mais autoconhecedoras. É importante o aperfeiçoamento da Análise do Discurso para a realidade brasileira: importar categorias europeias facilita o trabalho desde que ajustadas às condições sócio-históricas de produção. É necessário desenvolvermos novas categorias e ajustarmos outras para uma análise mais satisfatória da nossa realidade (VASCONCELLOS, 2014, 2015a, 2015b), tornando, assim, a Análise do Discurso mais didática a fim de possibilitar seu conhecimento aos estudantes do Brasil.

Referências

COELHO, M. **Noturno**. São Paulo: Editora Iluminura, 1992.

COELHO, M. **Jantando com Melvin**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

COELHO, M. Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante. **Folha de São Paulo**. Colunas. 19 de jan. de 2021. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2021/01/pode-ser-chato-saber-disso-mas-monteiro-lobato-era-de-um-racismo-delirante.shtml> > Acesso em 25 de mar. de 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. zabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LOBATO, M. **Ideias de Jeca Tatu**. São Paulo: Editora Globo, 1919.

LOBATO, M. **O presidente negro**. São Paulo: Editora Globo, 1926.

- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. Marcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, D. Análise do Discurso e suas fronteiras. **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan/jun. 2007a.
- MAINGUENEAU, D. **Dozes conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2007b.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- VAN DIJK. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012.
- VASCONCELLOS, V. H. S. Ethos por meio dos interdiscursos na crônica de Carpinejar. *In: V Colóquio da ALED Brasil (Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso)*, São Carlos, 2014.
- VASCONCELLOS, V. H. S. **Ensaio sobre o discurso amoroso**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2015a.
- VASCONCELLOS, V. H. S. Reversibilidade e Legitimidade Discursivas na Crônica ‘Difícil Prova de Amor’, de Ignácio de Loyola Brandão. **VERBUM - Cadernos de Pós Graduação**, São Paulo, v. 7, p. 71-85, 2015b.

Preconceito, intolerância e discriminação: os sentidos das palavras em polêmica

Lucas Nascimento¹

Considerações iniciais

O funcionamento da realidade social depende de como ela é compreendida; e a maneira como ela é compreendida depende de como ela é descrita, de modo que a realidade social é, inescapavelmente, maleável ao uso da linguagem. Exatamente por isso, muitos conflitos políticos contemporâneos se dão na arena de certas palavras com as quais se luta seja pela representação e reconhecimento públicos seja pela manutenção de certo estado de coisas. É assim que há uma disputada discursiva entre reformistas e tradicionalistas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal do Brasil, em torno dos sentidos de lexemas² como preconceito, intolerância, discriminação e homofobia.

Se “não existe escolha neutra” no âmbito da linguagem, como nos ensinam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 169), cada sujeito busca não apenas escolher as palavras que mais convêm à sua causa, mas também

1 Professor Assistente de Linguística e Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana. Coordenador da área de Linguística (UEFS). Doutor em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA) e Mestre em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB). E-mail: lnsilva2@uefs.br

2 O uso da etiqueta lexema se dá no entendimento de que ela é “a palavra repertoriada no léxico da língua (provida de uma significação, de uma referência virtual)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 301-302). Já ao se utilizar o termo vocábulo se dá a partir da compreensão de que ele se apresenta como “a palavra que funciona em um discurso (e provida, por consequência, de um sentido preciso, de uma referência atual” (*ibid.*), estando por assim dizer mais próximo do sentido de “palavra”.

os sentidos que melhor expressem sua forma de ver o mundo. Assim, as tentativas de mudanças sociais vêm com novas valorações semânticas para orientar certa forma de ver a realidade. É possível, portanto, utilizar as mesmas palavras lhes dando tons valorativos e semânticos divergentes, cujos conflitos ideológicos e políticos podem ser vistos na arena dessas mesmas palavras. O que chamei de microato polêmico (NASCIMENTO, 2018a, 2020).

No espaço interno da palavra é possível ver como dois ou mais discursos buscam constitui-la no jogo pela manutenção ou pela tomada da hegemonia discursiva. Nesse caso, o processo de efeito de sentido se dá por uma questão de posicionamento valorativo no âmbito de um evento polêmico, cujos sentidos se refletem e se refratam nos *microatos polêmicos*. Ou seja, um *microato polêmico* pode ser uma palavra, ou expressão valorada, ou energizada por uma polêmica, cujo sentido assumido depende da posição do sujeito nos campos discursivos em disputa num dado lado de uma polêmica.

Analiso aqui como se dão as disputas argumentativas pelos sentidos das palavras “preconceito”, “intolerância” e “discriminação” em duas audiências públicas em torno da discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC 122), em 2007 e em 2011, que visava criminalizar a violência contra os LGBTs. Para tanto, mobilizo a noção de microato polêmico desenvolvida sob a perspectiva de uma análise dialógica da argumentação (NASCIMENTO, 2018a).

Preconceito, intolerância e discriminação fazem parte de uma mesma família semântica para ambos os grupos em polêmica. Todavia, cada grupo apreende de maneira diferente os sentidos, acusando-se mutuamente a respeito de quem está sendo preconceituoso e intolerante. Para compreender esses microatos polêmicos, primeiro, analiso a palavra “preconceito”, depois “intolerância” e, por último, “discriminação”. Mas antes, farei um breve percurso para entender a noção de microato polêmico.

Microato polêmico e sentido

Para se compreender o que significa o *microato polêmico*, é necessário lançar um olhar para a arquitetura da qual a noção faz parte. A partir de um diálogo entre o dialogismo polêmico de Bakhtin (2013) e a filosofia de Max Scheler³ (1942; 2001; 2008), propus a hipótese geral de que a polêmica é um desacordo profundo motivado por um ódio aos valores do outro, cujas características específicas se delineiam no processo argumentativo concreto (NASCIMENTO, 2018a; 2019).

Ao buscar analisar a polêmica entre defensores do Projeto de Lei, número 122, de 2006, o projeto anti-homofobia, no Senado Federal do Brasil, busquei metodologicamente compreender como essa relação de amor e ódio se manifesta discursiva e argumentativamente entre os grupos em disputa. Daí, então, surgiu a necessidade de uma segunda hipótese, a de que há um *evento polêmico* acontecendo em uma região do espaço público político brasileiro. Defini o *evento polêmico* como “o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso em um dado *cronotopo*” (NASCIMENTO, 2018a, p. 204) ou espaço discursivo.

Chamei esse “evento polêmico de religiosoafetivo”, justo porque os valores em conflito emanam tanto do campo religioso cristão quanto do campo afetivossexual. Este diz respeito a uma região do campo afetivo, que chamei de afetivossexual reformista, uma vez que defende a igualdade sexual e de gênero na perspectiva do movimento LGBT e à luz das teorias *queer*. Aquele diz respeito ao campo religioso cristão tradicional, sobretudo aos evangélicos, cujos valores defendidos apontam para uma visão tradicional de sexualidade fundada numa moral religiosa cristã dominante na sociedade brasileira.

A relação concreta entre esses dois campos se dá, sobremaneira, nos debates em torno do PL122, em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos do Senado (BRASIL, 2007, 2011). No acontecer do evento polêmico, coloca-se em materialidade *atos polêmicos*, a

³ Em sua perspectiva filosófica, Bakhtin teve uma grande influência de Scheler.

terceira hipótese proposta, os quais defini como os argumentos e os posicionamentos, imantados discursivamente pelo evento polêmico, e, no caso específico, mobilizados na fala dos debatedores nas audiências públicas (NASCIMENTO, 2018a). Esses atos ganham sentido à luz do evento entre os campos, portanto são analisados tanto pela interpelação discursiva do campo como pela oposição intercampo. E são justamente os atos polêmicos que ajudam a verificar o acontecer do evento polêmico, numa relação interpenetrante de sentidos construídos em que o evento gera atos e atos constituem discursivamente o evento.

Nesse processo discursivo, é o sujeito argumentante o responsável por colocar em ato certos conteúdos e produtos discursivos, de modo que seus enunciados são melhor compreendidos à vista dessa arquitetura. Com isso, há ainda um nível mais diminuto de análise, que é o *microato polêmico*, o qual pode ser uma palavra, ou expressão valorada, ou energizada por uma polêmica, cujo sentido assumido depende da posição do sujeito nos campos discursivos em disputa num dado evento polêmico (NASCIMENTO, 2018a; 2020). Como explica Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*:

Na polêmica velada o discurso do outro é repellido e essa repelência não é menos relevante que o próprio objeto que se discute e determina o discurso do autor. Isso muda radicalmente a semântica da palavra: ao lado do sentido concreto surge um segundo sentido – a orientação centrada no discurso do outro (BAKHTIN, 2013, p. 224).

Tendo isso em vista, vê-se que, no uso de certas palavras numa polêmica, há mais de um discurso, mais de uma voz em disputa pelo sentido. Ora, pode-se falar do que Bakhtin (2013, p. 211) chamou de “microdiálogo”, em que duas vozes se chocam no íntimo de uma mesma palavra. É esse microdiálogo, imantado por um evento polêmico, que chamo de *microato polêmico*. E vale dizer que, por menos consciente que seja, como assegura Ruth Amossy (2010, p. 138), “uma palavra nunca é desprovida de peso argumentativo”⁴.

4 Tradução livre do autor. Texto original: “un mot n’est jamais dénuée de poids argumentatif”.

Nessa perspectiva, a palavra “homofobia”, mobilizada pelos sujeitos em torno do projeto de lei anti-homofobia, é um *microato polêmico*. E assim como homofobia, os lexemas preconceito, discriminação e intolerância significam diferentemente para sujeitos posicionados em campos diferentes, ou seja, nos campos afetivossexual reformista e cristão tradicionalista em disputa no espaço público.

Essa visada dialógica compreende, portanto, que cada palavra, em seu uso concreto, tem suas redes de sentidos possíveis, dentro de uma região discursiva (NASCIMENTO, 2018a; 2020), cuja atualização se dá via memória discursiva. Ou, como diria nosso filósofo russo, a vida da palavra “está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou” (BAKHTIN, 2013, p. 232).

Preconceito, discriminação e intolerância

Muito embora, tome-se, tantas vezes, as palavras preconceito e intolerância como sinônimas, como em alguns pronunciamentos em estudo, no entanto, essa apreensão não resiste a uma análise mais atenta. Desse modo, pode-se dizer que o preconceito está no âmbito do sentimento, do valor, da ideia e da opinião prévia ao ato fônico que pode levar o indivíduo à discriminação ou à intolerância, a qual diz respeito, segundo Marli Leite (2008, p. 20), “à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações”. Com isso, o elemento semântico distintivo da intolerância é o comportamento enquanto reação explícita a um sentimento, valor, imagem ou ideia do outro. Nesse sentido, a intolerância “não constitui simplesmente uma discordância tácita. Um preconceito, ao contrário, pode existir sem jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica” (LEITE, 2008, p. 20), porque ele é velado. Discorrerei, primeiro, sobre o preconceito.

Preconceito favorável e desfavorável

Ambos os grupos em polêmica são contra o preconceito, mas o que é preconceito para um, não é para o outro. Por exemplo, um deputado diz:

[1a] Em nome de Jesus, nenhuma forma de preconceito, nenhuma forma de discriminação (BRASIL. CDH, 2007, p. 47).

Alguém pode pensar que o enunciado vai em favor do PL122 já que ele visa combater o “preconceito”, no entanto, no período seguinte, o deputado o Deputado Henrique Afonso:

[1b] Somos contra esse projeto, pedimos a sua rejeição, mas queremos que tenhamos lei severa para criminalizar o preconceito em toda as suas formas de existir na sociedade (BRASIL. CDH, 2007, p. 47).

E aqui vê-se que “criminalizar o preconceito em toda as suas formas...”, refere-se também ao preconceito aos cristãos que o próprio projeto engendraria.

Quanto ao ato preconceituoso que todos se dizem contrários, uma questão importante se impõe: seria possível o homem viver sem o preconceito? Hannah Arendt responde que não:

O homem não pode viver sem preconceitos e não simplesmente porque ser humano algum teria inteligência e percepção suficientes para formar juízos originais sobre todas as questões que lhe são submetidas no transcurso de sua vida, mas também porque essa absoluta ausência de preconceito exigiria uma vigilância sobre-humana (ARENDR, 2013, p. 151-152).

O discurso moderno de eliminação de todo e qualquer preconceito funda-se, em sentido amplo, em René Descartes, cuja vocação é racionalista em que o homem viveria à luz do completo esclarecimento da razão. Luta-se, então, contra o preconceito porque, como define Voltaire em seu *Dicionário*

Filosófico, “o preconceito é uma opinião sem julgamento” (2017[1764], p. 401). Portanto, numa acepção racionalista, nenhuma decisão é dignificada sem passar, individualmente, pela faculdade de julgar, pelo raciocínio pessoal, o que nas palavras de Kant (2005), em seu pequeno e poderoso ensaio *O que é o esclarecimento*, está apontando para a necessidade de o homem viver na “maioridade”, cujas decisões são autônomas e racionais.

Nesse sentido, agir com preconceito é agir irracionalmente, guiado pelo que é assimilado culturalmente, pelos hábitos ensinados pelos pais ou pela tradição em detrimento de uma decisão racional própria ao sujeito esclarecido. Além desses, uma das fontes do discurso do “preconceito contra o preconceito” está, sobretudo, nos escritos do grande utilitarista John Stuart Mil, em *sobre a liberdade*, publicado em 1851, cujo argumento versa sobre as escolhas racionais próprias a prevalecerem sobre os costumes.

No entanto, para Voltaire, há “ótimos preconceitos: são os que o julgamento ratifica quando se raciocina” (VOLTAIRE, 2017[1764], p. 401), por exemplo, quando se ensina a criança a respeitar e amar pai e mãe, ou mesmo, considerar como crime o roubo. Para o filósofo enciclopedista e ensaísta francês, haveria “preconceitos universais, necessários, e que representam a própria virtude” (VOLTAIRE, 2017[1764], p. 401).

Nesse prisma, pode-se falar de bom preconceito e mau preconceito; embora, quase sempre, toma-se, metonimicamente, o sentido negativo a vincular-se à palavra preconceito. Com isso, entra em questão o que se define como bom ou mau. Aqui, está-se diante de acordos a respeito do que se considera preconceito numa determinada perspectiva, por isso é importante oferecer uma visada discursivo-argumentativa para a questão. Sendo assim, julgo razoável considerar que o mau preconceito seria aquele que não haveria justificativa razoável ao se pôr a pensar, já o bom preconceito seria aquele que se teria justificativa razoável. Por exemplo, para o religioso, considerar a prática homossexual como pecado não é preconceito porque é uma verdade transcendente a respeito de um ato humano, cujo fiador é o próprio Criador dando a saber seu propósito pelas Escrituras e pela lei natural, como veicula o Reverendo Guilhermino Cunha:

[1c] Afirmamos de todo coração que não temos qualquer homofobia e sim respeito à vida, às leis naturais e às leis bíblicas, ou seja, estamos do lado da teofilia (BRASIL. CDH, 2007, p. 25).

De base dessa justificativa, nega-se, portanto, o ato de preconceito por parte dos cristãos, como assegura veementemente o Deputado Neilton Mulim:

[2] O que existe na verdade é por um lado o entendimento de que existe por parte do cristão, digamos assim, um preconceito ao homossexual. Isso é absolutamente absurdo, não existe nenhum preconceito (BRASIL. CDH, 2007, p. 52).

O cristão não compreende isso como preconceito, contudo como ‘conceito’ mesmo, qual seja, pecado.

Em lado oposto, para o espírito afetivossexual, o ato de associar pecado à homossexualidade é um preconceito porque a justificativa religiosa não é válida à luz dos conhecimentos progressistas atuais, cuja interpretação é um equívoco que gera e faz perpetuar atos preconceituosos ou homofóbicos. Neste ponto, Evandro Pizza diz:

[3] Então as interpretações sobre a relação da divindade com o mundo, que são feitas às vezes pelos homens, esbarram, na verdade, na perpetuação do preconceito (BRASIL. CDH, 2007, p. 29).

Para o religioso tradicionalista, tal forma de ver, encarnada no discurso de Evandro Pizza, é um ato preconceituoso e induz o preconceito aos cristãos, porque passariam a ser vistos como preconceituosos e sofreriam sanções da própria lei se aprovada. Dessa forma, como argumenta o Deputado Henrique Afonso:

[4] Hoje, na verdade, o que nós estamos aposentados é a rejeição desse projeto, onde se estabeleça e defendemos o projeto que garanta a criminalização do preconceito e não o cerceamento da liberdade de expressão, de pensamento (BRASIL. CDH, 2007, p. 46).

Ou seja, nesse sentido, cercear a liberdade de expressão seria resultado do preconceito aos cristãos.

Assim, de ambos os lados, toma-se o termo preconceito sempre no sentido negativo, como ato que não se justifica razoavelmente, de maneira que preconceituoso é o outro. Portanto, nesse microato polêmico, não há acordo sobre o que é uma justificativa razoável, pondo em conflito percepções divergentes da realidade. Porém, como os lados podem alegar que ao ser contra o preconceito, na verdade, o outro age com preconceito?

Ora, a noção de preconceito, na perspectiva do *Tratado*, é uma técnica de refreamento, de maneira que “interpreta-se e julga-se o ato em função do agente, fornecendo este o contexto que permite compreender melhor aquele” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 358). Nesse sentido, o preconceito ou a prevenção é o que mantém uma adequação entre ato e pessoa.

O preconceito pode cegar o observador para o valor do ato da pessoa, que seria uma transferência para o ato os valores advindos do agente. E aqui, de acordo com o *Tratado*, existe o *preconceito favorável* - em que mesmo quando a pessoa pratica atos ruins seu prestígio os supera - e o *preconceito desfavorável* - quando a imagem negativa que se tem da pessoa não é mudada mesmo que seus atos sejam positivos. De todo modo, “abster-se do preconceito seria operar uma ruptura salutar entre o ato e a pessoa” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 358).

Nessa perspectiva, o preconceito ao homossexual diz respeito à interação entre seu ato homossexual que interage sobre sua pessoa. Se esse ato é considerado pecado (mal metafísico) ter-se-á uma pessoa pecadora, cuja imagem é negativa incidindo sobre os seus atos, porque haveria uma interação (preconceito) entre a pessoa e seus atos.

Por outro lado, há um discurso religioso que opera uma ruptura entre a orientação homossexual, fruto complexo da natureza humana caída no pecado original a que todo humano estaria sujeito, e a prática homossexual (ato homossexual), o que configuraria pecado. Nesse caso, tenta-se separar a pessoa de seu ato, valorizando a primeira e diminuindo a importância desse último. O argumentante Paulo Leão assim coloca:

[5] Então me parece que é da tradição da nação brasileira, *data maxima venia*, tanto não aceitar como normal a prática homossexual - e me parece natural e democrático que isso possa ser expressado sempre respeitando-se a pessoa do homossexual, sempre (BRASIL. CDH, 2007, p. 17).

Há um discurso cristão que vai nesse sentido de [5], o qual argumenta que a orientação homossexual em si não é pecado, como defende o filósofo e apologista cristão William Lane Craig⁵ (2010), mas sua prática o seria, como o é a prática sexual antes do casamento. Separa-se o ato pecaminoso do pecador, a partir disso tem-se base valorativa comum a seguinte frase “odeia-se o pecado, mas ama o pecador”, o que o espírito afetivossexual não aceita, cuja reação é:

[6] Declare guerra a quem finge que te ama⁶.

Uma vez que seria impossível amar a pessoa, cuja identidade é construída ao redor de seus atos afetivossexuais. Isso porque o discurso da igualdade baseado na dignidade da pessoa humana sacraliza a pessoa, apesar de seus atos. No entanto, o discurso identitário da igualdade sacraliza os atos da pessoa, condição da identidade do sujeito.

A nova lei, à vista dos religiosos, criaria um preconceito favorável ao homossexual e desfavorável a quem discorda da prática homossexual, de maneira que todo ato estaria vinculado a uma pessoa protegida legalmente, assim, ao cometer algum ato delituoso poderia vincular à sua imagem identitária e recorrer à proteção da lei. Esse preconceito favorável é o que os religiosos tradicionalistas chamam de totalitário, uma vez que todo ato do homossexual seria desculpável por serem um grupo superior protegido pelas leis do Estado, criar-se-ia uma espécie de “preconceito de Estado”. Por

5 Craig argumenta: “A Bíblia, de fato, condena a prática homossexual? Agora observe como faço a pergunta. Não pergunto, “A Bíblia condena a tendência homossexual?”, mas sim “A Bíblia condena a *prática* homossexual?”. Essa é uma distinção importante. A tendência homossexual é um estado ou uma orientação; uma pessoa que tem uma orientação homossexual pode jamais vir a expressá-la na prática. Em contrapartida, uma pessoa pode praticar atos homossexuais mesmo tendo uma orientação heterossexual. O que a Bíblia condena é a prática, e não a orientação homossexual em si. Essa ideia de alguém ser homossexual por orientação é característica da psicologia moderna e pode ter sido desconhecida das pessoas no mundo antigo. O que elas conheciam eram as práticas sexuais, e é isso o que a Bíblia condena.” (CRAIG, 2010, p. 3, itálico do autor).

6 Esta é uma frase que alguém está segundo na sessão da audiência pública e que o Senador Sérgio Petecão reporta a ela (BRASIL. CDH, 2011, p. 59).

outro lado, os afetivossexuais veem que sofrem preconceito desfavorável movido pelo discurso cristão de pecado, de antinaturalidade e chancelado pela ‘tolerância’ do Estado pelo fato de se vincular uma imagem negativa ao homossexual, de modo que seus atos por mais que sejam bons são considerados negativos.

Em ambos os casos, os grupos se veem como vítimas de preconceito. Na visão de fundo de ambos os grupos, eles imaginam que existem justificativas razoáveis para seus “preconceitos” e discordam da acusação de que haveria preconceito negativo de sua parte. No seio desse microato polêmico há uma profunda divergência de formas de ver a realidade e não uma simples diferença de significado da palavra preconceito.

Intolerância à intolerância

Diferente do preconceito, a intolerância emerge de certo juízo de valor e se manifesta discursivamente. Nos pronunciamentos dos argumentantes nas duas audiências públicas, há um microato polêmico no seio do lexema intolerância, porque um grupo vê o outro como intolerante, o que é de se esperar já que veem-se, mutuamente, como preconceituosos. Mas quais sentidos estão em polêmica na arena da intolerância?

O discurso clássico sobre a tolerância, formatado entre crenças religiosas e depois pela política, diz respeito ao fato de se tolerar, suportar o outro, mesmo que ele tenha ideias falsas, o que implica a divergência de verdades e teorias. É nesse sentido que argumenta John Locke quando escreve o *Ensaio do entendimento humano*, de 1690. Neste, o filósofo inglês argumenta que é dever do governo tolerar ideias e religiões diferentes, desde que não prejudique a sociedade. Nessa perspectiva, tem-se um sentido *minimalista* de tolerância, como escreve Dascal (1989, p. 218), “ser tolerante adquiriu o significado de estar disposto a aguentar aquilo que não nos parece correto ou aceitável, seja por um sentido de justiça, seja por não termos outro jeito”. Nesse caso, ser tolerante com a prática homossexual

seria não concordar com ela, contudo respeitá-la, ou seja, tolerá-la. No entanto, discorda-se desse sentido para falar de tolerância ao “diferente”.

Há um outro sentido para o termo tolerância, que é sua generalização para abarcar “o problema da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para os que são chamados geralmente de ‘diferentes’, como, por exemplo, os homossexuais, os loucos ou os deficientes” (BOBBIO, 1992, p. 86). Aqui, seu sentido está próximo do de preconceito, porque diz respeito ao se acolher opiniões de maneira acrítica que vêm pela tradição, costume ou autoridades, cujo termo para combater essa intolerância, segundo Bobbio (1992), é discriminação, seja racial, sexual, étnica etc.

Há, por assim dizer, o sentido de tolerância positiva, que é silenciosa e implica respeito e aceitação do outro, a qual se opõe à intolerância (religiosa, política, racial), ou melhor, à injusta exclusão do diferente. Já a tolerância negativa é silenciosa e não implica nem o respeito às ideias do outro nem sua aceitação, tolera as coisas como estão, o que está próximo da ideia de preconceito.

Pode-se dizer que existe, então, a *intolerância positiva*, que “é sinônimo de severidade, rigor, firmeza, qualidades todas que se incluem no âmbito das virtudes” (BOBBIO, 1992, p. 89). E haveria a *intolerância negativa*, que exclui indevidamente o diferente, é aberta, atingindo o outro agressivamente em sua integridade física, moral ou racial.

Há um discurso do liberalismo radical ou progressista que defende que se deve ser intolerante apenas com os intolerantes. Ou, como resume Bobbio (1992, p. 90): “a tolerância deve ser estendida a todos, salvo àqueles que negam o princípio da tolerância, ou, mais brevemente, todos devem ser tolerados, salvo os intolerantes”, o que deve ser visto com reservas⁷. Um representante radical dessa perspectiva seria Herbert Marcuse, de cuja ideia de “tolerância repressiva”⁸ Bobbio discorda, porque, no final, o representante de Frankfurt considera “tolerar apenas as idéias progressistas

7 Diz Bobbio: “Naturalmente, também esse critério de distinção – que, abstratamente, parece claríssimo – não é de fácil realização na prática, como parece à primeira vista, e não pode ser aceito sem reservas” (1992, p. 90).

8 Para Marcuse, a tolerância exercida nos Estados Unidos é repressiva porque as ideias da esquerda radical não são bem aceitas, enquanto as da direita reacionária seria admitidas e favorecidas (BOBBIO, 1992).

e rechaçar as reacionárias” (BOBBIO, 1992, p. 90), cujo critério seria: as ideias boas são as progressistas e as ideias más são as reacionárias.

Contrário a essa perspectiva do liberalismo radical, há uma atitude de tolerância mesmo com o intolerante, sobretudo, por uma questão prática, do liberalismo conservador. Isso porque, segundo Bobbio, não se faz um liberal o tratando com intolerância, reprimindo seu direito de expressar-se, porquanto, “responder ao intolerante com intolerância pode ser formalmente irreprochável, mas é certamente algo eticamente pobre e talvez também politicamente inoportuno” (BOBBIO, 1992, p. 91). Logo, há aí dois discursos em conflito, um que diz que ser tolerante com o intolerante é absurdo (liberalismo progressista); outro que diz que ser tolerante com o intolerante é algo ético e pragmático (liberalismo conservador). Porém, a questão é: em meio a constantes polêmicas em torno do sentido das mesmas palavras, o que seria uma intolerância?

No evento polêmico aqui analisado, todos são contra a intolerância, mas não se entendem. Por exemplo, para os afetivossexuais, os religiosos tradicionalistas exaltam a intolerância e o ódio ao homossexual. A Senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) argumenta nesse sentido:

[7] Alguém falou, muitos falaram, desculpa, sobre as leis de Deus. Eu faço aqui como a Senadora Ideli Salvatti. Também sou católica, mas nunca aprendi nas leis de Deus a intolerância ou a exaltação do ódio [palmas] (BRASIL. CDH, 2007, 30).

[8] ... porque as doutrinas religiosas têm um poder gigantesco de levar uma idéia à sociedade. Portanto, *se levam uma idéia de intolerância ou de ódio, essa idéia pode se espalhar*, e aí o que vai acontecer é que nós vamos viver numa sociedade cada vez pior, [...]. Eu acredito em Deus, com todo o meu coração, com toda a minha força, e na minha convicção, na minha Igreja, que é a Igreja Católica, eu repito que nunca ouvi e não gostaria de ouvir, porque isso me assusta, que a minha Igreja possa vir aqui para defender a intolerância. Acredito em Deus e acredito que a sua palavra seria de paz, de paz para todos (BRASIL. CDH, 2007, p. 32; grifos meus).

A partir dos enunciados da Senadora Patrícia, vê-se que para ela o posicionamento religioso tradicional a respeito da homossexualidade e a

manifestação contrária ao PLC 122 são geradores de mais violência, porque haveria ali “intolerância e exaltação do ódio” [7], o que precisa ser barrado.

Do outro lado da trincheira, os religiosos acusam de intolerância o movimento LGBT ao usar imagens do Papa. Nisso a acusação de que os religiosos espalham o ódio é rebatida com outra acusação de que quem está espalhando o ódio são os que os acusam, argumenta o Deputado Henrique Afonso:

[9] Eu estou aqui com o jornal onde está aqui uma manifestação de intolerância. Uma imagem do Papa João Paulo II - eu sou evangélico, não tenho nenhuma adoração ao Papa, adoro só o meu senhor Jesus - sendo queimado pelo movimento GLBT [palmas]. *Isso aqui é intolerância, isso aqui é espalhar o ódio* (BRASIL. CDH, 2007, p. 47; grifos meus).

Vê-se na fala do Deputado Afonso [9] uma polêmica aberta com o enunciado da senadora Patrícia Saboya [8], havendo, portanto, uma troca de acusação a respeito de quem é de fato intolerante.

Esses excertos são da primeira audiência pública. Na segunda audiência, praticamente todos que tomam a palavra falam de intolerância, sobretudo os aqueles antiplc122 que argumentam a respeito da necessidade de versarem sobre um projeto que realmente tratasse de intolerância, cuja versão do PLC 122/06 não contemplaria tal intento. Nessa audiência de 2011, o discurso de que os religiosos também de alguma forma estão sofrendo intolerância é reconhecido, sobretudo, na fala da relatora do Projeto, Marta Suplicy:

[10] Quero também dizer que o meu sentimento em relação ao respeito que todos devemos ter pela diversidade, pelo diferente, é o respeito que vale para os dois lados, vale o respeito aos símbolos de fé. Não se constrói uma sociedade com intolerância de nenhum lado (BRASIL. CDH, 2011, p. 46).

Nesse enunciado [10], vê-se que os antiplc122 conseguem mostrar que há intolerância por parte de grupos ligados à perspectiva do PLC 122. Com isso, batem firmes no ponto da intolerância como forma de ser contra o Projeto, ao mesmo tempo em que propõe outro PL. Assim, descrevendo

diferentes situações de intolerância, argumenta o Senador Magno Malta (BRASIL. CDH, 2011, p. 7-8):

[11a] Penso que o que o Brasil espera que nós versemos é sobre um texto que fale de intolerância. Ninguém tem direito de ser intolerante com ninguém. A ninguém é dado o direito de ser intolerante com alguém que nasceu estrábico, ou alguém que nasceu com a talidomida, com braços e pernas curtas, faltando dedos, ninguém tem direito de ser intolerante com alguém porque nasceu no Nordeste. Aliás, você vai ter até de fazer uma lei para proteger o nordestino, porque todo mundo que o “cara” acha que é cabeçudo, chama de Paraíba. “Vem cá, ceará”, é uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo. “Vem cá, ceará.” Todo mundo é cearense. Uma maneira de achar que está colocando uma parte do País subjugada a uma que se acha a elite pura, que é São Paulo. Pois bem, ninguém tem direito a isso, como ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual. Estou falando do alto da minha experiência. Ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual, como ninguém tem direito de ser intolerante... (*Palmas.*) ...com católico, com padre. (*Palmas.*)... Ninguém pode ir para a avenida e estampar uma faixa e dizer: “Se o Papa engravidasse, aborto era sacramento” (*Palmas.*)

[11b] E essa faixa estava na passeata do movimento *gay* em São Paulo. Mais ainda: ninguém tem o direito de ser intolerante com os símbolos de um centro de umbanda, de andomblé. Há de se respeitá-los. Olha, eu professo minha fé no segmento evangélico. Os símbolos de umbanda, tão respeitados por eles, eu não tenho o direito de ser intolerante com eles, como também ninguém tem o direito de levar para a avenida os santos que são sagrados, símbolos da Igreja Católica, como fez o movimento *gay*. Levou para sua passeata e colocou os santos em posição sensual. (*Palmas.*)

O Senador Malta enumera [11a] algumas intolerâncias recorrentes no país para argumentar contra o 122, porque este projeto fecharia os olhos para as demais intolerâncias privilegiando apenas o grupo homossexual, o qual, nas palavras do Senador, age com intolerância [11b]. Ele diz mais à frente:

[12] “Eu acho que agora é o momento de todos nós construirmos um texto que verse sobre intolerância, a muitas mãos” (BRASIL. CDH, 2011, p. 11).

Com isso ele quer dizer que o conteúdo do Projeto interessa apenas ao grupo ligado à perspectiva ideológica do movimento LGBT. Nessa mesma perspectiva, argumentando, como analisado em Nascimento (2018a), que os primeiros a sofrerem intolerância no Brasil foram os evangélicos, o Senador Crivella argumenta:

[13] “Que fizéssemos uma lei que pudesse unir todos contra a intolerância. [...] Nós queremos construir uma lei que não coloque brasileiros acima de outros brasileiros” (BRASIL. CDH, 2011, p. 21).

Sem entrar em muitos detalhes da discussão, o Senador Cristovam Buarque faz o discurso no qual tenta mediar a questão, [14b] apontando que se o projeto passa a impressão de que pode haver intolerância, então que ele seja aperfeiçoado para que todos votem com entusiasmo:

[14a] ... Apesar de todo o seu esforço [Senadora Marta Suplicy], ainda passa a imagem para muitas pessoas, sobretudo líderes religiosos e a população religiosa, os fiéis, de que estaríamos, talvez, lutando contra uma intolerância com outra intolerância, a intolerância contra o homossexualismo com uma intolerância contra o discurso religioso. (*Palmas*).

[14b] Eu acho, pelo que está, que não passa isso, mas que está em dúvidas. E enquanto tiver dúvidas, é bom a gente rever, reestudar, debater, para que o projeto que saia a gente possa votar com maior entusiasmo, contra a intolerância, sem passar a ideia de carregar qualquer forma de intolerância (BRASIL. CDH, 2011, p. 17).

Ambos os grupos concordam com o discurso de que deve haver “intolerância” legal contra a intolerância, o que atualiza ali a perspectiva do liberalismo progressista, claro, com diferenças de grau de adesão de cada grupo. No entanto, a questão do que é intolerância fica problemática, pois, como vimos, há a mútua acusação de intolerância. Se por um lado, os antiplc122 falam de uma redação que de fato combata a intolerância, ou mesmo falam de mudar até o nome do PL122, por outro, o grupo pró-plc122, na pessoa da Senadora Marinor Brito, acusa de que a intolerância está ali entre os parlamentares:

[15] “Olha aqui, não é o fato... [interrupção] ...de ser o Projeto nº 122, 123, 334, 999, 888, seja o número que for, a intolerância também está aqui dentro... (Palmas.) E nós precisamos trabalhar para reverter isso, para ter maioria, para combater a intolerância. E não é só aqui, é em todo o País” (BRASIL. CDH, 2011, p. 15).

Podemos observar que, no microato da palavra intolerância, atualiza-se os efeitos semânticos do evento polêmico. Tal análise aponta para a complexidade do uso da palavra no espaço público político, porque o que se mostra é uma perspectiva mais progressista do sentido de intolerância, todavia, com divergência de sentidos concretos que apontam para apreensões divergentes da realidade a respeito do que é ou não um ato intolerante. Fato é, além de tantos outros, o desacordo profundo no que venha a ser intolerância é um dos motivos da não aprovação do PLC 122.

Discriminação positiva e negativa

O sentido da palavra discriminar pode ser similar ao de discernir, distinguir, julgar, pôr à parte por alguma razão. Por muito tempo o verbo “discriminar” teve um sentido positivo, uma vez que ele estava ligado a uma capacidade intelectual, estética e moral de ter os “preconceitos” adequados a respeito da realidade distinta das coisas no mundo. No entanto, esse primeiro sentido da palavra foi vencido metonimicamente pelo sentido de discriminação ligado ao horror do racismo mundo afora. Por ser assim, o sentido negativo de discriminação está ligado ao preconceito negativo e desfavorável, logo, o sentido majoritário de discriminação está semanticamente vinculado ao que se julgar um “preconceito”.

Assim, a discriminação pode ser compreendida como uma manifestação do preconceito tanto de maneira discursiva quanto nas ações. Como diz Bobbio (1992), o preconceito chega à discriminação, mas não se manifesta discursiva e argumentativamente na sustentação de verdades. Para o verbete “discriminação”, existem três definições no dicionário Aurélio (2016, s.p.): i) “ato ou efeito de discriminar”; ii) “ato de colocar algo ou alguém de parte”;

iii) “tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem, notadamente sexual, religioso, étnico, etc.”. Com isso, podemos observar que o que se considera discriminação atualmente é o tratamento injusto motivado por algum preconceito desfavorável. O dicionário Michaelis aponta de maneira mais específica: “ato de segregar ou de não aceitar uma pessoa ou um grupo pessoas por conta da cor da pele, do sexo, da idade, credo religioso, trabalho, convicção política etc.” (MICHAELIS, 2018, s.p.).

Por vezes, os termos discriminação e preconceito são tomados como sinônimos, por exemplo, o Deputado Henrique Afonso o faz:

[16] O preconceito tem que ser punido na sociedade, mas não é apenas o preconceito aos homossexuais. Nós somos contra a discriminação, nós somos contra o preconceito (BRASIL. CDH, 2007, p. 46).

No entanto, a ideia de discriminação está mais ligada a ações concretas vistas como injustas. A relatora do Projeto, Marta Suplicy, explica o que significa a discriminação no PL ao apontar três aplicações concretas:

[17] É um projeto que combate a discriminação em três áreas, basicamente. Na área do trabalho, você não vai mais poder discriminar uma pessoa. Se ela pedir emprego e você disser: “Você é homossexual, eu não te dou o emprego”, não vai mais poder fazer isso. [...] (BRASIL. CDH, 2011, p. 6)

[18a] Este projeto também vai proteger as pessoas que são discriminadas num lugar como no serviço público. Se eu estou sendo atendida por alguém no serviço público que me verbaliza que eu não vou ser atendida ou manda que eu vá para o fim da fila porque eu sou isso ou aquilo, referente à condição homossexual da pessoa, vai ser criminalizado. [18b] Outra situação de criminalização do projeto é a de consumo. Se eu chego a um restaurante, ou a um cabeleireiro, ou a um comércio, ou em um trabalho, e não sou atendido por causa da minha condição (BRASIL. CDH, 2011, p. 7).

Nas palavras da Senadora Marta, a discriminação é um ato de preterir alguém baseado no preconceito sexual ou de gênero, seja no âmbito trabalhista [17], no setor público [18a] ou no comércio [18b].

O termo discriminação é quase absolutamente utilizado para se referir aos grupos minoritários, remetendo ao sentido negativo do termo. Além disso, quando os argumentantes antiplc122 o empregam é para dizer que são contra a discriminação ao mesmo tempo em que defendem que não discriminam homossexuais. Como já mostrei (NASCIMENTO, 2018a), alguns religiosos argumentam que se criar uma lei para proteger os homossexuais vai gerar mais discriminação, terá um efeito contraproducente⁹.

Assim como se dá com as outras palavras analisadas, nenhum dos grupos veem-se como discriminadores. Todos são contrários à discriminação, como argumenta o deputado Rodovalho:

[19] Eu estou aqui e eu acho eu não consigo encontrar ninguém aqui que defende a discriminação. Eu acho que houve uma evolução emocional de um pensamento do início do debate, porque nenhum dos grupos está defendendo a discriminação. Eu acho que nós, os religiosos - e eu falo pela Igreja Católica inclusive agora -, não defendemos a discriminação achando que se pode discriminar, que se tem o direito de discriminar, de jeito nenhum (BRASIL. CDH, 2007, p. 37).

Há uma voz que diz que os religiosos estão “defendendo a discriminação” ou mesmo que eles têm “o direito de discriminar”. Contra essa voz acusante, o Deputado se insurge. Isso porque, embora os religiosos tradicionalistas sejam a favor de uma lei contra a discriminação, argumentam que ela não deve ferir a liberdade alheia, é assim que argumenta o Senador Crivella:

[20] O que nós temos aqui são dois grupos, que com pensamentos diferentes, querem chegar a um acordo de proibir nesse país discriminação contra homossexuais até com ações afirmativas [palmas], mas ações afirmativas, por exemplo, eu votei a favor da gente ter cota para negros, mas isso não ofende, por exemplo, liberdade religiosa. Ora, eu quero ter ações afirmativas, desde que ações afirmativas não atinjam, não prejudiquem, direito dos outros (BRASIL. CDH, 2007, p. 41).

⁹ O Senador Marcelo Crivella argumenta: “Se nós criarmos, no arcabouço jurídico brasileiro, privilégios para brasileiros que são como nós... Um homossexual é como um evangélico, como qualquer outro, ele tem os mesmos direitos e os mesmos deveres. Se nós criarmos garantias especiais, eles vão ser discriminados. Se nós fizermos observações características para o acesso ao emprego, isso poderá ter um efeito colateral indesejável” (BRASIL. CDH, 2011, p. 21).

No entanto, como a discriminação tem por base um preconceito e se os tradicionalistas veem que não têm preconceito, mas uma discordância da prática homossexual, a consequência disso é que tendem a não ver determinadas atitudes como discriminação negativa. Por exemplo, o Senador Malta discorda do fato de se criminalizar a possibilidade de a pessoa não querer uma babá homossexual e ser severamente punido, quando não se tem uma lei para criminalizar quem não quer uma babá evangélica ou muçulmana:

[21a] Agora, vou falar algo para o senhor: quando alguém é mulçumano, pode fazer isso hoje? Se esse alguém tem uma babá de confissão evangélica, descobre que ela é evangélica e toma conta do seu filho, mas não quer que essa babá oriente o filho com ensinamentos cristãos, ele pode mandá-la embora que não será preso. Não tem uma lei para proteger a babá disso.

[22b] Se eu descobro que a babá da minha filha é homossexual, conforme a lei, se eu mandá-la embora... Então, tenho de continuar com a babá homossexual, porque tem cadeia para mim. Ora, é correto isso? (BRASIL. CDH, 2011, p. 7).

Para o Senador, essa lei criaria um “império homossexual”, por isso ele propõe um projeto abrangente contra a intolerância. No entanto, não dá para saber se nesse novo projeto a dispensa da pessoa por confessar uma religião seria crime como os defensores do PLC 122 pretendem a respeito da dispensa de alguém por ser homossexual. De todo modo, parece mesmo que a ideia que se tem de discriminação está ligada à ideia que se tem ou não de preconceito negativo ou positivo.

Considerações finais

A partir da análise dialógica das palavras preconceito, intolerância e discriminação, é possível constatar que há de fato uma batalha discursiva na arena de cada uma delas. Isto influencia na percepção de efeito sentido diferente em cada grupo, pois os sujeitos recebem injunções semânticas

do lugar de onde olham, ou seja, a partir do campo discursivo a que estão filiados. Assim, o modo como as palavras são apreendidas semanticamente varia conforme a posição tomada dentro do evento polêmico.

Assim, observou-se que tanto os religiosos tradicionalistas quanto os afetivossexuais reformistas se veem como vítimas de preconceito, intolerância e discriminação. Na arena desses microatos polêmicos analisados há uma profunda divergência de formas de ver a realidade e não uma simples diferença de significado das palavras.

Essa análise corrobora, por assim dizer, a hipótese do *microato polêmico* como categoria possível de ser empreendida em outras análises. Portanto, não apenas na polêmica entre tradicionalistas e reformistas, mas também para tantas outras controvérsias que têm estourado no espaço público das democracias contemporâneas. Afinal, o sentido das palavras reflete e refrata uma realidade social, e esta realidade tem sido bastante polarizada.

Referências

- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2010.
- ARENDT, H. **A promessa da política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.
- AURÉLIO. **Dicionário**. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/discriminacao>. Acesso em 10 dez. 2017.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. TV SENADO. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH). **Audiência Pública**: Ata da 24ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 53ª legislatura. Brasília: Senado federal, 2007. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.html#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 15 jul. 2014.
- BRASIL. SENADO FEDERAL DO BRASIL. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH). **Audiência Pública**: Ata da 96ª reunião (extraordinária) da comissão permanente de direitos humanos e legislação participativa, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Senado federal, 2011. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.html#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 15 jul. 2014.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

CRAIG, W. L. Uma Perspectiva Cristã Sobre a Homossexualidade. *In*: CRAIG, W. L. **Apologética para questões difíceis da vida**. São Paulo: Vida Nova, 2010. Disponível em <http://www.reasonablefaith.org/portuguese/uma-perspectiva-cristae-sobre-a-homossexualidade>. Acesso em setembro de 2015.

DASCAL, M. Tolerância e interpretação. *In*: DASCAL, M. **Conhecimento, linguagem, ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

KANT, I. (1724-1804). **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/discrimina%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 10 dez. 2017.

NASCIMENTO, L. S. **Análise dialógica da argumentação**: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2018a.

NASCIMENTO, L. S. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151-169, jan- abr/2019.

NASCIMENTO, L. Os sentidos polêmicos da palavra homofobia: a argumentação e o microato polêmico. **Revista Capacitar**, Feira de Santana, ano 2, n. 6, p. 11-28, abr./jun. 2020.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHELER, M. **Esencia y forma de la simpatia**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1942.

SCHELER, M. **Ética**: nuevo ensaio de fundamentación de un personalismo ético. Madrid: Caparrós Editores, 2001.

SCHELER, M. **Ordo amoris**. Trad. Xavier Zubiri. Madrid: Caparros Editores, 2008.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Edição Ridendo C. Mores. EbooksBrasil.com. [1764]. Disponível em http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Dicionario_Filosofico_Voltaire.pdf. Acesso em ago. 2017.

Sobre os organizadores

Jacson Silva

Mestrando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS) e graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas (UNEB). Tem interesse na área de sintaxe do Português, particularmente do Português do Brasil e suas vertentes rurais. Fez parte do Grupo de Pesquisa Mente e Linguagem (UNEB) e do Grupo de Pesquisa Fala e Contexto no Português Brasileiro (UNEB) – linha de pesquisa em Variação e Mudança. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (UEFS) – linha de pesquisa em Estudo sócio-histórico e linguístico.

Dayane Moreira Lemos

Doutoranda do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2014); Especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal da Bahia (2012); Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (2010). Atualmente é professora de Linguística da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVI - Irecê/BA. Tem experiência como docente na área de Linguística, com ênfase na história da língua portuguesa e diversidade linguística.

Índice Remissivo

A

Aprendizagem 6, 10, 17, 76, 79, 95, 104

C

Comunicação 11, 14, 15, 38, 62, 78, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 122, 129, 134, 135, 140, 152, 166, 171, 173, 174, 175, 179, 181, 187

Comunidade 10, 14, 17, 18, 20, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 77, 99, 103, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 115, 144

Comunidades linguísticas 13, 15

Construção 10, 11, 25, 32, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 62, 76, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 95, 97, 107, 120, 123, 128, 140, 143, 150, 153, 154, 158, 160, 165

Contato linguístico 9, 12, 13, 14, 16, 20, 21

Contexto discursivo 33, 49, 159

Cultura 42, 43, 45, 51, 98, 129, 140, 144, 162

D

Discurso 9, 10, 11, 25, 26, 28, 30, 33, 35, 45, 48, 50, 52, 64, 65, 66, 71, 74, 102, 118, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 143, 152, 156, 157, 159, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 209

Dominação 7, 12, 17

E

Escrita 9, 10, 24, 28, 31, 42, 43, 45, 75, 76, 79, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 134, 148, 173

F

Falante 14, 15, 16, 17, 24, 36, 42, 43, 45, 57, 60, 66, 68, 78, 132

Fonologia 8, 14

G

Gramática 29, 30, 35, 36, 55, 73, 74, 77, 78, 80, 85, 96, 97, 98, 108

Grupo social 42, 44, 45, 192

I

Identidade 42, 45, 53, 57, 58, 72, 98, 120, 154, 161, 163, 165, 166, 185, 197

L

Leitura 9, 43, 47, 85, 87, 98, 100, 105, 148

Língua 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 44, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 72, 73, 77, 78, 79, 83, 84, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 114, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 140, 144, 159, 188

M

Morfologia 8, 14

Mudança 20, 21, 22, 33, 37, 42, 55, 57, 62, 63, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 157, 174, 186

O

Oração 25, 32, 33, 38, 39, 41, 62, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 101, 102

Oralidade 24, 28, 58, 66, 71, 128, 129, 131

P

Português 16

Português afro-brasileiro 9, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 74

Português brasileiro 9, 10, 17, 23, 24, 34, 53, 54, 60, 64, 65, 66, 72, 74

Pragmática 33

Professor 78, 80, 83, 88, 100, 101, 108, 134, 135, 136, 137, 138

Q

Quilombolas 54, 58, 59, 72

S

Saussure 8, 127, 130

Semântica 8, 10, 31, 36, 41, 51, 64, 82, 91, 97, 129, 132, 178, 189

Sentença 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 64, 81, 90, 147, 148, 149

Sentidos 10, 11, 39, 44, 47, 51, 88, 98, 100, 107, 108, 126, 132, 134, 137, 138, 142, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 181, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 204, 209

Sintagma 23, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 84

Sintaxe 8, 9, 10, 25, 27, 30, 34, 35, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 87, 88, 90, 95, 99, 101, 107, 108, 129

Sociolinguística 12, 13, 17, 18, 22, 55, 56, 57, 59, 72, 74

T

Tecnologias 109, 110, 115, 116, 117, 118, 124

Texto 5, 9, 10, 11, 13, 25, 30, 33, 36, 44, 51, 76, 78, 80, 83, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 106, 107, 110, 115, 118, 122, 127, 156, 157, 163, 170, 171, 172, 177, 179, 180, 181, 182, 185, 202

Tópico 9, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 80, 82

V

Variação 10, 16, 17, 20, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 72, 73, 74



Diálogos

